



ISABELA APARECIDA DE ABREU

**FOME TEM GÊNERO, CLASSE E COR:
INTERSECCIONALIDADE E A INSEGURANÇA ALIMENTAR
DE RESIDENTES EM UMA MORADIA ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIA**

**LAVRAS-MG
2024**

ISABELA APARECIDA DE ABREU

**FOME TEM GÊNERO, CLASSE E COR:
INTERSECCIONALIDADE E A INSEGURANÇA ALIMENTAR DE RESIDENTES EM
UMA MORADIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestra.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão
Orientador

Profa. Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas
Coorientadora

**LAVRAS-MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Abreu, Isabela Aparecida de.

Fome tem gênero, classe e cor: interseccionalidade e a
insegurança alimentar de residentes em uma moradia estudantil
universitária / Isabela Aparecida de Abreu. - 2024.

118 p. : il.

Orientador(a): José de Arimatéia Dias Valadão.

Coorientador(a): Carolina Martins dos Santos Chagas.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. fome. 2. insegurança alimentar. 3. permanência no ensino
superior. I. Valadão, José de Arimatéia Dias. II. Chagas, Carolina
Martins dos Santos. III. Título.

ISABELA APARECIDA DE ABREU

FOME TEM GÊNERO, CLASSE E COR:

**INTERSECCIONALIDADE E A INSEGURANÇA ALIMENTAR DE RESIDENTES EM
UMA MORADIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA**

HUNGER HAS GENDER, CLASS AND COLOR:

**INTERSECTIONALITY AND FOOD INSECURITY OF RESIDENTS IN A UNIVERSITY
STUDENT HOUSING**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Mestra.

APROVADA em 27 de maio de 2024.

Dr. José de Arimatéia Dias Valadão UFLA (membro da banca)

Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas UFLA (membro da banca)

Dra. Flávia Luciana Naves Mafra UFLA (membro da banca)

Dra. Nathália de Fátima Joaquim UFLA (membro da banca)

Dra. Elaine de Azevedo UFES (membro da banca)

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão
Orientador

Profa. Dra. Carolina Martins dos Santos Chagas
Coorientadora

**LAVRAS-MG
2024**

Como pode um país, que é o maior produtor de alimentos do mundo, Ter milhões passando fome? É um absurdo. Tem pessoas vivendo de osso, que insano, mas lógica é o capital e não o ser humano.

Preciso de saúde, transporte, lazer, roupa e coisas essenciais à vida Mas nessa balança, o mais importante é a comida. Fruta, legumes e carne o dinheiro não alcança são coisas supérfluas, busco o que dá sustança.

Trabalho a semana toda para poder comer na seguinte Mas não posso ficar doente. Sem trabalho, sem comida, fica insustentável estudar, basicamente é um cenário que você paga com sua vida.

Eu poderia estar falando de uma realidade na periferia mas isso aqui acontece em um ambiente elitista. Ah, mas tem cota e bolsa permanência Você deve se sentir “em um palácio”, tenha resiliência.

Para ter bolsa, tenho que trabalhar, é meu ganha pão Um vizinho foi embora, perdeu bolsa e ficou na mão. Mas ainda tenho a política de alimentação É extremamente importante, sem isso eu morreria de fome, seria um cenário apocalíptico, eu ficaria sem chão.

Quando há cortes de verba, quem sente o baque somos nós. Começam a servir sopa de feijão, francamente Ah, eu vou dizer a verdade, sopa não enche a gente.

Há coisas que deveriam ser o básico, mas é que a gente tem preço. Tudo só funciona em cima de luta, reconheço. Só briga, tudo por briga, sentimento de humilhação.

É essa palavra [trauma] é muito forte, isso não é só uma opinião.

A vizinha virou mãe, perdeu a moradia, com o pai isso não acontece. Mas e a igualdade? Esquece. Quantas pessoas no alojamento não tem um pai presente? Cuidado é coisa da mulher, com essa injustiça a sociedade consente.

A vizinha com medo de perder a universidade, abortou Mas para apoiar com suas demandas, ninguém ligou A fome anda junto com a desigualdade de gênero e racial Talvez se lembrem que interseccionalidade existe, afinal.

Universidade produz ciência, mas ela não tá nem aí pro aluno A gente tem um preço, é como se estivesse vivendo de favor, importuno. É o meu direito de estar na universidade, eu estou na política estudantil, essa é minha prioridade.

Só porque a gente é vulnerável a gente tem que viver com o mínimo possível? É claro que não! Mas quero que essa mensagem fique visível. A gente está aqui embaixo, a gente é menosprezado, Mas buscamos um cenário idealizado, um sonho desejado.

Não é uma situação fácil de falar, de se expor Ninguém quer ser taxado que tá com problema, ter que pedir “por favor”. Mas quando o assunto é assistência estudantil, nós que sabemos do que a gente precisa. Aqui a gente sempre se ajuda e luta, para ser bem concisa.

Fome entre livros e sonhos (Falas de universitários(as), participantes deste estudo, rearranjadas em formato de poesia por Isabela Ap. de Abreu)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Eliane e José Maria, pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim;

Ao meu companheiro e amor, Guilherme, por ser leveza nos meus dias e não medir esforços em deixar o caminho mais tranquilo;

Às amigas com quem compartilhei alegrias, desafios e que sempre foram um “respiro” durante a jornada. Em especial à minha amiga P’Kellen;

Às grandes mulheres responsáveis pela inspiração e desenvolvimento deste trabalho: Elaine de Azevedo (através do Painel de Impressão). Nathália, Flávia e Carol (minha coorientadora), maiores exemplos que tive pela caminhada acadêmica. É por profissionais como vocês que continuo e que busco aprender. Exemplo de dedicação e gentileza. Vocês me motivam;

Ao Programa de Pós-graduação em Administração e ao orientador Arimatéia pelos ensinamentos e trocas;

Aos núcleos e grupos que participei e que contribuíram tanto para minha trajetória: Observatório de Políticas Públicas, Projeto Centro Integrado das Mulheres, Feira de Trocas e Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social, da UFLA. Também ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, Associação Sociocultural Castelo de São Jorge e à Rede Brasileira de Mulheres Cientistas;

Aos participantes e representantes da Moradia Estudantil, que construíram junto a mim;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, que apoiou a realização deste trabalho;

E, por fim, à Universidade Federal de Lavras e a todo seu corpo de funcionários, que me acolheu por tantos anos.

“Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista”.

- María Lugones, 2014.

RESUMO

O Brasil enfrenta um cenário alarmante de insegurança alimentar, retornando ao mapa da fome em 2022. Fatores como as políticas do governo Bolsonaro e a pandemia da COVID-19 intensificaram essa realidade, impactando desproporcionalmente grupos marginalizados como mulheres, negras, chefes de família, pessoas com baixa renda e escolaridade. A interseccionalidade torna-se crucial para compreender como as opressões sistêmicas e estruturais se entrelaçam, perpetuando a fome e a desigualdade social. Apesar da garantia legal à segurança alimentar e nutricional e da inclusão do direito à alimentação como direito social básico, a fome persiste, entrelaçada com outras violações. A interconexão entre insegurança alimentar e nível de escolaridade é um dos problemas mais graves do país, transcendendo a pandemia. A educação, ferramenta crucial para romper o ciclo da pobreza e promover segurança alimentar, encontra na permanência no ensino superior um obstáculo adicional para grupos historicamente marginalizados alcançarem igualdade e dignidade. Essa complexa teia de desigualdades, evidenciada pela relação entre insegurança alimentar, acesso à educação superior e interseccionalidade, demanda uma análise profunda da segurança alimentar de grupos vulneráveis no ambiente universitário. Esta pesquisa objetiva compreender como os estudantes universitários, residentes em moradia estudantil, percebem e vivenciam a Insegurança Alimentar dentro da universidade. O lócus é a moradia estudantil de uma universidade federal no Sul de Minas Gerais. Especificamente, o trabalho pretende: 1) Descrever as políticas voltadas à Segurança Alimentar na universidade na perspectiva institucional; 2) Levantar as características do grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes na moradia estudantil; 3) Explorar as percepções e vivências de insegurança alimentar entre os estudantes residentes na moradia estudantil; e 4) Relacionar a insegurança alimentar com questões interseccionais de gênero, raça e classe entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na moradia estudantil. Portanto, é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que consiste em buscas documentais sobre o serviço de assistência estudantil, aplicação de questionário, realização de grupo focal e análise dos resultados por meio da Análise de Conteúdo Temática com auxílio do *software NVIVO*. A pesquisa identificou a presença de fome dentro da universidade, evidenciando a insuficiência das políticas institucionais para combater as disparidades. Os universitários enfrentam desafios singulares na permanência e na segurança alimentar. O estudo concluiu que políticas públicas mais amplas e abrangentes, que considerem a interseccionalidade e as necessidades específicas dos grupos marginalizados, são necessárias para garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e promover equidade no acesso à educação e segurança alimentar. Sugestões de ações e melhorias para ampliar a permanência material e imaterial dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são apresentadas, visando uma experiência universitária mais inclusiva, equitativa e acessível. Os resultados foram compartilhados e apresentados ao público-alvo, que demonstrou interesse em dar continuidade às propostas aqui desenvolvidas. Esse processo evidencia a construção conjunta, valorizando a voz e as demandas do público envolvido.

Palavras-chave: interseccionalidade; insegurança alimentar; permanência; ensino superior; análise de conteúdo.

ABSTRACT

Brazil is facing an alarming scenario of food insecurity, having returned to the hunger map in 2022. Factors such as the Bolsonaro administration's policies and the COVID-19 pandemic have exacerbated this reality, disproportionately affecting marginalized groups such as women, Black individuals, heads of households, and those with low income and education levels. Intersectionality becomes crucial in understanding how systemic and structural oppressions intersect, perpetuating hunger and social inequality. Despite the legal guarantee of food and nutritional security and the inclusion of the right to food as a basic social right, hunger persists, intertwined with other violations. The interconnection between food insecurity and educational attainment is one of the country's most severe problems, transcending the pandemic. Education, a crucial tool for breaking the cycle of poverty and promoting food security, faces additional barriers to higher education retention, especially for historically marginalized groups striving to achieve equality and dignity. This complex web of inequalities, as evidenced by the relationship between food insecurity, access to higher education, and intersectionality, demands a thorough analysis of food security among vulnerable groups within the university environment. This research aims to understand how university students residing in student housing perceive and experience food insecurity within the university. The study is centered on the student housing of a federal university in southern Minas Gerais. Specifically, the study aims to: 1) Describe the policies aimed at Food Security at the university from an institutional perspective; 2) Identify the characteristics of the group of students in socioeconomic vulnerability, residing in student housing; 3) Explore the perceptions and experiences of food insecurity among students residing in student housing; and 4) Relate food insecurity to intersectional issues of gender, race, and class among students in socioeconomic vulnerability in student housing. Therefore, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study that consists of document searches on student assistance services, the application of a questionnaire, the conduct of a focus group, and the analysis of the results through Thematic Content Analysis with the aid of NVIVO software. The research identified the presence of hunger within the university, highlighting the insufficiency of institutional policies to combat disparities. University students face unique challenges in maintaining their presence and food security. The study concluded that broader and more comprehensive public policies, which consider intersectionality and the specific needs of marginalized groups, are necessary to ensure the retention of students in socioeconomic vulnerability and promote equity in access to education and food security. Suggestions for actions and improvements to enhance the material and immaterial retention of students in socioeconomic vulnerability are presented, aiming for a more inclusive, equitable, and accessible university experience. The results were shared and presented to the target audience, who expressed interest in continuing the proposals developed here. This process highlights the collaborative nature of the work, emphasizing the voice and needs of the involved audience.

Keywords: intersectionality; food insecurity; permanence; higher education; content analysis.

INDICADORES DE IMPACTO

Os resultados alcançados por meio deste estudo têm impacto social, institucional e político significativo. Ele analisa a percepção e vivência de Insegurança Alimentar entre estudantes residentes de uma moradia universitária. Busca capturar as nuances vivenciadas por esses discentes que precisam decidir entre ter acesso à comida ou outras necessidades básicas, com análises para gênero e raça. Ao iluminar essa rede complexa, os responsáveis pelas políticas podem usar as descobertas para fundamentar de forma mais justa políticas institucionais e/ou públicas. Além disso, o estudo oferece sugestões práticas para mitigar a Insegurança Alimentar entre o grupo estudado, baseadas nos relatos dos discentes. Seus impactos estão relacionados com as áreas temáticas de Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde e a Política Nacional de Extensão. Também estão em sintonia, direta e indireta, com múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, incluindo Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem-estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Redução das Desigualdades; e Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

I MPACT INDICATORS

The results achieved through this study have significant social, institutional, and political impacts. It examines the perception and experience of Food Insecurity among students residing in university housing, seeking to capture the nuances faced by these students who must choose between accessing food and other basic needs, with a focus on gender and race analyses. By shedding light on this complex network, policymakers can utilize the findings to support more equitable institutional and/or public policies. Additionally, the study offers practical suggestions to mitigate Food Insecurity among the studied group, based on the students' accounts. Its impacts are related to the thematic areas of Human Rights and Justice, Education, Health, and the National Extension Policy. The study is also directly and indirectly aligned with multiple United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), including No Poverty; Zero Hunger and Sustainable Agriculture; Good Health and Well-being; Quality Education; Gender Equality; Decent Work and Economic Growth; Reduced Inequalities; and Peace, Justice, and Strong Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Situação de IA no Brasil.	15
Figura 2: Processo de insegurança alimentar e fome no nível individual e coletivo.	27
Figura 3: Relação entre interseccionalidade, fome e permanência.	36
Figura 4: Faixas de Vulnerabilidade social do IVS.	49
Figura 5: Perfil dos discentes em situação de Vulnerabilidade Socioeconômica.	53
Figura 6: IA entre moradores do Alojamento Estudantil	55
Figura 7: IA entre moradores do Alojamento Estudantil por gênero.	55
Figura 8: Nuvem de palavras do GH e GM separadamente.	57
Figura 9: A universidade reproduz a sociedade.	58
Figura 10: Ramificações da fome para além das políticas de permanência universitária.	61
Figura 11: Ramificações da fome com as políticas de permanência universitária.	68
Figura 12: Desafios materiais e simbólicos que tocam a IA dentro da universidade.	74
Figura 13: Dilema Interseccional: igualdade vs. equidade na universidade.	76
Figura 14: Nuances da fome dentro e fora dos muros elitizados.	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definições acerca da Segurança e Insegurança Alimentar.	26
Quadro 2: ODM 1, ODS 1 e ODS 2.	30
Quadro 3: Etapas da coleta de dados.	44
Quadro 4: Perfil dos discentes participantes dos grupos focais.	45
Quadro 5: Pontos de corte de acordo com os níveis de (in)segurança alimentar.....	47
Quadro 6: Dimensões do IVS.	48
Quadro 7: Categorias emergidas na análise de conteúdo.....	50
Quadro 8: Apresentação dos Programas de Alimentação e Moradia Estudantil.	51
Quadro 9: Caracterização dos discentes participantes dos grupos focais.	54
Quadro 10: Percepções e vivências de IA por alunos em SVS.....	81
Quadro 11: Sugestões e reivindicações discentes em IA:.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema de pesquisa, objetivos e justificativas	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Interseccionalidade entre gênero, raça e classe	20
2.2 Aproximações da insegurança alimentar com a interseccionalidade de gênero, raça e classe	25
2.3 Permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1. Classificações da pesquisa	43
3.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados	43
3.2.1 Sobre os instrumentos que serviram de base na coleta de dados: EBIA e IVS	46
3.3 Análise e interpretação dos dados	49
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
4.1 Permanência por meio dos programas de Alimentação e de Moradia Estudantil	51
4.2 Caracterização dos entrevistados: IVS e EBIA	53
4.3 Fome e suas ramificações na permanência: categorias identificadas por meio das falas	56
4.3.1 Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida	57
4.3.1.1 Vulnerabilidade Financeira: pagar para comer, mas com que dinheiro?	57
4.3.1.2 Escolha forçada: o ciclo entre Fome, Freelance e Saúde	59
4.3.1.3 Gênero na balança: as diferentes lutas diárias por alimento e dignidade	61
4.3.2 Fome: a realidade oculta dentro dos muros elitizados	62
4.3.2.1 Bolsa de fome: uma dependência que ameaça a permanência	62
4.3.2.2 RU: Acesso restrito, qualidade questionada e desigualdade acentuada	64
4.3.2.3 O Papel Crucial do RU: Entre a Sobrevivência e a Insuficiência da Política	65
4.3.3 Alimentar e abrigar para desobrigar	68
4.3.3.1 Senso de coletividade, questões morais e culturais	68
4.3.3.2 Política de permanência é direito e não favor	71
4.3.4 O dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência	74
4.3.4.1 Insegurança alimentar entre mulher, mãe e estudante	74
4.3.4.2 Insegurança alimentar entre estudantes, baixa renda e LGBT	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
ANEXO A - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	98
ANEXO B - Indicadores das dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social	99
ANEXO C – Questionário baseado no EBIA e IVS aplicado aos discentes da Moradia Estudantil	101
ANEXO D – Questões para conduzir os Grupos Focais	104
ANEXO E – Questões para conduzir entrevista com a Instituição	105
ANEXO F – Codificações das transcrições	107

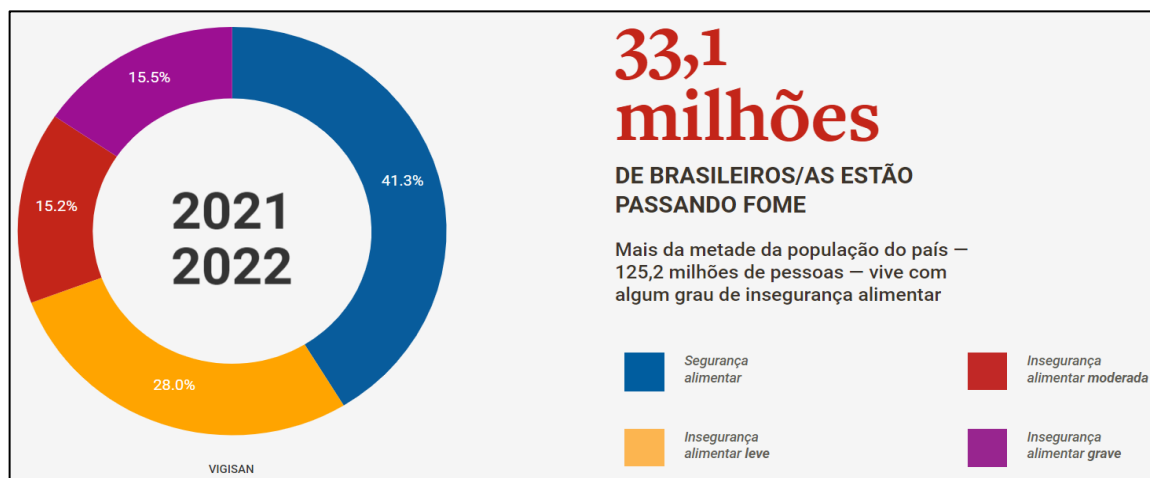
1 INTRODUÇÃO

O mundo vivenciou uma situação inesperada: a pandemia do COVID-19, que expandiu as vulnerabilidades sociais e econômicas de diferentes grupos e localidades. A fome foi uma das questões mais preocupantes em 2020, quando cerca de 30% da população mundial não teve alimentação adequada, sendo que a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), ou também denominada Insegurança Alimentar (IA), teve um acréscimo expressivo, se comparado com os cinco anos anteriores. Além disso, houve um aumento maior de IA entre mulheres, quando comparada aos homens. Nas regiões que já sofriam com a fome, houve o agravamento da situação (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas [FAO], 2021).

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar ([Rede PENSSAN], 2020), Insegurança alimentar é, de forma geral, quando a pessoa não tem acesso pleno e permanente a alimentos, podendo se caracterizar em três níveis: leve, moderado ou grave. A insegurança alimentar grave é o que se considera, de fato, o estado de fome. No Brasil, utiliza-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma ferramenta validada para esse tipo de classificação. No entanto, existem críticas defendendo que a insegurança alimentar deve considerar dimensões além da quantidade de alimentos, incluindo qualidade, segurança, aspectos sociais e culturais (AZEVEDO, 2016).

Segundo Galindo *et al.* (2022) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), no contexto brasileiro, de 2013 a 2018, os níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)¹ já estavam em queda, ou seja, parte da população já estava convivendo com algum nível de IA. É fato que a pandemia intensificou vulnerabilidades ao redor do mundo, mas de acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil teve um aumento significativo de desigualdade nesse período se comparado ao cenário mundial, conforme Neri (2021). A pesquisa mostra também que a piora social foi maior entre a população de baixa renda. Ao analisar a situação alimentar e nutricional da população, segundo o IBGE (2020), em domicílios chefiados por homens, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é de 61,4%, já as mulheres, 38,6%. Em contrapartida, em lares chefiados por mulheres ou com pessoa de referência parda, os níveis de IA ficam todos acima de 50%.

¹ A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006), define Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como: “Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Figura 1: Situação de IA no Brasil.

Fonte: Olhe para a fome (2022).

A Rede PENSSAN (2020) também reafirma esses dados em seu Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, apresentando que em famílias chefiadas por pessoas do sexo feminino (fome atingiu 11,1%), ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda (fome atingiu 10,7%), ou com menor escolaridade (fome atingiu 14,7%), a IA grave foi maior. Os dados comprovam que **fome tem gênero, classe, cor e grau de escolaridade**. No contexto geral, os resultados do primeiro inquérito da Rede PENSSAN apresentam que mais de 50% da população brasileira vivenciou algum grau de IA e, destes, 19 milhões estavam em situação de IA grave, ou seja, enfrentavam a fome, enquanto 43,4 milhões sofreram carência na quantidade e na disponibilidade de alimentos (VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021)

O Inquérito de 2022 da Rede PENSSAN apresentou que houve aumento de mais de 60% da insegurança alimentar grave entre população negra e a fome passou de 10,4% (em 2020) para 18,1% nos domicílios chefiados por pessoas com a respectiva autodeclaração racial. O mesmo ocorre com domicílios chefiados por mulheres, onde a fome saltou de 11,2% para 19,3%, e em lares chefiados por pessoas de menor escolaridade, com a IA grave atingindo 22,3%. Tais dados encontram-se do Quadro 1 abaixo:

Tabela 1: Porcentagens de IAG entre mulheres, pessoas autodeclaradas negras e com baixa escolaridade em 2020 e 2022.

	2020	2022
Sexo Feminino	11,10%	19,30%
Negras	10,70%	18,10%
Baixa escolaridade	14,70%	22,30%

Fonte: da autora segundo dados da Rede PENSSAN de 2020 e 2022 (2024).

Em relação à classe, a fome cresceu mesmo nos domicílios que recebiam auxílio financeiro dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil, mas nos lares em que não havia o recebimento de tais benefícios e com renda familiar menor ou igual a 1/4 do salário-mínimo por pessoa, a situação foi pior, com a fome presente em 56,7% desses domicílios (Rede PENSSAN, 2022). **Em 2022, o segundo inquérito comprovou as mesmas condições do primeiro: que fome tem gênero, raça, classe e escolaridade.**

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, da Agência IBGE notícias (2022), no Brasil, em 2021, 29,4% da população estava em situação de pobreza e, parte desse grupo, 8,4% em extrema pobreza. Ainda, a proporção de pessoas pretas e pardas entre a população pobre é o dobro em comparação à de pessoas brancas, de acordo com o IBGE (2022). Respectivamente, em números absolutos, essas porcentagens representam 62,5 milhões e 17,9 milhões de pessoas. Além disso, 46,2% é a proporção de crianças menores de 14 anos em situação de pobreza, e 37,7% é a proporção da população negra (o dobro da proporção de brancos). De acordo com o *Brazil Poverty and Equity Assessment* do Banco Mundial (2022), considera-se como abaixo da linha da pobreza as pessoas com renda per capita inferior a R\$ 499 por mês. Uma das formas de identificar os níveis de pobreza é por meio do Coeficiente de Gini.

Além da questão nítida das dificuldades implicadas pela baixa classe e pobreza, existem os “aspectos não econômicos das desigualdades relacionados à raça/cor da pele, gênero e grau de escolaridade, definidores das vias de inserção das famílias na sociedade e da participação na distribuição da renda” (II VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2022, p. 8). Essa interseccionalidade opera para a exposição desses grupos à maiores riscos de fome e insegurança alimentar. A Rede PENSSAN também aponta que

A relação entre IA e grau de escolaridade revela um dos problemas mais graves da sociedade brasileira, com repercussões que extrapolam o contexto da pandemia. Em primeiro lugar, constatou-se que 22,3% das famílias cujos responsáveis têm até quatro anos de estudo ou não tinham escolaridade estão em situação de IA grave, o dobro daquelas com oito anos de estudo (10,2%). A garantia da educação como direito social se revela, portanto, como um meio essencial também de proteção das famílias contra a ameaça da fome. Em segundo lugar, uma má alimentação na infância compromete não apenas o desenvolvimento físico, mas também sua capacidade cognitiva no futuro (II VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2022, p. 87).

A realidade atual é que o Brasil voltou ao mapa da fome em 2022 e a insegurança

alimentar se intensificou durante o governo Bolsonaro (Rede PENSSAN, 2022). Tal cenário de retrocesso foi acompanhado pelo desmonte de políticas públicas voltadas à proteção social e segurança alimentar e nutricional somado à extinção de espaços de participação e controle social: Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); da Diretoria de Política para as Mulheres; de conselhos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Comissão Nacional de Agroecologia; desidratação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); destruição do Programa de Cisternas; demissão de servidores da área de Segurança Alimentar e Nutricional; desativação dos estoques estratégicos de arroz; paralisação da reforma agrária e descontrole da inflação dos alimentos (Mota *et al.*, 2021, p. 34; O Joio e o Trigo, 2021).

Junto a isso, o presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, afirmou que as medidas do governo Bolsonaro para reduzir os impactos sociais na pandemia da covid-19 foram insuficientes, uma vez que, “apesar da produção agropecuária estar estimada em R\$ 1 trilhão no ano que vem, 20 milhões de brasileiros passam fome e outros 120 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar”. Foi apontado também que não adianta expandir a produção se uma grande parcela da população não tem condições de comprar produtos da cesta básica. Além disso, destaca-se a importância de apoiar e incentivar a agricultura familiar, sendo ela responsável por alimentar cerca de 70% da população, enquanto o agronegócio, de larga escala, exporta e lucra com a venda de *commodities* de mercadorias de origem primária (Teixeira, 2021).

Esse cenário confirma a ideia do sociólogo Josué de Castro (1961), em seu livro “A geopolítica da fome”, ao apresentar a fome como um problema associado às decisões políticas, desigualdade de gênero, exclusão social, racismo, dificuldade de permanência no ensino, opressões e impedimentos no acesso a recursos e oportunidades.

Neste contexto, a interseccionalidade (Akotirene, 2019) atua como uma lente de análise para compreender como as opressões atravessam diferentes marcadores sociais. Esse amplo leque de violências, marginalizações, vulnerabilidades, discriminações e outros fatores excludentes, podem ser analisados de diversas maneiras conforme os marcadores sociais da diferença. Essas compreensões são frutos de reflexões das realidades expostas por pessoas que vivenciaram o cruzamento de opressões e isso se traduz, por exemplo, por meio de falas marcantes da mineira Carolina Maria de Jesus (1960), expressando as vivências de uma mulher, mãe, preta, pobre, periférica e faminta.

A relação entre insegurança alimentar, acesso à educação superior e interseccionalidade revela uma complexa rede de desigualdades que impacta diretamente os

grupos historicamente marginalizados. Conforme ressaltado no II Relatório da VIGISAN (2022, p. 87), "a relação entre IA e grau de escolaridade revela um dos problemas mais graves da sociedade brasileira, com repercussões que extrapolam o contexto da pandemia". A educação surge como uma ferramenta fundamental para quebrar o ciclo de pobreza (Myrdal, 1972), reduzir desigualdades, alcançar segurança alimentar (SA) e permitir uma inserção mais igualitária na sociedade (Sen, 2010; Sachs, 2017).

É relevante notar que lares liderados por indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a apresentar um índice mais elevado de SA, conforme o Olhe para a Fome (2022). "A garantia da educação como direito social se revela, portanto, como um meio essencial também de proteção das famílias contra a ameaça da fome" (Rede PENSSAN, 2022, p. 87). Entretanto, o acesso e a permanência no espaço elitizado do ensino superior, representa mais um obstáculo aos grupos historicamente e socialmente marginalizados de alcançarem igualdade e dignidade (Almeida, 2009). Estudos recentes como os de Nakamura (2024), Angotti e Zangirolani (2022), Perez (2015), entre outros, apontam para a existência de IA e fome também entre pessoas que estão no ensino superior. Essas pesquisas atuais mostram que os restaurantes universitários ajudam, mas não são suficientes para combater a fome e garantir a SA.

Então, é importante analisar a situação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (SVS), especialmente focando naqueles amparados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010). A Lei de Cotas, nº 12.711/2012, (Brasil, 2012) e o decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES, são instrumentos importantes para garantir o acesso e a permanência desses alunos na educação superior. O PNAES é o instrumento legal que institui ações sobre a moradia estudantil, acesso a alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e apoio a estudantes com deficiências. O PNAES, então, orienta as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sobre as ações para com os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, e com isso, as Universidades adaptam seus programas internos para cumprir as premissas dessa política.

Diante do exposto, é essencial analisar a SA desse grupo vulnerabilizado dentro do ensino superior, para compreender as dinâmicas da fome em um ambiente "elitizado", mas, ao mesmo tempo, fundamental para gerar mais igualdade. Dada a prevalência da fome entre mulheres negras de baixa renda e escolaridade, é crucial abordar de forma interseccional essa questão, especialmente com o retorno do Brasil ao mapa da fome.

1.1 Problema de pesquisa, objetivos e justificativas

Considerando o exposto, surgiu a seguinte questão de pesquisa: **Como os estudantes universitários, residentes em moradia estudantil, percebem e vivenciam a Insegurança Alimentar dentro da universidade?** Para responder a esse problema, surgem os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever as políticas voltadas à SA na universidade na perspectiva institucional;
2. Levantar as características do grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes na moradia estudantil;
3. Explorar as percepções e vivências de IA entre os estudantes residentes na moradia estudantil;
4. Relacionar a IA com questões interseccionais de gênero, raça e classe entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na moradia estudantil.

Assim, o objetivo geral é analisar como a IA se relaciona às questões interseccionais de gênero, raça e classe, a partir das percepções e vivências de estudantes universitários residentes em moradia estudantil.

Este estudo postula que os residentes em moradias estudantis requerem políticas de SA específicas, as quais devem considerar as nuances dos marcadores sociais e suas interseccionalidades para promover uma educação plena. Acredita-se que a universidade, em muitos aspectos, reflete os dados nacionais e internacionais de IA, onde grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e de baixa renda, são os mais vulnerabilizados. Isso implica adotar a interseccionalidade como abordagem analítica na formulação de políticas públicas, considerando a sobreposição de opressões relacionadas a classe, gênero, raça e outros marcadores sociais da diferença.

Essa pesquisa se justifica pela importância em buscar compreender como a fome é vivenciada no ambiente universitário por alunos que já vêm de situação de vulnerabilidade socioeconômica (SVS), buscando identificar as nuances interseccionais. A Relevância se dá pelas seguintes premissas: I) O Brasil voltou ao mapa da fome; II) Prevalência de IA entre mulheres, negras, pobres e baixa escolaridade; III) A educação é fundamental para sair da fome e do ciclo geracional da pobreza; IV) Apesar do acesso recente de grupos historicamente marginalizados à educação superior, esta ainda permanece elitizada; V) Esses grupos marginalizados enfrentam dificuldades para permanecerem, já que convivem com a IA dentro do ambiente universitário; VI) A universidade, idealmente concebida como um ambiente

equitativo e inclusivo, não opera de maneira condizente, uma vez que uma parcela significativa de seus alunos precisam lidar com preocupações tão básicas quanto a falta de alimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender adequadamente o escopo desta pesquisa, é fundamental considerar os seguintes conceitos interligados. Primeiramente, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social destaca como os marcadores sociais da diferença operam na manutenção da marginalização e opressão de determinados grupos na sociedade, privando-os de inclusão, igualdade e acesso a direitos básicos. Em seguida, a abordagem da insegurança alimentar à luz da interseccionalidade de gênero, raça e classe revela como essa complexa interação de opressões contribui para a existência e persistência da fome, delineando quais grupos são os mais afetados por essa realidade. Por fim, o terceiro ponto aborda a permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior, reconhecendo a educação como um potencial meio para mitigar desigualdades. A escolaridade e a fome apresentam uma relação inversa e bidirecional: enquanto a baixa escolaridade aumenta a prevalência da fome, a insegurança alimentar também pode comprometer o acesso e a permanência na educação.

2.1 Interseccionalidade entre gênero, raça e classe

O termo interseccionalidade, que aparece em foco na academia atualmente, não busca uma identidade totalitária, a ideia de um sujeito universal único. Mas, sim, uma sensibilidade de que as experiências de vida dos sujeitos são atravessadas pela interseção de marcadores sociais da diferença (Crenshaw, 1991). O uso dessa ideia é anterior à sua conceituação em 1989 por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177):

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata sobre a forma como sistemas opressores e discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A ideia de cruzamento de opressões já foi exposta em diferentes contextos, como é o caso de Sojourner Truth, em 1851, quando fez um discurso direcionado ao movimento de

mulheres (brancas) apontando as diferenças nas lutas por direitos que perpassam pela questão da raça (Truth, 2020). E Angela Davis (2016), ao falar sobre como operam juntas as opressões de gênero, raça e classe em 1981. No Brasil, mulheres também reportavam a situação da interseccionalidade antes de haver o conhecimento dessa conceituação, como Lélia Gonzalez (1984), intelectual negra atuante nas análises de opressões de raça, classe e gênero.

O termo “interseccionalidade”, cunhado por Kimberlé Crenshaw, conquistou popularidade acadêmica e expandiu o significado para além de um conceito e passou a ser também uma lente, um instrumento teórico-metodológico. Esse reconhecimento da interseccionalidade se deu após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, que ocorreu em 2001 em Durban, na África do Sul (Akotirene, 2019).

Como já mencionado, ativistas e estudiosas como Angela Davis (2013), bell hooks² (2019), Gonzales (1984) e outras, já expunham o debate sobre os cruzamentos de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais³ e as respectivas sobreposições de opressões⁴. Esse debate foi fundamental para as “feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (Akotirene, 2019, p. 14). E, advindo do movimento negro, surge o termo interseccionalidade que, segundo Carla Akotirene,

visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Ou seja, a interseccionalidade não nasceu dos debates de gênero, nasceu, sobretudo, dos movimentos de raça e que, como o próprio termo propõe, pode ser aplicado para uma análise nas mais diversas opressões, inclusive, nas sobreposições que envolvem gênero e outros marcadores sociais. “As intelectuais negras há muito expressam uma distinta e sensível

² “bell hooks, assim mesmo, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa” (FGV Direito Rio, 2021).

³ “maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia” (Hirano *et al.*, 2019, p. 11).

⁴ É importante pensar na sobreposição das opressões, que nada se relaciona com hierarquização, em se criar, como diz Angela Davis (2011) “primazia de uma opressão em relação a outras”. Akotirene (2019, p. 29) também fala sobre essa questão ao defender que “na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas”.

influência africana-feminista sobre como raça e classe se cruzam na estruturação de gênero” (Collins, 2000, p. 5, tradução nossa). Nesse sentido, Akotirene se refere à Crenshaw, ao abordar que

a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 14).

Ao tratar sobre interseccionalidade e as opressões, Akotirene (2019) evidencia, além do racismo no feminismo, o machismo presente na comunidade negra, intersecções que operam oprimindo ainda mais as mulheres negras. Mais tarde, ainda para expressar a relação entre gênero, classe e raça, Akotirene (2019, p. 18) aponta que: “Simultâneo a isto, atestam que o machismo presente na comunidade negra deve receber a crítica dada ao racismo feminista”.

Para Akotirene (2019), o discurso de Sojourner é pioneiro na reflexão interseccional pois, tanto retrata as opressões sobre raça, ao indagar “eu não sou uma mulher”, relacionando gênero, raça e classe, quanto aborda sobre a opressão sofrida na via de gênero pelos próprios homens negros. Além disso, retrata a ideia de que “raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido” (Akotirene, 2019, p. 17).

O pensamento interseccional explicou a matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual, na minha tradução: as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas,” chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por “maridos ociosos”, bastante ofendidos porque não havia “comida pronta dentro de casa” (Akotirene, 2019, p. 18).

A importância da lente interseccional para atuar em planejamentos governamentais (como os ODM e ODS), em políticas públicas muito bem expostas por Akotirene (2019). A autora, em consonância com Crenshaw (1991), aponta que a ideia de universalização dos indivíduos afeta a visualização sensível às experiências de vida dos sujeitos e como são atravessadas pela intersecção de marcadores sociais. Essa ideia é bem exemplificada na análise entre gênero, raça e classe de Akotirene (2019, p. 32), pontuando que:

A ausência de articulação entre raça, classe e gênero, tanto na teoria feminista quanto na produção afrocêntrica, por certo criou inobservâncias interseccionais produtoras do alarmante cenário de violência contra as mulheres negras, pois, ainda na década de 1980, logo após surgirem as primeiras delegacias da mulher, as publicações feministas trabalhavam a mulher universal. O Estado, por sua vez, se

alimentava destas concepções para formulação e avaliação de políticas públicas.

Outra autora que também aborda uma análise com cruzamento de opressões é Saffioti, que enfocou questões relacionadas a gênero, raça e desigualdade social e de classes no Brasil. Sua obra “A mulher na Sociedade de Classes”, publicada em 1969, foi uma das primeiras obras a analisar a intersecção gênero e classe na sociedade brasileira. Para ela, a opressão das mulheres está enraizada na estrutura social e econômica das sociedades capitalistas, baseadas na exploração do trabalho e na manutenção das desigualdades sociais. Ela investiga como os papéis e as expectativas de gênero são moldados pelas relações de classe e como a posição das mulheres na sociedade é determinada por seu status econômico e social (Saffioti, 2013). Ela é uma feminista que usou o “marxismo como instrumental teórico para compreender as desigualdades entre mulheres e homens nas sociedades de classes” (Da Silveira; Godinho, 2021, p. 2).

Federici (2019) também foi uma autora que contribuiu com o tema, mostrando como as mulheres conseguiram avançar um pouco no âmbito público (aquele do prestígio, da vida social, política etc) mas continuaram a ser responsabilizadas pelo trabalho no âmbito privado (lar, trabalho não remunerado, cuidado etc), mesmo após décadas de luta por igualdade. Apesar das conquistas das mulheres, elas passaram a sofrer com jornadas duplas ou triplas de trabalho em casa, com tarefas do cuidado, divisão sexual do trabalho e, tudo isso, sem remuneração. A mulher opera como uma infraestrutura que permite que a sociedade trabalhe, no entanto, essa mesma sociedade a exclui do trabalho remunerado (Federici, 2017).

Fato é que, apesar da mulher ter conquistado maior inserção na sociedade, podendo atuar no âmbito “público” (Federici, 2017), a posição delas, enquanto cidadãs em paridade com os homens, tem sido negligenciada. Para Hirata (2009, p. 257), “o modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens [...]”, atribuindo tais tarefas às mulheres.

Ou seja, a ideia de liberdade e igualdade conquistada pelas mulheres é problemática. A incongruência entre liberdade das mulheres e garantia de seus direitos constitui o “dilema de Wollstonecraft”, denominado por Carole Pateman, que enquadra as mulheres em uma “cidadania de segunda classe” (Pateman, 1988). Para Hirata (2009), tal questão é de extrema urgência na conjuntura atual, uma vez que está no cerne da crise de igualdade de gênero,

Construído em oposição à diferença real ou imaginária das mulheres em relação aos homens, o princípio da igualdade tem, nos últimos séculos,

pontuado a luta pela libertação das mulheres confrontadas com uma escolha impossível. Por um lado, o pleno reconhecimento político e social das mulheres significa que elas devem se adaptar à norma masculina, “tornar-se (como) homens”. Por outro lado, sua demanda: serem admitidas “como são”, numa organização social que leve em conta suas diferenças em relação aos homens (por exemplo, a maternidade, o cuidado das crianças), reforça o regime de exceção do qual elas são objeto e as condena a uma “incorporação” específica como *mulheres*, ou seja, “homens imperfeitos” (Hirata, 2009, p. 118).

Segundo Collins e Bilge (2021), questões interseccionais já eram discutidas muito antes de serem formalmente conceituadas na academia. Historicamente, esses debates ganharam visibilidade entre ativistas negras e trabalhadoras, posteriormente, Crenshaw (2002), cunhou o termo após identificação dessas lutas cruzadas. Como resultado, o foco do debate se concentra amplamente na interseção entre gênero, raça e classe. Dessa forma, torna-se fundamental refletir sobre as contribuições das autoras mencionadas, que exploram essas temáticas através da análise das opressões interseccionais.

Mas, para além do debate de gênero, raça e classe, Collins e Bilge (2021) identificam também no Sul Global outros contextos em que a interseccionalidade é utilizada como uma ferramenta analítica em resposta a desafios múltiplos, envolvendo outros marcadores sociais. Em diferentes momentos históricos existem diferentes marcadores que constituem poder, e essas interseccionalidades de poder “influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins, Bilge, 2021, p.8).

O ambiente universitário é um dos exemplos citados por Collins e Bilge (2021) como um espaço que utiliza a ferramenta analítica da interseccionalidade. Isso ocorre, segundo as autoras, pelo fato de que, no passado, muitas pessoas não tinham condições de acessar o ensino superior devido às questões de classe, raça, etnia, gênero, capacidade, religião, orientação sexual, entre outros. Assim, o ambiente do ensino superior é um espaço de lutas por equidade, segundo Collins e Bilge (2021).

A interseccionalidade pode, então, ser caracterizada como uma “sobreposição de vulnerabilidades” (Góes; Kempf; Borba, 2019, p. 6). O conceito de interseccionalidade aponta para marcadores sociais de grupos subordinados além de gênero, raça e classe, como orientação sexual, estereótipos físicos, território, identificações culturais e religiosas, dentre outros. Também “é vist[o] como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (Hirata, 2014, p. 69). Isso

porque “raça, gênero, classe social, orientação sexual [e outros] reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade” (Bairros, 1995, p. 461). Portanto, é possível compreender que “a interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações também” (Akotirene, 2019, p. 42).

Nesse sentido, olhar para as desigualdades no Brasil é necessariamente enxergar as realidades múltiplas e complexas que se entrecruzam com outros problemas que compõem o histórico do País, como o imperialismo e a colonialidade, configurando um complexo de lutas que envolvem diferentes marcadores sociais que são, de certa forma, inseparáveis (Matos, 2010).

2.2 Aproximações da insegurança alimentar com a interseccionalidade de gênero, raça e classe

Ao se falar de opressões múltiplas, no Brasil, é impossível não se lembrar da lendária Carolina Maria de Jesus. A autora escreveu sobre sua vida e lutas constantes pela sobrevivência. Em sua obra mais famosa “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, publicado em 1960, ela aborda o tema da fome, violência, pobreza, falta de assistência social, a vida na favela, desigualdade, discriminação e exploração. Nessa obra, Carolina Maria de Jesus escreveu sua máxima conhecida: “A fome é o meu terror. A fome é cruel. A fome é negra. A fome é um monstro devorador” (Jesus, 2019, p. 13).

Como discutido por Castro (1984), o flagelo da fome é tão velho quanto a própria humanidade e, apesar disso, falar sobre ela foi, e continua sendo, uma espécie de tabu, já que essa fragilidade social evidencia ineficiências políticas, morais e do próprio sistema econômico. O domínio do sistema capitalista nas relações mundiais atua para que a produção, distribuição e o consumo dos produtos alimentares trabalhem para o seu interesse (puramente econômico), e não aos propósitos sociais e da saúde pública. Este modelo contribui para a manutenção das desigualdades e discriminações, e “é extremamente desigual na distribuição dos rendimentos dentro dos países e entre os países. Vivemos num mundo de riqueza fabulosa e pobreza extrema” (Sachs, 2017, p. 12). Ou seja, para Castro (1984), a fome é resultado de escolhas políticas intencionais, que servem aos interesses econômicos, e não aos sociais.

Para se falar de insegurança alimentar e fome é importante compreender que não se trata apenas do acesso e disponibilidade de alimentos, não se refere apenas ao “quanto”, mas também sobre a qualidade desse alimento, sobre “o que” se come (Castro, 1984; FAO, 2020). Segundo Azevedo (2016), a Insegurança Alimentar (IA) não se limita à escassez de alimentos,

mas abrange também a qualidade, segurança, acessibilidade e adequação cultural. A autora critica as atuais escalas de medição de IA por se concentrarem predominantemente nos aspectos quantitativos. Para ela, além da disponibilidade de alimentos, é fundamental considerar a qualidade, a segurança, e os impactos sociais e culturais envolvidos. No entanto, a escala de mensuração vigente, embora validada, é restrita à dimensão do acesso, classificando a insegurança alimentar em diferentes níveis. Entre esses, a insegurança alimentar grave é o que, neste trabalho, se considera como a fome propriamente dita, conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Definições acerca da Segurança e Insegurança Alimentar.

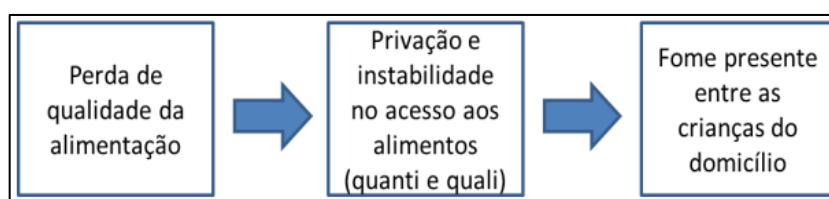
Descrição	Fonte
<p>Fome: uma sensação desconfortável ou dolorosa causada por energia insuficiente da alimentação. Privação de alimentos; não comer calorias suficientes. Usado aqui de forma intercambiável com subalimentação (crônica). Medido pela prevalência de subalimentação (<i>Prevalence of Undernourishment – PoU</i>).</p> <p>Insegurança alimentar moderada: um estado de incerteza sobre a capacidade de obter alimentos; risco de pular refeições ou ver comida acabar; sendo forçado a comprometer a qualidade nutricional e/ou quantidade dos alimentos consumidos.</p> <p>Insegurança alimentar grave: ficar sem comida; fome experimentada; no extremo, ficar sem comer por um dia ou mais.</p> <p>Má nutrição: condição associada a deficiências, excessos ou desequilíbrios no consumo de macro e/ou micronutrientes. Por exemplo, desnutrição e obesidade são formas de má nutrição. O atrofiamento ou o atraso no crescimento infantil são indicadores de desnutrição.</p>	FAO (2021)
<p>Segurança alimentar: a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.</p> <p>Insegurança alimentar leve: preocupação ou incerteza quanto o acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.</p> <p>Insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.</p> <p>Insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).</p>	BRASIL (2010). Nota técnica DA/Sagi/MDS
<p>Insegurança alimentar leve: Incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida.</p> <p>Insegurança alimentar moderada: Quantidade insuficiente de alimentos.</p> <p>Insegurança alimentar grave: Privação no consumo de alimentos e fome.</p>	Olhe para a fome (2022)

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome elaborou o Estudo

Técnico nº. 01/2014 intitulado “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional”. Este documento apresenta análise de estudos que concluíram que a insegurança alimentar se constitui de forma progressiva, tanto em nível domiciliar quanto individual, de diferentes formas. É comum que primeiramente os adultos sofram com a restrição alimentar, reduzindo as porções ou pulando refeições, até que essa situação atinja as crianças, o que constitui o agravamento da situação a nível familiar (Brasil, 2014).

Figura 2: Processo de insegurança alimentar e fome no nível individual e coletivo.



Fonte: BRASIL (2014)

Amartya Sen (2010), em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, defende que a fome não é apenas falta de comida, mas sim resultado de cruzamentos de uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e históricos. A fome é resultado de escolhas políticas e da intersecção de fatores já citados e, somado a isso, grande parte da população sofre restrições de liberdade de acordo com seus marcadores sociais impostos. Dessa forma, a fome é consequência da privação das liberdades básicas dos indivíduos, e é uma violência e violação dos direitos humanos. A fome contribui para a carência de liberdade, na medida em que ela é resultado da falta de políticas públicas e acesso a bens e serviços essenciais, como alimentos, moradia, água potável e saneamento básico, saúde e educação, por exemplo. Essa escassez, é o que faz a fome ser causa e consequência no “ciclo vicioso da pobreza” e da própria situação de IA, conforme Myrdal (1972). Tanto Sen (2010), quanto Myrdal (1972), compreendem que a intersecção de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, agem mutuamente na manutenção de opressões, impedindo a saída de determinados grupos de um ciclo de pobreza e desigualdade. É possível, então, que essas pessoas saiam dos ciclos de pobreza, opressões, fome, e outras situações de manutenção de vulnerabilidades, e alcancem ampla liberdade, por meio de políticas públicas sérias e comprometidas com esses interesses (Sen, 2010; Myrdal, 1972; Castro, 1984).

Nesse sentido, mostra-se a importância do acesso à educação como forma de quebrar o ciclo da pobreza geracional. Como apresentado na introdução deste trabalho, dados mostram

que a baixa escolaridade está diretamente relacionada com a pobreza e, portanto, com a fome (IBGE 2020; FAO 2021; Rede PENSSAN 2022). O conjunto das múltiplas opressões que afeta os grupos mais vulneráveis à fome (lares chefiados por mulheres negras, com baixa renda e pouca escolaridade) não só marginaliza social e politicamente essas minorias, dificultando seu acesso à educação, trabalho digno, ascensão social e segurança alimentar, como também perpetua o ciclo intergeracional da pobreza. A fome, nesse contexto, não é apenas uma consequência dessas opressões, mas também uma das mais cruéis formas de opressão, negando a esses grupos o acesso a uma necessidade humana básica e essencial (Tavares; Lima, 2021).

Nessa lógica de acesso e violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), Mattos (2010) apresenta a máxima “Mas, se a gente é o que come, quem não come nada some! É por isso que ninguém enxerga essa gente que passa fome”, trazendo luz ao debate da fome como privação do exercício de cidadania e, logo, o não reconhecimento da pessoa que vivencia tal situação como um cidadão, portanto portador de direitos e dignidade. O direito à alimentação não é colocado em prática como, de fato, direito, e sim como produto fruto do capitalismo monetário, onde tem acesso quem tem dinheiro para comprar.

De acordo com Sachs (2017), o Índice Gini mede a desigualdade de renda dentro dos países, e varia de 0,00 – igualdade absoluta de rendimentos entre todas as pessoas – e 1,00 – desigualdade absoluta, com muito rendimento para poucos e o restante com nenhum. Sachs (2017) ainda aborda que há inúmeras controversas razões para essas disparidades, mas, no caso das Américas, um dos fatores que repercute efeito até a contemporaneidade, foi a colonização dos Europeus, com a tomada de terras e da escravização de indígenas e pessoas trazidas do continente africano. Além disso, também aponta o peso que as discriminações têm sobre a pobreza, impedindo por questões de gênero e/ou raça, por exemplo, que pessoas tenham acesso à educação e emprego de qualidade.

É importante refletir sobre a questão da pobreza e rendimento pois, desde o advento da “modernidade”, do capitalismo e da propriedade privada, houve um enquadramento da comida como mercadoria e o acesso a alimentos passou a ser tratado como trocas econômicas e produto de valor monetário. Ou seja, o alimento se tornou mercadoria na lógica privada do capital “a partir do cenário produtor de doenças e de desigualdades econômicas e sociais, no contexto da fase contemporânea do capitalismo e sua crise” (Machado *et al.*, 2016). Logo, o direito à alimentação é negligenciado, uma vez que a comida não é tratada como necessidade básica e direito do cidadão – como deveria ser – conforme a legislação brasileira.

E longe de erradicar a fome, mas defendendo esse fim, constitui industrial e geneticamente tudo que inapropriadamente é chamado de comida. Não há liberdade de escolha e soberania alimentar em um sistema onde praticamente todos os alimentos são provenientes de algumas poucas empresas transnacionais que controlam o que, como, onde e por qual preço serão produzidos e distribuídos, fruto do interesse em transformar alimento em mercadoria, capital especulativo e lucro, e não um direito (Machado *et.al.*, 2016).

Nessa direção, no livro “Da fome à fome”, organizado por Campelo e Bertolotto (2022), Elaine de Azevedo escreve sobre a colonialidade alimentar e destaca como as práticas alimentares e os sistemas de produção no Brasil estão intrinsecamente ligados a estruturas coloniais, o que contribui para a manutenção das desigualdades e da insegurança alimentar. A fome, nesse contexto, é vista como resultado de processos históricos que priorizam a concentração de terras e a produção voltada para exportação, em detrimento da soberania alimentar local. As políticas públicas, por vezes, falham ao desconsiderar as dimensões culturais e sociais dessas desigualdades. Além disso, o sistema agroalimentar brasileiro, caracterizado como hegemônico e predatório, reflete um capitalismo colonial e racial, favorecendo a monocultura e a exploração, o que perpetua a fome (Azevedo, 2022).

O Direito Humano à Alimentação Adequada⁵ é assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 do Brasil, estabelecendo que a alimentação é um dos direitos sociais básicos à vida e dignidade humana. Além disso, a Lei nº 11.346/2006 (Brasil, 2006), cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e define:



Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.


A primeira grande ação mundial que teve como um dos objetivos discutir a fome ocorreu em 1943 pela ONU, e foi a Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, que objetivava tratar problemas do mundo pós-guerra, originando, assim, a atual FAO (Castro, 1984) que, inclusive, Josué de Castro foi um dos fundadores (Maluf *et al.*, 1996). Desde então, a FAO, nações, estudiosos e instituições ligadas ao tema, têm buscado compreender as questões que se conectam com a fome e formas de erradicá-la. Na década de 2000, houve um

⁵ “O conceito está fortemente relacionado ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade” (CONSEA, 2006, p. 5).

grande esforço mundial, conduzido pela ONU, que foram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM propuseram oito objetivos para direcionar as nações a enfrentarem os mais emergentes problemas, dentre eles, a erradicação da fome. Baseando-se nesses resultados, um dos últimos compromisso mundiais foi com a Agenda 2030, que formulou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), inspirados nos ODM (Quadro 2). Os ODS apresentam 17 objetivos com suas respectivas metas e indicadores para guiar as nações em busca do desenvolvimento sustentável e enfrentamento de desafios sociais, ambientais e econômicos (Sachs, 2017). O Quadro 2 abaixo apresenta os ODM e ODS relacionados à fome.

Quadro 2: ODM 1, ODS 1 e ODS 2.

ODM	METAS
 <p>Objetivo 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome</p>	<p>1.1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cuja renda é inferior a US\$ 1,25 por dia.</p> <p>1.2: Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, incluindo as mulheres e os jovens.</p> <p>1.3: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.</p>
ODS	METAS
 <p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>	<p>1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia</p> <p>1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais</p> <p>1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis</p> <p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças</p> <p>1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais</p> <p>1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões</p> <p>1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional,</p>

	com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.
 <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>	<p>2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas</p> <p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola</p> <p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo</p> <p>2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente</p> <p>2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos</p> <p>2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha</p> <p>2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.</p>

Fonte: Baseado em ONU, Brasil (2023).

O combate à fome e a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é base fundamental dos direitos sociais humanos – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Dessa forma, a SAN é um direito de todas as pessoas e, para isso, o acesso a alimentos deve ser regular, permanente, de qualidade e respeitando as quantidades necessárias, baseando-se em: “práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” e que não comprometa o acesso à outras necessidades essenciais (Brasil, 2022, p. 4).

Dentro dos domicílios, as mulheres são as maiores responsáveis pelo papel de “nutrição”, e “historicamente a alimentação tem sido de maior responsabilidade das mulheres dentro das famílias, devido aos papéis tradicionais de gênero e à desigual divisão do trabalho, mais especificamente, do trabalho doméstico e do cuidado” (Schall *et al.*, 2022). Tal fato é bem contextualizado por Silvia Federici (2017), em seu famoso livro “Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva”, em que a autora apresenta a chegada do capitalismo com o enquadramento da mulher responsável pela esfera privada – aquela do cuidado, da criação dos filhos, responsável pela alimentação, nutrição e trabalho doméstico como um todo. Ou seja, é contraditório que mulheres sejam as maiores responsáveis pela nutrição familiar e, no entanto, constituem a maior porcentagem em situação de fome. Essa realidade se expande quando entra o critério racial. Para Federici (2017), além da questão do patriarcado, existe a questão do racismo – uma vez que mulheres brancas, também passam a oprimir mulheres “de cor”, e atribuem à essas o cuidado de sua prole e família, e a mulher de cor se abdica dos cuidados com sua própria família para servir na “casa grande”.

Schall *et al.* (2022) relata que essa relação da mulher com a alimentação também é perceptível no campo e nos espaços urbanos, já que, no campo, as mulheres lideram as responsabilidades da produção dos alimentos, e nos centros urbanos, lideram as redes solidárias de combate à fome. “As mulheres rurais são, em geral, as principais detentoras dos conhecimentos sobre a produção de alimentos e suas formas de preparação, por sua condição de responsáveis pelos cuidados da família, incluindo a alimentação” (Mota *et al.*, 2021, p. 23). Tal fato evidencia o protagonismo feminino nas lutas pela segurança alimentar e nutricional.

A ação protagonista dessas mulheres na produção de estratégias para garantir a segurança alimentar de suas famílias é carregada não apenas de resiliência, mas de indignação com as injustiças a que são submetidas, de afeto com os seus e da invenção de outras maneiras de lidar com o alimento, que vão na contramão da lógica capitalista. A luta dessas mulheres não é apenas pelo prato de comida na mesa, mas por terra para plantar, renda para escolher o que comprar, ou seja, representa uma luta por uma vida mais justa e igualitária (Schall *et al.*, 2022, p. 4153).

É evidente o protagonismo de movimentos sociais e de participação popular nos debates sobre a fome pois, como diz Betinho “quem tem fome, tem pressa”. Herbert de Souza, Betinho, foi um sociólogo brasileiro que atuou arduamente no processo de redemocratização do Brasil e lutou pelo combate à fome. Devido às atuações de Betinho para mobilização social de enfrentamento às desigualdades, fome e pobreza, o sociólogo se tornou símbolo de cidadania no Brasil, criando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

e liderando a campanha contra a fome, conhecida como Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como a campanha contra a fome (IBASE, 2023).

Na década de 1990, surgiu também no Brasil outro importante instrumento de luta no combate à fome, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em 1993. O CONSEA é um espaço de participação e controle social, e sua função é de aconselhar a Presidência da república e é formado por entes governamentais (Ministros de Estado) e membros da sociedade civil, numa composição majoritária da sociedade civil (dois terços), fato que também diferencia esta instância de controle social. A criação do CONSEA foi uma ação inovadora na tentativa de buscar soluções para o problema da miséria (Maluf *et al.*, 1996).

É nítido que a década de 1990 foi muito importante para o avanço nas discussões de combate à fome no Brasil, dada as articulações e parcerias sociais e governamentais. No bojo da efervescência dessas movimentações, a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) ocorreu, em julho de 1994, advinda dos movimentos desencadeados pela Ação da Cidadania e com o apoio do CONSEA. Mais uma vez, é visível os resultados das mobilizações sociais em torno da questão alimentar e combate à fome, levando à formação da primeira CNSA. Como resultado da Conferência, foram produzidos documentos e declarações políticas que baseiam a Política Nacional de Segurança Alimentar (Maluf *et al.*, 1996). Entretanto, na transição do Governo Itamar Franco, o CONSEA foi substituído e Maluf *et al.* (1996) apontaram os riscos dessa ação e substituição do CONSEA pelo Programa Comunidade Solidária, que tirou o foco do combate à fome governamental e alocou essas ações a um projeto mais amplo de ação social, reduzindo as questões de insegurança alimentar a uma dimensão assistencial.

A questão alimentar é mais complexa do que promover distribuição de alimentos ou estimular iniciativas localizadas de geração de emprego (sem dúvida indispensáveis). Eliminar parte das perdas de renda real provocadas pela alta inflação, com um plano de estabilização, não é sinônimo de distribuição de renda, assim como boas safras agrícolas não se confundem com alimentos acessíveis. O CONSEA favorecia a discussão dos temas citados junto ao núcleo central do governo e junto à sociedade (Maluf *et al.*, 1996, p. 6).

Outro período importante foi a partir do ano de 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a amplitude de novas políticas públicas de combate à fome e pobreza. Logo nos primeiros dias do governo, o Programa Fome Zero (PFZ) foi instituído, e destaca-se a importância do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto equipamento

de operacionalização do PFZ nos municípios. O PFZ foi direcionado para o atendimento de famílias em situação de pobreza ou de pobreza extrema. Além disso, houve a recriação do CONSEA, criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (que estimula a compra pública de produtos de agricultores familiares) e criação de um ministério próprio para o combate à fome, o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Pobreza. Outro programa também beneficiado no novo governo foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornece alimentação para crianças e adolescentes matriculadas em escolas de rede pública (IPEA, 2014).

De acordo com o documento intitulado “A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação” (IPEA, 2014), o comprometimento do Estado com a SAN foi evidenciado também com a aprovação de uma lei elaborada em plenária do CONSEA em 2004, que resultou na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 6.047, de 15 de setembro de 2006. Um dos resultados dessa lei foi a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que visa a articulação e integração de diversas políticas públicas ligadas à SAN, tais como os serviços do CRAS e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (IPEA, 2014). O Brasil teve muitos avanços em termos de políticas públicas no combate à fome durante o governo Lula. Entretanto, foi apenas em 2010 que a Constituição Federal introduziu a alimentação como um direito social (Brasil, 2010).

De acordo com a Rede PENSSAN (2022), o Brasil havia saído do Mapa da Fome da ONU em 2014, como resultado de uma intensa construção conjunta de políticas públicas voltadas à SAN, somada à atuação do CONSEA. Tal compreensão é importante para entender alguns fatores que contribuíram para que o Brasil voltasse ao Mapa da Fome e intensificasse durante o governo de Bolsonaro. Tal governo destituiu o CONSEA em seu primeiro dia de direção, descontinuou políticas públicas voltadas para a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil e interrompeu programas reconhecidos internacionalmente com eficiência no combate à fome (Rede PENSSAN, 2022). Logo, a pandemia associada às negligências de um governo sem compromisso no combate à fome, resultou no agravamento desse cenário.

Fato é que, durante o período de pandemia da Covid-19, a fome, assim como outros problemas já emergentes, se intensificou ainda mais. A questão importante a ser observada é que, claramente, a pandemia foi um fator que impactou a piora desses quadros, mas isso se somou à negligência e descompromisso governamental. A omissão do governo em priorizar políticas de combate à fome, a desconsideração dos marcadores sociais que envolvem esse

contexto e o advento da pandemia, se somaram para constituir um cenário injusto e cruel. Conforme a Rede PENSSAN (2022),

A fome no Brasil é uma injustiça muito cruel, e sabemos que atinge de forma mais grave setores historicamente marginalizados da sociedade. O olhar sobre este problema não pode ser meramente conjuntural, pois não está dissociado das desigualdades estruturais da sociedade e no mundo. Em um país de alta produção agrária e com um histórico de políticas de combate à fome e das desigualdades, a crueldade da situação atual parece ainda maior.

Fica nítido, então, que a maneira de organização social e as políticas públicas, apesar de muito importantes, não têm sido suficientes para combater a fome. Sendo assim, a interseccionalidade está presente no contexto de violência, negligência e opressão representado pela fome e insegurança alimentar, mas sua configuração depende dos marcadores sociais de diferença específicos ao território analisado, que afetam os grupos que vivem essa realidade. Conforme afirma a Rede PENSSAN (2022), fome tem classe, gênero, raça e grau de escolaridade.

2.3 Permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior

As diversas mazelas sociais que afligem a sociedade brasileira, entre as quais se destacam as distintas expressões de insegurança alimentar, têm suas raízes nas profundas desigualdades sociais que foram historicamente moldadas por processos econômicos e políticos. A conexão entre insegurança alimentar e nível educacional revela-se como um dos problemas mais urgentes e graves enfrentados pelo país, indo além dos contornos da volta do Brasil ao mapa da fome. É evidente que a garantia do acesso à educação como um direito social fundamental não apenas contribui para o desenvolvimento intelectual, mas também emerge como uma medida essencial na proteção das famílias contra a ameaça constante da fome (Rede PENSSAN, 2022).

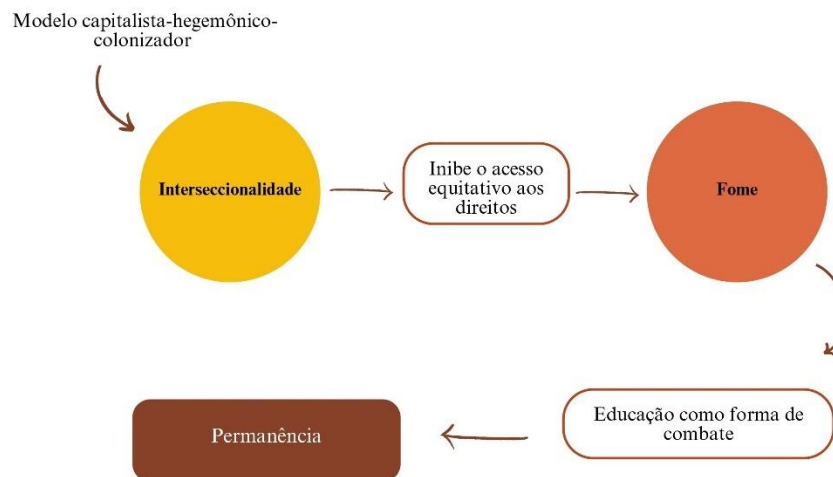
A interseccionalidade é presente nessa reflexão, principalmente ao observar estudos como o de Sperandio e Priore (2015), constatando que, entre beneficiários do bolsa família, a IA chega a 70%, com prevalência em lares cujas mães possuem baixa escolaridade, renda e autodeclaração negra (preta somada à parda).

A baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, o que implica o acesso a empregos de baixa remuneração. Essa situação contribui para a ocorrência da insegurança alimentar. Uma das

condicionalidades impostas pelo PBF é a permanência dos jovens na escola. O objetivo dessa condicionalidade é aumentar o grau de escolaridade de crianças e adolescentes, podendo vir a contribuir com o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, que tem a baixa escolaridade como um de seus principais determinantes (Sperandio; Priore, 2015, p. 742).

Portanto, investir na educação não apenas como um meio de reduzir as disparidades sociais, mas também como uma estratégia crucial para abordar as raízes estruturais das injustiças que assolam as famílias brasileiras, torna-se imperativo. Conforme exposto ao longo do trabalho, as vias de opressão operam suas forças sobre as minorias de forma que, cada vez mais, as condições de saírem da situação de marginalização, do ciclo geracional e vicioso da pobreza e da fome seja longínquo. A educação se posiciona nessa teia como caráter primordial para minimizar esses efeitos e contribuir com a ascensão social e oportunidades mais igualitárias de trabalho (Sachs, 2017). Entretanto, uma vez dentro do ensino superior, este ambiente elitizado pouco oferece condições de permanência e equidade para esses grupos socialmente e historicamente oprimidos (Almeida, 2009).

Figura 3: Relação entre interseccionalidade, fome e permanência.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O direito de todas as pessoas à educação é premissa básica na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988. A DUDH impõe, em seu artigo 26, que a educação, ao menos para o ensino fundamental, deve ser gratuita e obrigatório, o ensino técnico e profissional deve ser generalizado e o ensino superior deve ter acesso aberto a todas as pessoas em plena igualdade, em função do seu

mérito (ONU, 2023). Em consonância, os artigos 205 e 206 da Constituição seguem os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e gratuidade do ensino público, sendo dever do Estado e da família, com incentivo e colaboração da sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Apesar da ideia de igualdade passada pela DUDH e pela Constituição, a própria DUDH apresenta o “mérito” como base para se alcançar o ensino superior. Bourdieu e Passeron (1992) chamam atenção para o discurso ilusório de que os sistemas de ensino são igualitários e que, para seu acesso, permanência e sucesso, basta o mérito individual, enquanto, na realidade, esse sistema reproduz hierarquias sociais. Tais hierarquias são constituídas tendo como plano de fundo a violência simbólica, o capital cultural e a desigualdade de classe (Bordieu 2018; Bordieu; Passeron 1990).

Em alinhamento à crítica de Bourdieu e Passeron (1992), cabe mencionar o histórico elitista brasileiro de acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Conforme Melo *et al.* (2009, p. 23),

A história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A história de nossa sociedade é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e conseqüentemente no ensino superior. Do período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, os projetos e iniciativas no campo do ensino superior evidenciaram esses dois traços: um ensino voltado para as elites, para aqueles que podiam pagar e uma série de obstáculos e mecanismos que excluía a maior parte da população do acesso ao nível superior.

Ou seja, o ensino superior e escolas acabam favorecendo aqueles que já possuem determinados tipos de capital cultural e ignora as desigualdades estruturais (Bourdieu; Passeron, 1992), como os incontáveis efeitos da colonização no Brasil. Por isso, são necessárias políticas públicas, considerando as falhas sócio-histórica-políticas, para garantir o direito à educação para além da ingênua ideia de igualdade baseada em meritocracia. Em outras palavras,

O princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola constitui uma diretriz fundamental que deve informar as políticas públicas educacionais. Em um país de imensas desigualdades sociais e regionais, torna-se imperativo aos poderes públicos a implementação de políticas públicas voltadas à redução das condições que levam a altos índices de abandono (evasão ou não permanência na escola), reprovação e distorção na relação idade-série (Duarte, 2007, p. 705).

Por conseguinte, as políticas públicas se tornam imprescindíveis para garantir o acesso da “ralé”⁶ à educação (para usar um termo irônico de Souza (2009)), especialmente no contexto da educação superior, que ao longo da história tem sido reservada para a elite brasileira e promove uma ilusão de igualdade. Conforme Joaquim e Alvarenga (2022, p. 39),

[...] o Brasil é um país historicamente engendrado pelas desigualdades raciais e de classe e possui uma particularidade que contribui para que a sua superação não se dê plenamente: o grave abandono de uma classe popular, identificada como a ralé, que desde a escravidão vem sendo marginalizada e excluída dos ditos “privilégios” da classe média e alta, quais sejam: uma educação que de fato enseja a igualdade de oportunidade e condições de trabalho digno e valorizado.

Nesse sentido, a Educação Superior brasileira iniciou seu período de expansão, segundo Maciel *et al.* (2016), após a criação da Lei nº 9.394, em 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Um fato propício para a ampliação foi a abertura das Instituições de Ensino Superior (IES) do setor privado ao capital, expandindo a Educação Superior fortemente com fins lucrativos. Tal movimento ganhou força no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), continuando no governo Luiz Inácio da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014) (Maciel *et al.*, 2016).

A década de 2000 foi marcada por mudanças importantes no acesso e permanência de estudantes ao Ensino Superior Federal. Além da retomada dos investimentos no ensino e expansão das universidades públicas, houve duas grandes políticas que contribuíram para tal cenário: Lei nº 12.711 de 2012, que aborda sobre o acesso e o Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre a permanência nas universidades federais. Nessa mesma década, “o movimento negro intensificou ainda mais o processo de crítica ao modelo de política educacional adotado que não considerava as desigualdades raciais como parte das desigualdades escolares” (Gomes *et al.*, 2021, p. 5). Tal fato culminou na soma de esforços para a criação de cotas raciais como ação afirmativa no ensino superior, em um contexto em que havia sido criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, sendo a primeira vez em que questões raciais foram introduzidas como política de Estado (Gomes *et al.*, 2021).

⁶ Para Jessé de Souza (2009, p. 21) a “ralé” é considerada como “uma classe inteira de indivíduos que não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”.

A Lei nº 12.711, de 2012, popularmente conhecida como “Lei de cotas”, foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff e dispõe sobre o ingresso nas universidades e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Em um primeiro momento, a lei garantia a reserva de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo preenchidas por estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (2022).

Em 2016, a redação foi alterada pela Lei nº 13.409, de 2016, sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, modificando as categorias de pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, adicionando, então, pessoas com deficiência (Brasil, 2016). Em 2023, a Lei nº 14.723 também altera o mesmo texto, ao adicionar ao grupo referido, pessoas quilombolas e “determina que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas, que são 50% do total, apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência” (Araújo, 2023).

Essa última e mais recente Lei (nº 14.723) foi sancionada no dia 13 de novembro de 2023 pelo presidente da República. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (BRASIL, 2023), “quilombolas, indígenas, pretos, pardos e pessoas com deficiência integram os grupos sociais contemplados pela Lei” e os cotistas terão prioridade no recebimento do auxílio estudantil. Além disso, houve extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação. Ainda de acordo com o MDHC, o ministro Silvío Almeida afirmou que a política de cotas é uma ação sobre memória, justiça e de não repetição das desigualdades e violências no Brasil,

um país que foi formado com a escravização de africanos e indígenas, que mata jovens negros nas periferias, que ainda discrimina pessoas com deficiência, que ainda exclui as trabalhadoras, trabalhadores e pessoas pobres do acesso às riquezas produzidas pelo nosso país (Brasil, 2023).

Outra mudança que ocorreu foi a redução da renda familiar máxima, saindo de 1,5 salário-mínimo para 1 salário-mínimo per capita. Em suma, a nova Lei de Cotas ampliou o grupo que terá direito ao acesso às cotas e as vagas serão distribuídas baseadas nos dados atualizados do IBGE sobre a proporção em cada estado de indígenas, pretos, pardos,

quilombolas e pessoas com deficiência. Além disso, os discentes em situação de vulnerabilidade social serão os prioritários para receber o auxílio estudantil e o programa será avaliado a cada dez anos (Brasil; INEP, 2023).

É visível o resultado da Lei de Cotas por meio dos dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Censo da Educação Superior 2022. Em comemoração aos dez anos de criação da Lei de Cotas, foi apresentado um aumento de 167% de ingressos no ensino superior federal por meio de cotas (Brasil; INEP, 2023). De acordo com o INEP, em 2022, 55.371 pessoas ingressaram em universidades, faculdades e institutos federais pelo critério étnico-racial. Esse recorte de cotistas só é menor que o de 99.866 que estudavam em escola pública. Ao todo, 45.226 tinham renda per capita inferior a um salário-mínimo e meio. Além disso, 2.059 eram pessoas com deficiência e 3.359 utilizaram outros programas de reserva de vagas (Comunicação Social do INEP, 2023).

Conforme Mattos e Fernandes (2022, p.16), “após a conquista do ingresso, a trajetória acadêmica para os estudantes com desvantagens econômicas e culturais se mostra um novo desafio para a conquista do efetivo acesso ao ensino superior”. Portanto, se fazem necessárias políticas e ações voltadas para a permanência dos “novos” alunos, que antes não tinham condições de acessar tal espaço.

O Decreto nº 7.234, de 2010, que institui a PNAES, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa amplia as condições de permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades públicas federais, visando reduzir a evasão e retenção, além de promover a inclusão social por meio da educação (Brasil, 2012). Além disso, oferece suporte em áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Lei nº 14.914, sancionada em 3 de julho de 2024, transformou o Projeto de Lei nº 1434/2011, que instituía o Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior (FUNAES), em uma política de Estado voltada para a assistência estudantil no Brasil. A lei fortalece e amplia a PNAES, incluindo programas de apoio como moradia, alimentação, transporte e saúde, com o objetivo de garantir a permanência de estudantes de baixa renda em instituições federais até a conclusão de seus cursos (Brasil, 2024). Contudo, os vetos presidenciais (Veto nº 17/2024) a dispositivos que estabeleciam critérios claros para a distribuição de recursos e a concessão de benefícios podem fragilizar a política e limitar o alcance de seus objetivos (Brasil, 2024).

Tanto a Lei de Cotas quanto a de Permanência são fundamentais para ampliar o êxito da “ralé” em concluir um Ensino Superior e, assim, tentar sair do “círculo vicioso da pobreza” (Nurkse, 1966). Entretanto, segundo Maciel *et al.* (2016, p. 775), “as políticas e os programas de permanência são desenvolvidos para minimizar os efeitos da desigualdade social na Educação Superior, seguindo a lógica do “discurso de inclusão”⁷. Tal lógica é muito presente nas políticas educacionais, uma vez que busca reparar algumas exclusões sociais presentes na sociedade, partindo da ideia de amenizar não as causas, mas os efeitos das desigualdades, tais como classe, raça, gênero e outros marcadores sociais que mantinham determinados grupos privados do acesso ao ensino superior. Segundo Almeida (2009, p. 162 e 163),

É em face da função exercida pelo Estado, nesse contexto de globalização, que a elaboração das políticas sociais sustentadas pelo discurso de inclusão se faz necessária, minimizando os efeitos do capitalismo e destinando, a alguns grupos considerados como excluídos, acesso e condições básicas, mas sem alterar as condições que produzem esses efeitos de desemprego e pobreza. Essa contradição, na qual o discurso de inclusão se sustenta, é uma construção social, reforçada pelas políticas estatais e pela realidade social construída por essa mesma sociedade.

Mesmo com a inclusão e políticas de ações afirmativas para expandir as universidades e garantir o acesso e permanência, o que se mantém é a ideologia da classe dominante (Almeida, 2009) e de seu capital simbólico e cultural (Bourdieu; Passeron, 1992). Tal situação contribui para o sentimento de não pertencimento e estrangeirismo. Conforme Mattos e Fernandes (2022, p. 4), “a inclusão social pode trazer desafios simbólicos tão importantes quanto os entraves da dimensão material para os estudantes universitários de diferentes origens sociais, especialmente em uma instituição historicamente elitista e excludente”. Ou seja, a permanência está para além do suporte material, mas enraizada em uma cultura legitimada baseada na exclusão de minorias e que fortalecem a violência simbólica, conforme Bourdieu e Passeron (1992). Assim, grupos que historicamente foram excluídos desse espaço (mulheres, negros, baixa classe, indígenas, quilombolas, portadores de deficiências e de territórios afastados dos centros produtivos), têm constantes desafios para permanecer no ensino superior, relacionados, para além de capital material, com o cultural e simbólico (Joaquim; Alvarenga, 2022).

⁷ O discurso de inclusão “preconiza o acesso de todos aos direitos constitucionais, pressupondo que cada sujeito tem méritos próprios que determinam seu sucesso ou fracasso, sem considerar que esse sujeito pertence a determinada classe social, condição econômica específica e que estes e outros fatores interferem no acesso aos seus direitos e na forma como desenvolve a escolarização” (Almeida, 2009, p. 52).

Apesar de que “a educação se revela como um elemento essencial para a formação do cidadão enquanto sujeito de direitos. Isto é, aquela pessoa que se sente responsável pelo projeto de sociedade à qual pertence” (Brasil, 2013, p. 34), o ambiente acadêmico tal como é, sem considerar o capital cultural dos “novos” discentes, da “ralé”, contribui para o sentimento de não-pertencimento e reproduz violências. À exemplo disso, é a ideia generalizada dos detentores do capital cultural dominante de que políticas de permanência e cota é “esmola”⁸, é um favor, e não um direito social e humano. Tal pensamento contribui para a banalização de políticas como o Programa de Alimentação e de Moradia Estudantil.

Além das interseccionalidades que dificultam a permanência de determinados grupos no ensino superior, as temáticas já abordadas sobre cuidado e maternidade têm sido um debate recente, pertencentes também à discussão interseccional. As atividades de cuidado, principalmente vinculadas à maternidade, operam na manutenção da desigualdade de gênero, limitando mulheres de oportunidades equitativas, tirando credibilidade arduamente conquistada por elas e as impedindo de obter ascensão profissional e social em detrimento de homens. A situação é ainda pior quando se analisa gênero, raça e classe. Tais dados são apontados por Carpes, *et al.* (2022), em um estudo que mostra a configuração de diversas vias opressoras que criam desigualdades na ciência a depender de “raça/cor da pele, sexualidade, condição de deficiência, entre outros” vinculados à maternidade e cuidado (Carpes, *et al.*, 2022, p.3). Portanto,

Refletir sobre permanência na educação superior pública no Brasil nos remete ao contexto de desigualdades históricas, sociais e econômicas em que as políticas educacionais foram constituídas, evidenciando a exclusão de grupos historicamente privados dos direitos sociais e educacionais, inclusive do acesso ao ensino superior (Abreu; Ximenes, 2020, p.19).

Tal realidade, atrelada ao presente cenário de fome, mostra ainda mais a relevância de políticas públicas e um olhar para essa situação de insegurança alimentar, principalmente no que se refere ao acesso e permanência na educação. Conforme Tavares e Lima (2021) e a Rede PENSSAN (2022), a alta escolaridade é fator primordial para quebrar o ciclo vicioso da pobreza (Nurkse, 1966; Myrdal 1972) e, portanto, a pobreza intergeracional, alcançando,

⁸ Uma alusão à canção “Cota não é esmola” de 2018, de Bia Ferreira, relatando as dificuldades sociais de determinados grupos a acessar a educação superior. Trechos da canção: “Cota não é esmola. Experimenta nascer preto na favela pra você ver. O que rola com preto e pobre não aparece na TV. Opressão, humilhação, preconceito [...] Não tem dinheiro pra busão. Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão [...] Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'. E os amigos que riem dela todo dia. Riem mais e a humilham mais. O que você faria? Ela cansou da humilhação e não quer mais escola [...] alisa o cabelo pra se sentir aceita. Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita [...] Experimenta nascer preto, pobre na comunidade. Cê vai ver como são diferentes as oportunidades. E nem venha me dizer que isso é vitimismo. Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo! [...] Eu disse: Cota não é esmola!”.

portanto, melhores condições de vida e segurança alimentar. Portanto, se faz relevante buscar melhorias para que exista equidade no ensino público superior, para que grupos historicamente excluídos desse espaço possam romper com o ciclo da pobreza geracional, exercerem seus direitos à educação e, assim, a condições dignas de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Classificações da pesquisa

De acordo com Gil (2002) esta é uma pesquisa descritiva e exploratória. Descritiva, pois “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42) e Exploratória pois “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Este trabalho segue o método de estudo de caso e “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados” (GIL, 2002, p. 54). A técnica de coleta de dados foi por meio de entrevista com questionários semiestruturados, aplicação de questionário, realização de grupo focal e pesquisa documental (GIL, 2002).

A abordagem deste trabalho é qualitativa, pois a intenção é compreender parte de um contexto social vivido por moradores de um alojamento estudantil em uma Universidade pública Federal. A abordagem qualitativa é mais adequada quando se utiliza da intencionalidade “[...] em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes” (GIL, 2002, p. 145).

3.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados

A coleta de dados é essencial para capturar as percepções dos principais envolvidos: os estudantes beneficiários e a universidade que concede esses direitos, e ocorreu por meio de três técnicas:

- 1) Entrevista semiestruturada com o(a) Pró-reitor(a) responsável pela Assistência Estudantil da universidade investigada: para responder ao objetivo específico 1, de descrever as políticas voltadas à SA na universidade na perspectiva institucional;

2) Aplicação de questionário semiestruturado online aos residentes da Moradia Estudantil interessados em participar do grupo focal, baseando-se em Minayo (1993; 2021): para responder ao objetivo específico 2, de levantar as características do grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes na moradia estudantil, participantes da pesquisa;

3) Realização de dois Grupos focais, segundo Krueger (1988) e Gatti (2005): para responder ao objetivo específico 3, de explorar as percepções e vivências de IA entre os estudantes residentes na moradia estudantil, participantes da pesquisa.

Após essas coletas de dado, é possível responder ao objetivo específico 4, que é relacionar a IA com questões interseccionais de gênero, raça e classe entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na moradia estudantil, participantes da pesquisa.

Para fins de esclarecimento a Moradia Estudantil é um programa da Universidade investigada que visa fornecer moradia aos estudantes, tendo prioridade aqueles classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica conforme os critérios da própria instituição.

O primeiro passo foi submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal onde a pesquisa foi conduzida. Após aprovação pelo Comitê, o seguinte passo consistiu em esclarecer sobre a pesquisa e enviar convites de participação para as pessoas chaves na coleta de dado, sendo elas: pró-reitora responsável pela Assistência Estudantil e discentes residentes na Moradia Estudantil. Assim, após marcados dias e horários para coleta de dados, esse passo foi concretizado.

Quadro 3: Etapas da coleta de dados.

Etapa	Finalidade	Descrição
1ª: Envio de questionário aos discentes da Moradia Estudantil.	Para identificar o IVS e a EBIA dos participantes.	Enviado antes da realização do grupo focal, para que não houvesse viés na resposta.
2ª: Realização de dois grupos focais com discentes da Moradia Estudantil.	Para identificar a percepção e vivência sobre a Fome desse grupo.	Foram realizados dois grupos, um apenas de homens e outro apenas de mulheres, com diferentes autodeclarações raciais.
3ª: Entrevista com a Pró-Reitoria responsável pela Assistência Estudantil da universidade.	Identificar a percepção da Instituição.	Foi realizada uma entrevista com a instituição.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Todos os convites e realizações dessa etapa foram acompanhados de informações necessárias do projeto, respeitando a privacidade dos(das) participantes e sempre precedida pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Primeiramente, foram enviados os convites aos discentes da Moradia Estudantil para a participação desta pesquisa. O convite foi enviado no grupo geral dos moradores, via WhatsApp e por meio de contatos direto com os representantes da Moradia, via Presidência da Moradia, para que pudessem ajudar na divulgação aos moradores. Foi marcado o melhor dia e horário para a realização do grupo focal com os interessados em participar. Após isso, foi enviado para os discentes interessados o Questionário (ANEXO C) para que pudessem preencher antes da realização do grupo focal, para que as respostas não fossem enviesadas. Além disso, o questionário online foi aplicado apenas aos interessados em participar dos grupos focais, com o intuito de reunir informações sobre os participantes sem prolongar as atividades no dia da realização dos grupos focais.

Em seguida, os grupos focais (ANEXO D) foram realizados. O primeiro grupo foi apenas entre homens e o segundo com mulheres, em ambos havia pessoas de diferentes autodeclarações raciais. Optou-se por essa divisão para que fosse possível traçar análises sobre gênero e raça. O primeiro grupo ocorreu entre homens, em 24 de novembro de 2023, e o segundo foi com as mulheres, no dia 26 do mesmo mês e ano, ambos com duração de aproximadamente 1 hora e 20 minutos. A pesquisadora contou com o apoio de uma equipe de três pessoas para estarem presentes junto a ela durante os grupos focais. Essa equipe de apoio foi orientada a anotar o início e final das falas de cada membro participante do grupo focal, bem como momentos de riso gerais ou silêncio. Os grupos foram conduzidos de maneira leve, com compartilhamento de lanche levado pela pesquisadora e bate papo livre no início, para criar um ambiente mais receptivo e evitar constrangimentos.

Após essas coletas, dia 01 de dezembro de 2023 foi realizada a entrevista semiestruturada (ANEXO E) com a Pró-Reitoria, com duração próxima de 1 hora e 30 minutos. Todo o processo de Grupo focal e Entrevista foi gravado e, em todas as coletas de dados, foram recolhidas assinaturas dos participantes por meio do TCLE. Todo o processo foi realizado baseado no comitê de ética e nos limites previstos no TCLE.

Os critérios de inclusão para os discentes da moradia estudantil foram: maiores de 18 anos, residentes na moradia estudantil da universidade investigada, que aceitem participar da pesquisa e assinarem o TCLE. Para a Pró-reitora, foi mediante aceite em participar da pesquisa e assinatura do TCLE.

Quadro 4: Perfil dos discentes participantes dos grupos focais.

Participantes	Idade	Autodeclaração Racial	Gênero	Bolsa
----------------------	--------------	------------------------------	---------------	--------------

P1	24	Pardo (a)	Homem Cis	Não possui Bolsa
P2	27	Pardo (a)	Homem Trans	Possui Bolsa
P3	20	Branco (a)	Mulher Trans	Possui Bolsa somada à outras fontes de renda
P4	27	Preto (a)	Homem Cis	Possui Bolsa somada à outras fontes de renda
P5	22	Pardo (a)	Mulher Cis	Possui Bolsa
P6	21	Branco (a)	Mulher Cis	Possui Bolsa
P7	28	Branco (a)	Mulher Cis	Possui Bolsa
P8	22	Branco (a)	Homem Cis	Não possui Bolsa
P9	21	Pardo (a)	Mulher Cis	Possui Bolsa
P10	20	Pardo (a)	Homem Cis	Possui Bolsa somada à outras fontes de renda
P11	41	Pardo (a)	Homem Cis	Possui Bolsa
P12	25	Preto (a)	Homem Cis	Possui Bolsa somada à outras fontes de renda
P13	23	Pardo (a)	Homem Cis	Não possui Bolsa
P14	26	Indígena	Homem Cis	Não possui Bolsa

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além disso, foram coletados dados documentais na Pró-reitoria responsável pela Assistência Estudantil da universidade investigada, com foco nos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (SVS), a fim de identificar dados e estatísticas dessa população. Cumpre destacar que foram utilizadas as metodologias/instrumentos padronizados e/ou validados pela literatura científica para a coleta de dados.

3.2.1 Sobre os instrumentos que serviram de base na coleta de dados: EBIA e IVS

O questionário (ANEXO C) foi elaborado para identificar o nível de Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade Social dos discentes, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os grupos focais (ANEXO D) foram conduzidos por meio de perguntas pré-estruturadas, baseadas também em questões do EBIA e IVS. Na mesma linha, seguiu-se a entrevista (ANEXO E) com a Pró-reitora, com perguntas pré-estabelecidas, sobre os regimentos e políticas da Universidade e, também, na EBIA.

Para investigação da IA foi utilizada uma adaptação da EBIA, já consolidada neste campo de estudo e análise (ver ANEXO A). De acordo com o Estudo Técnico nº01/2014 (BRASIL, 2014), a EBIA é resultado dos esforços de cinco instituições de pesquisa brasileiras (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT), que se basearam na Escala Americana sobre percepção e vivência da fome, e traduziram esse conhecimento para a realidade no Brasil. A

Escala Americana possui 18 tópicos e identifica a IA da seguinte maneira (BRASIL, 2014):

- 1) Segurança alimentar no domicílio;
- 2) Insegurança alimentar: 2.1) Insegurança alimentar leve: IA em nível domiciliar; 2.2) Insegurança alimentar moderada: IA entre adultos da família; 2.3) Insegurança alimentar severa: IA entre crianças.

Apoiada nesse conhecimento, a equipe brasileira adaptou o estudo e formulou um questionário de fácil compreensão para a realidade territorial, composto, inicialmente, por uma escala que contém 15 perguntas, cada uma com quatro opções de frequência. Após estudos e aprimoramento, o questionário findou-se com 14 itens. Como resultado tem-se a EBIA, constatada como instrumento de alta validação para diagnosticar a (in)segurança alimentar no Brasil, buscando identificar a percepção e vivência de IA e fome no âmbito domiciliar. Segundo o Estudo Técnico nº 01/2014:

A EBIA tem, portanto, a capacidade de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e também às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar. Considerando também se tratar de uma escala com fácil aplicação e baixo custo.

A pontuação utilizada para categorizar a insegurança alimentar no nível domiciliar é mostrada no Quadro 5.

Quadro 5: Pontos de corte de acordo com os níveis de (in)segurança alimentar.

	DOMICÍLIOS COM MENORES DE 18 ANOS	DOMICÍLIOS SEM MENORES DE 18 ANOS
SA	0	0
IL	1-5	1-3
IM	6-9	4-5
IG	10-14	6-8
*SA: Segurança alimentar; IL: Insegurança Alimentar Leve; IM: Insegurança Alimentar Moderada; IG: Insegurança Alimentar Grave		

Fonte: Estudo Técnico nº01/2014 (BRASIL, 2014)

Para compreender a Vulnerabilidade Social dos discentes da Moradia Estudantil, foi realizada uma adaptação de uma base já consolidada: o Atlas de Vulnerabilidade Social do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que

tem a pretensão de sinalizar o acesso, à ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à

disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado. Os três subíndices que o compõem: i) Infraestrutura Urbana; ii) Capital Humano; e iii) Renda e Trabalho representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas (IPEA, 2023).

O IVS compreende que a vulnerabilidade social não é determinada apenas pela pobreza enquanto situação de insuficiência de renda, mas entende que há um conjunto de variáveis e indicadores que atuam de maneira interseccional na manutenção desse fenômeno. Dessa forma, o IVS tem a intenção de prover uma análise multidimensional, sendo um instrumento que permite identificar as variantes que compõem a situação de vulnerabilidade Social, como a exclusão e pobreza em seus vários aspectos – não apenas como privação econômica, mas também cultural e política (Delgado; Souza, 2017, IPEA, 2023).

Os três subíndices que compõem o IVS são os conjuntos de ativos que são calculados para identificar a vulnerabilidade de determinada região. O resultado se obtém por meio da média aritmética desses três grandes conjuntos, com o mesmo peso. Para isso, foram utilizados dezesseis indicadores associados com os subíndices, a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE (200–2010) (IPEA, 2023). Os indicadores que compõem as dimensões do IVS serviram de base para esta pesquisa (ANEXO B).

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II- o Capital Humano dos domicílios deste território; e III - a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida (IPEA, 2023).

As três dimensões e os 16 indicadores que constituem o IVS estão no Quadro 6.

Quadro 6: Dimensões do IVS.

IVS	
IVS infraestrutura urbana	Porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.
	Porcentagem da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.
	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
IVS capital humano	Mortalidade até um ano de idade.
	Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola.
	Porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.
	Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos.
	Porcentagem de mães chefes de família sem o ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mulheres chefes de família.
	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.

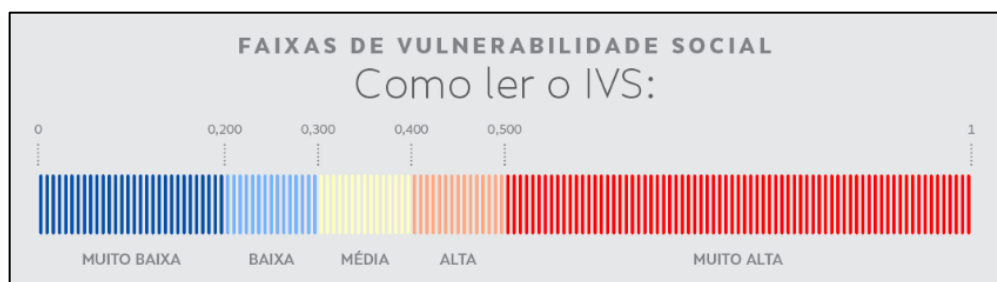
	Porcentagem de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.
	Porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (de 2010), na população total dessa faixa etária.
IVS renda e trabalho	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010).
	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
	Porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
	Porcentagem de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e dependentes de idosos.
	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.

*Salário-mínimo no período da análise dessa pesquisa é no valor de R\$1.320,00 (meio salário corresponderá a R\$ 660,00).

Fonte: Baseado em Ipea (2015).

A forma de ler o IVS é por meio de uma escala 0-1, em que 0 representa nenhuma vulnerabilidade e 1 total vulnerabilidade, conforme a Figura 4.

Figura 4: Faixas de Vulnerabilidade social do IVS.



Fonte: Atlas de vulnerabilidade social (2023).

Após as coletas desses dados (entrevista, grupo focal e questionários), as informações foram sistematizadas, analisadas e interpretadas.

3.3 Análise e interpretação dos dados

Os questionários foram utilizados para conhecer as características socioeconômicas dos participantes, e para calcular a EBIA. A EBIA foi calculada conforme o Quadro 5, utilizando a forma padrão da própria EBIA. Para a análise e interpretação de dados da entrevista e grupos focais, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática segundo Bardin (2016). Essa é uma técnica flexível e que pode ser combinada com várias abordagens teóricas. “Através de sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um relato de dados rico e detalhado [...]” (Braun; Clarke, 2006, p. 5). Além disso, este trabalho intenciona reconhecer o papel ativo dos

sujeitos na produção do conhecimento, o que também justifica a utilização da Análise de Conteúdo como uma abordagem metodologicamente crítica (Franco, 2008).

Baseado em Bardin (2016), sobre análise de conteúdo temática, este trabalho foi realizado da seguinte maneira: inicialmente, ocorreu a pré-análise, onde os dados obtidos com as entrevistas foram organizados. Em seguida, houve a exploração do material, onde os dados foram codificados, identificando as unidades de registro (falas que apresentam a percepção e vivência sobre IA e vulnerabilidade social) e as unidades de contexto (IA do grupo em situação de vulnerabilidade). Posteriormente, se deu o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, por meio da categorização de acordo com os marcadores sociais encontrados. Para auxiliar nesse processo de organização, codificação e categorização dos dados, foi utilizado o NVIVO® como *software* de suporte para análises de conteúdo. O Quadro 7 apresenta as categorias que emergiram desse processo:

Quadro 7: Categorias emergidas na análise de conteúdo.

CATEGORIAS PRINCIPAIS	SUBCATEGORIAS
1. Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida.	1.1 Vulnerabilidade Financeira: pagar para comer, mas com que dinheiro?
	1.2 Escolha forçada: o ciclo entre Fome, Freelance e Saúde.
	1.3 Gênero na balança: as diferentes lutas diárias por alimento e dignidade.
2. Fome: a realidade oculta dentro dos muros elitizados.	2.1 Bolsa de fome: uma dependência que ameaça a permanência.
	2.2 RU: Acesso restrito, qualidade questionável e desigualdade acentuada.
	2.3 O Papel Crucial do RU: Entre a Sobrevivência e a Insuficiência da Política.
3. Alimentar e abrigar para desobrigar.	3.1 Senso de coletividade, questões morais e culturais.
	3.3 Política de permanência é direito e não favor.
4. O dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência.	4.1 Insegurança alimentar entre mulher, mãe e estudante.
	4.2 Insegurança alimentar entre estudantes, baixa renda e LGBT.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por fim, foi possível interpretar os dados reunidos e, o método empregado foi a inferência, que pode “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor” (Bardin, 2016, p. 133).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção é dividida em três partes principais: 1) apresentação dos programas de alimentação e moradia estudantil obtidos por meio de informações institucionais; 2) apresentação dos dados obtidos a partir dos questionários e; 3) categorias a partir dos grupos focais e entrevista. As codificações das informações obtidas através dos grupos focais e entrevista estão numeradas e dispostas no Anexo F. Usa-se a seguinte convenção: grupo focal de mulheres (GM), grupo focal de homens (GH) e Instituição de Ensino Superior (IES).

4.1 Permanência por meio dos programas de Alimentação e de Moradia Estudantil

A Resolução Normativa Nº 023, de 6 de junho de 2022, do Conselho Universitário (CUNI) da Universidade Federal investigada nesta pesquisa, estabelece que os discentes dos cursos de graduação presenciais classificados para acesso prioritário à assistência estudantil, com base nos resultados da análise socioeconômica, poderão usufruir de acesso diferenciado a diversos programas e ações. Entre esses programas estão inclusos: alimentação, bolsas institucionais, auxílio creche, moradia estudantil, atendimento nas áreas de saúde e psicossocial, e outros programas executados pela Universidade que tenham como critério de utilização ou priorização estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica (SVS).

Em consonância, a Instrução Normativa da Pró-reitoria responsável pela assistência estudantil Nº 5, de 3 de maio de 2023, estabelece os procedimentos para a realização da análise socioeconômica com o objetivo de identificar discentes de cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu* brasileiros com acesso prioritário à assistência estudantil. Advindos desses documentos, tem-se as políticas do Programa de Alimentação e de Moradia Estudantil.

Quadro 8: Apresentação dos Programas de Alimentação e Moradia Estudantil.

Programa	Descrição	Objetivos
Alimentação (RESOLUÇÃO PRAEC Nº 12, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019)	Regular o Programa de Alimentação, bem como o funcionamento do Restaurante Universitário (RU), que visam atender à comunidade da Universidade Federal investigada, de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.	I. fornecer alimentação de qualidade, balanceada, variada e que atenda às necessidades nutricionais básicas da comunidade universitária; II. atuar prioritariamente como um dos instrumentos de política de assistência estudantil; III. desenvolver projetos e ações educativas; IV. colaborar no desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação da referida universidade; e V. manter estreita relação com os usuários, fornecedores e prestadores de serviço visando aprimorar os serviços prestados.
Moradia Estudantil (RESOLUÇÃO CUNI)	Implementar o Programa de Moradia Estudantil (ME),	I. Contribuir para que os discentes em SVS tenham igualdade de condições para a progressão no

Nº 018, DE 13 DE JUNHO DE 2019)	parte integrante da Coordenadoria de Moradia da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, visando assegurar as condições de permanência aos discentes em SVS e ainda, em atendimento a convênios que tenham previsão de moradia como contrapartida da Universidade.	ensino superior e no programa de pós-graduação Stricto sensu; II. Oportunizar um ensino superior e um programa de pós-graduação Stricto sensu mais democráticos e acessíveis, conforme os ditames do art. 206, inciso I da Constituição Federal; III. Promover a inclusão social; IV. Contribuir com a diminuição da evasão e retenção escolares; e V. Estimular aspectos inerentes à convivência coletiva e ao cooperativismo entre os moradores
---------------------------------	---	---

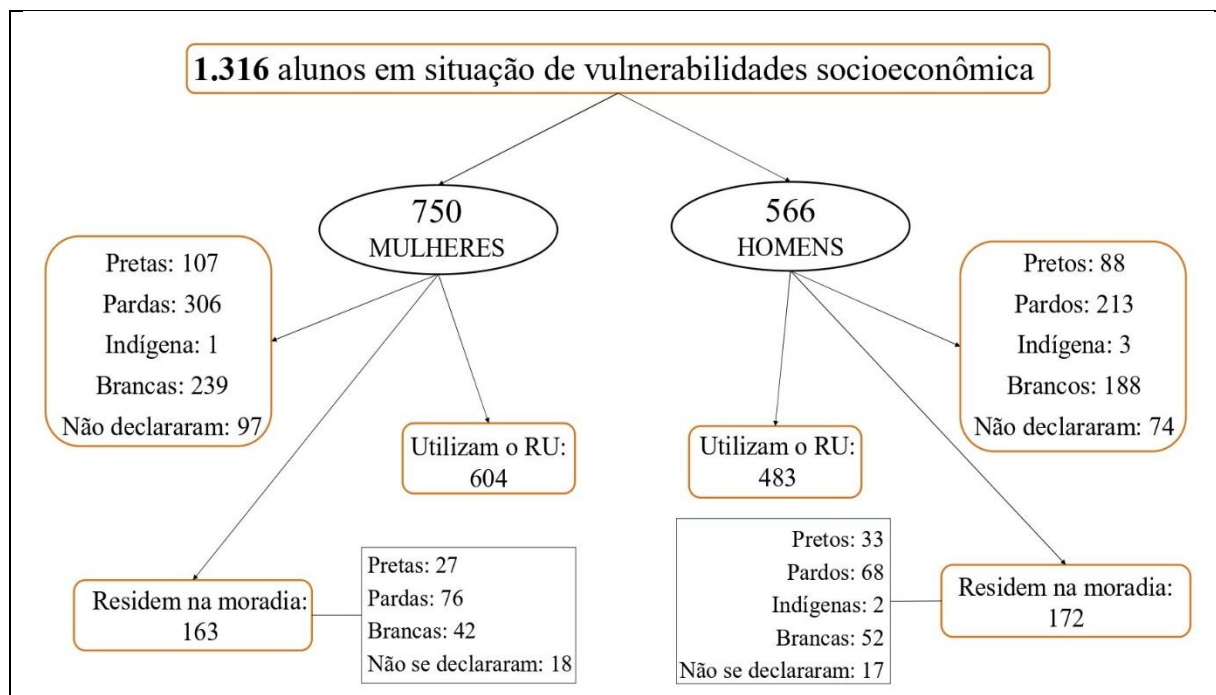
Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos institucionais da IES (2024).

Os dois programas institucionais têm como foco primordial a priorização da assistência estudantil, direcionando esforços para atender às necessidades dos alunos em SVS. Ambos objetivam promover a inclusão social, contribuindo para que os estudantes tenham igualdade de condições para avançar em seus estudos. Além disso, estão integrados às atividades acadêmicas da universidade, colaborando para o desenvolvimento integral dos alunos e para a produção de conhecimento científico.

As demais políticas que visam garantir a permanência de discentes no ensino superior e constituem o programa de assistência estudantil são: 1) Adequação à nova Lei de Cotas, 2) Bolsa Calouro, 3) Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas (PADNEE), 4) sala de Apoio à Amamentação, 5) Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), 6) Vaga extranumerária em todos os cursos para pessoas trans e 7) Programa de Auxílio Emergencial (PAPEI).

O perfil atual dos discentes que utilizam os programas de assistência alimentar (RU) e de moradia (ME), conforme dados disponibilizados em entrevista com a instituição, se encontra na Figura 5 abaixo. A análise dos dados revela uma complexa dinâmica de vulnerabilidades socioeconômicas entre os estudantes, com distinções significativas por gênero e autodeclaração racial. Dentro do grupo de alunos em vulnerabilidade socioeconômica já existe o pressuposto de classe. Para além disso, percebe-se a predominância de pessoas autodeclaradas pretas e parda. Ao analisar gênero, a presença de mulheres é maior. Essa mesma relação oferece uma análise importante ao observar que, apesar da maior vulnerabilidade do grupo de mulheres, elas são minoria na ME quando comparadas aos Homens – tal cenário será discutido adiante.

Figura 5: Perfil dos discentes em situação de Vulnerabilidade Socioeconômica.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações da IES (2024).

Existe clara relação entre gênero, raça e classe, por meio da predominância de mulheres, negras⁹ e baixa classe. Logo, pode-se inferir que elas constituem o maior grupo em SVS dentro da universidade investigada.

4.2 Caracterização dos entrevistados: IVS e EBIA

Ao analisar as características (Quadro 8) sobre gênero, raça e acesso a bolsas entre os estudantes divididos pelos níveis de Insegurança Alimentar (IAG, IAM e IAL), torna-se evidente que esses fatores estão interconectados. Em relação ao **gênero**, embora mais homens tenham se voluntariado a participar da pesquisa, existe uma presença relativamente equilibrada de homens e mulheres nos três níveis de IA. É importante destacar que as mulheres estão presentes em todos, sugerindo que enfrentam desafios semelhantes ou até mesmo superiores no que diz respeito à SA. Quanto à **raça**, a predominância de pessoas autodeclaradas negras em todos os grupos indica que essa população está particularmente

⁹ “Para fins legais, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que são consideradas pessoas negras as que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE e que possuam traços físicos, também chamados de fenotípicos, que as caracterizem como de cor preta ou parda” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDFT, 2022).

vulnerável à IA.

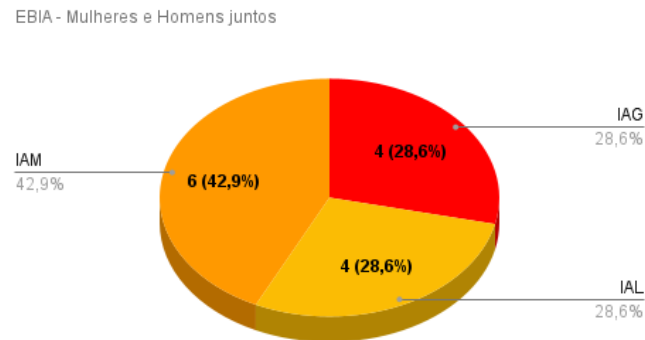
Em relação à **classe**, já é claro que todos estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, portanto, o caráter analítico aqui refere-se ao auxílio institucional financeiro por parte do grupo investigado. Dessa forma, sobre o **acesso a bolsas**, enquanto alguns indivíduos não têm acesso a nenhuma bolsa, outros recebem uma única bolsa de assistência, e alguns têm múltiplas fontes de apoio financeiro. Discentes que não possuem bolsa estão em IAG e IAM, discentes que possuem bolsa somada à outra fonte concentram-se na IAL, enquanto aqueles que dependem apenas de bolsa estão distribuídos nos três níveis de IA.

Quadro 9: Caracterização dos discentes participantes dos grupos focais.

IA	Gênero	Raça	Classe (bolsa)	Síntese
IAG (n=4)	Mulher cis	Branca	Apenas de bolsa	Gênero: 75% homens e 25% mulher. Raça: 25% branco, 25% indígena, 25% pardo e 25% preto. Bolsa: 50% não tem, 25% têm e 25% têm bolsa + outra fonte de renda.
	Homem cis	Indígena	Não tem bolsa	
	Homem cis	Pardo	Não tem bolsa	
	Homem cis	Preto	Bolsa + outra fonte	
IAM (n=6)	Mulher cis	Branca	Apenas bolsa	Gênero: 50% homens 50% mulheres Raça: 33% brancos, 50% pardos e 17% preto Bolsa: 50% têm, 33,3% não têm e 17% têm bolsa + outra fonte de renda.
	Mulher cis	Parda	Apenas bolsa	
	Mulher cis	Parda	Apenas bolsa	
	Homem cis	Branco	Não tem bolsa	
	Homem cis	Pardo	Não tem bolsa	
	Homem cis	Preto	Bolsa + outra fonte	
IAL (n=4)	Mulher trans	Branca	Bolsa + outra fonte	Gênero: 50% homens e 50% mulheres. Raça: 25% branco e 75% pardos Bolsa: 50% têm e 50% têm bolsa + outra fonte de renda.
	Mulher cis	Parda	Apenas bolsa	
	Homem cis	Pardo	Apenas bolsa	
	Homem cis	Pardo	Bolsa + outra fonte	

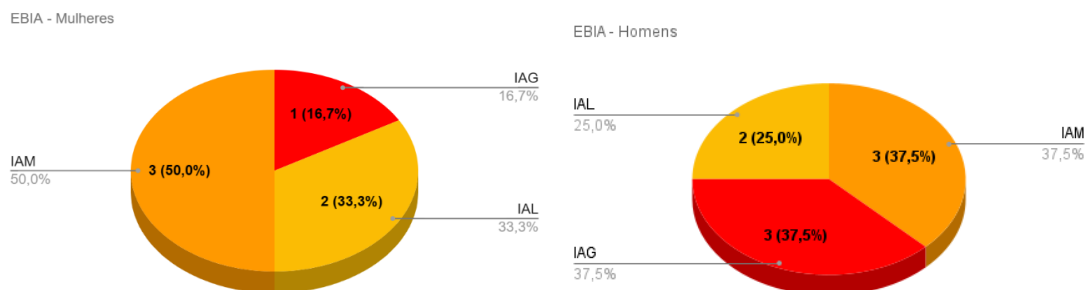
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Sobre os dados da EBIA, que busca identificar se existe IA e, se sim, quais seus níveis, tem-se os resultados mostrados na Figura 6. Observa-se que todos os participantes desta pesquisa estão em situação de IA, com 6 pessoas em IAM, 4 pessoas com IAG e 4 com IAL. No entanto, nenhuma pessoa classificou-se na categoria Segurança Alimentar. No total, tem-se que 42,9% dos entrevistados estão em IAM, 28,6% em IAG e o mesmo valor para IAL. Logo, é possível afirmar que 100% dos discentes entrevistados estão em IA.

Figura 6: IA entre moradores do Alojamento Estudantil

Fonte: elaborado pela autora no *EXCEL* (2024).

Em um grupo total de 14 pessoas em situação de IA, observa-se a seguinte composição por **gênero** (Figura 7): No nível IAG (n=4), 75% são homens e 25% são mulheres. Já no nível IAM (n=6) e IAL (n=4), a divisão por gênero é igual, ou seja, 50% para ambos os sexos.

Figura 7: IA entre moradores do Alojamento Estudantil por gênero.

Fonte: elaborado pela autora no *EXCEL* (2024).

Sobre a análise a partir de **autodeclaração racial**, observou-se um branco, um indígena, um pardo e um preto (25% cada) na categoria IAG. Já no grupo IAM, a maior proporção é de pardos, representando 50% dos casos, seguidos por brancos (33%) e pretos (17%). Quanto ao grupo IAL, a distribuição mostra que 25% são brancos e 75% pardos.

O questionário revela também sobre a **rede de apoio**, sendo que as 5 mulheres cis não possuem nenhuma. A mulher trans tem apoio de Mãe, Pai e Amigos. Já no grupo dos homens, 2 não possuem apoio, 5 da mãe, 2 do pai, 2 de avó, 1 de avô, 1 de cônjuge, 1 de amigos e 1 de orientador/professor.

Com base nas classificações de bolsas, para o nível IAG, aproximadamente 7% dos alunos participantes da pesquisa dependem exclusivamente de bolsas e, uma proporção similar, possui bolsa somada a outra fonte de renda, enquanto 14% não possuem nenhuma bolsa. No caso da IAM, cerca de 21% dos alunos contam apenas com bolsa, enquanto 14% não têm bolsa alguma, e 7% possuem bolsa adicional a outra fonte de renda. Quanto à IAL, 14% dos estudantes têm apenas bolsa, e este mesmo percentual possui bolsa em conjunto com outra fonte de renda. Importante destacar que não foi identificado nenhum aluno em IAL que não possua bolsa.

Embora as bolsas possam ajudar a aliviar parte da pressão econômica, elas não são suficientes por si só para resolver o problema da IA. Tal fato se assemelha à pesquisa “Olhe para a fome” (2022), ao constatar que a IA existe mesmo em lares que recebem auxílio financeiro, com a situação sendo mais grave entre os que precisam, mas não recebem. Os dados e inferências apresentados destacam a complexidade das desigualdades sociais e a necessidade de políticas interseccionais mais abrangentes e inclusivas para abordar essas questões de forma eficaz dentro do ambiente universitário.

4.3 Fome e suas ramificações na permanência: categorias identificadas por meio das falas

A partir da estruturação e análise do *corpus* dos dados coletados, emergiram quatro grandes categorias (codificação da seção encontra-se no Anexo F) dos grupos focais: Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida; Fome dentro dos muros intelectuais; abrigar e alimentar para desobrigar; e o dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência. Essas categorias serão abordadas adiante, a partir da interseção com a temática da IA.

Os problemas relacionados à IA afetam a permanência dos discentes. Nas falas, é possível observar que o tema da fome se cruza com muitas outras questões que são presentes na vida de discentes em SVS. Além de ter sido mapeado pelo questionário da etapa anterior, tal fato é comprovado na fala dos grupos focais, tanto de mulheres quanto de homens (Figura 6).

Figura 8: Nuvem de palavras do GH e GM separadamente.



Fonte: Elaborado pela autora através do NVIVO (2024).

Ao abordar sobre o acesso à alimentos, foi percebido que apenas as políticas institucionais não são suficientes, havendo a necessidade de recorrer a um acesso externo à universidade e individual. Este tópico buscará fazer uma análise do macro para o micro, identificando, primeiro, as questões para além dos muros da Universidade e, em seguida, para questões dentro da universidade.

4.3.1 Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida

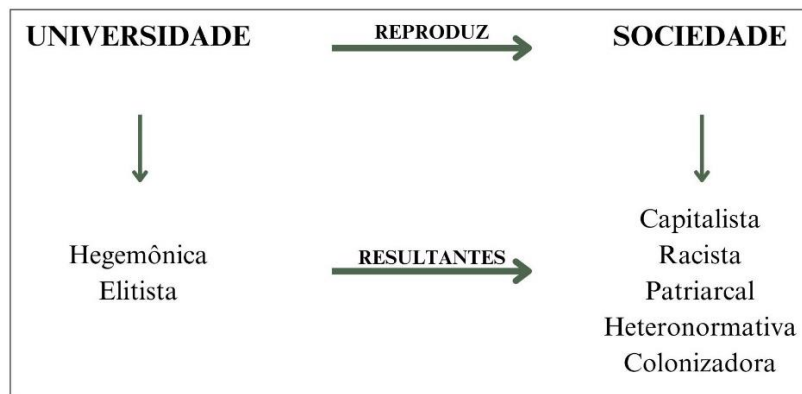
Buscando compreender sobre as dificuldades em acessar alimentos **para além das políticas internas da Instituição**, a pesquisa identificou quais as barreiras em comprar alimentos e alternativas quando o dinheiro é insuficiente.

4.3.1.1 Vulnerabilidade Financeira: pagar para comer, mas com que dinheiro?

O cenário universitário reflete a sociedade hegemônica (Figura 7), onde se questiona como um país como o Brasil, que lidera a produção mundial de alimentos está em situação grave de IA e de volta ao mapa da fome. *“Tem pessoas vivendo de osso, de sopa de osso [...]o país que mais produz alimento é um dos países que tem mais gente passando fome, isso acontece que dentro do capitalismo a lógica é o capital e não o ser humano”* (GH1). Tal ideia vai ao encontro de Machado *et. al.* (2016), em que na lógica do capitalismo contemporâneo, o alimento tornou-se uma mercadoria, refletindo o cenário de desigualdades econômicas e sociais.

A Universidade, como parte da sociedade, segue a mesma linha, em que as maiores dificuldades de discentes em SVS em acessar alimentos estão ligadas, principalmente, às limitações financeiras (GH1–GM1), expandindo também para outras barreiras materiais e simbólicas. Conforme Mattos (2021), o direito à alimentação não é colocado em prática como, de fato, direito, e sim como produto fruto do capitalismo monetário, onde tem acesso quem tem dinheiro para comprar.

Figura 9: A universidade reproduz a sociedade.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Tanto mulheres quanto homens pesquisados apontam que a maior parte de seus gastos é com alimentação, destacando a insuficiência da política alimentar da instituição. Mesmo para os beneficiários de bolsas, a quantia “*não é suficiente para manter uma alimentação que seria o ideal*” (GH2–3–GM1). A política de alimentação atua apenas de forma básica, diante de um valor “simbólico”, levando os discentes a recorrerem a outros meios para acessar alimentos (GM2–GH2–4), portanto, a alternativa é conforme a lógica capitalista: pagar para comer (Machado *et al.*, 2016).

Assim, a discussão se estende ao preço dos alimentos, que “*tá muito caro e aí talvez a gente prioriza comprar o arroz e feijão porque vai manter por mais tempo segura da fome, muito mais tempo do que comer fruta e legumes e carne porque são coisas mais supérfluas perto disso*” (GM1–GH4–GH15). A escolha de itens básicos em detrimento de produtos frescos se dá pela durabilidade, maior sensação de saciedade e custo mais baixo, conforme já apontado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). O aumento dos preços torna difícil para os estudantes acessarem uma dieta equilibrada por meio do supermercado, e a falta de opções dentro da universidade agrava essa situação. Aqueles que podem comprar acessam alimentos de baixo valor nutricional (GH14), visto que os

ultraprocessados têm ganhado espaço entre pessoas em SVS, conforme Louzada *et. al* (2023).

Uma forma de lidar com tal cenário de IA é recorrer à ajuda do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e solicitar uma cesta básica. No entanto, apesar dessa assistência, fica evidente que tal ajuda não é suficiente para garantir a SA de todos os moradores do apartamento, já que “*é uma cesta básica por um mês para uma casa que tem seis [a] oito [pessoas]*” (GH5–GM2). A cesta contém itens básicos, não fornecendo vegetais e frutas. Além disso, as dificuldades financeiras impactam no acesso ao gás para preparar as refeições, indicando que apenas fornecer uma cesta básica não é o bastante, já que há outras necessidades a serem consideradas. A falta de acesso ao gás é um gargalo adicional que não é resolvido apenas com a assistência alimentar, “*então não adianta só dar a cesta básica, porque você tem o [problema do] gás*” (GH6–GM5).

4.3.1.2 Escolha forçada: o ciclo entre Fome, Freelance e Saúde

Diante da vulnerabilidade financeira entre os alunos da moradia, o trabalho *freelance* é uma necessidade para ter acesso à alimentação e outras despesas necessárias a um ser humano, visto que “*acho que todo mundo aqui faz freelance*” (GH7–GM1). A necessidade de complementar a renda com trabalhos não acadêmicos é comum entre os estudantes, o que impacta negativamente seu desempenho na Universidade e bem-estar geral. Tal fato dificulta a ação plena do PNAES (2010), que visa ações para contribuir com o desempenho acadêmico e agir em situações que prejudiquem a permanência no que diz respeito à vulnerabilidade financeira.

Em meio a essa complexa teia de desafios econômicos, os estudantes ainda enfrentam as pressões e exigências do ambiente universitário (GH7–8). A saúde mental é um ponto central ao se tratar de fome entre os discentes. “*Aqui é cheio de problemas mentais, casos de suicídio na [universidade] [...] Fica insustentável estudar, basicamente é um cenário que você paga com sua vida*” (GH8-GH9-GM5-6). Tal fato se afirma pela “indivisibilidade e interrelação entre o direito humano à alimentação adequada e à nutrição e o direito humano à saúde”, de acordo com Valente (2003, p. 54). A fome, por si só, já é uma questão de saúde, entretanto, as situações que a circundam contribuem para uma relação de causa e efeito. Ou seja, práticas alimentares inadequadas e, em nível mais grave, a fome, causam problemas à saúde e predisposição a doenças físicas e mentais. Além disso, a alimentação e nutrição adequadas são bases fundamentais para a contemplação do direito à saúde, baseado nos

artigos 6 e 23 da Constituição Federal de 1988, conforme aponta Valente (2003).

Para alunos com transtornos psicológicos que buscam tratamento contínuo, parte significativa de sua bolsa é destinada ao pagamento de medicamentos, como por exemplo, para transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e depressão. Então “*metade da minha bolsa fica por conta do remédio. Outra metade para é comprar né? comida e produtos de limpeza*” (GM5). Houve época em que a universidade oferecia um seguro de vida, o que representava uma medida de segurança adicional para os estudantes, mas essa política foi descontinuada no segundo semestre de 2019 (GM7).

Além das preocupações com a saúde mental, as discussões entre os participantes também se estenderam às questões relacionadas à saúde física, destacando a interligação entre as duas esferas. Em caso de doença ou necessidade de gastos com medicamentos, há uma influência direta na disponibilidade de recursos para acessar alimentos. O dinheiro muitas vezes não é suficiente para abranger ambas as necessidades básicas: saúde e alimentação, que “*é o mínimo*” (GM33). Esse dilema é enfatizado pela observação de que qualquer interrupção no trabalho *freelance* devido à doença desencadeia um efeito cascata: a ausência de renda resulta na falta de comida e, por consequência, na incapacidade de manter o foco nas atividades diárias e capacidade de boa recuperação (GM5–GH9). Essa dinâmica reforça a ideia do círculo vicioso da pobreza (Nurkse, 1966; Myrdal, 1972).

Portanto, os participantes destacam a necessidade premente de buscar fontes de renda além da Universidade para garantir não apenas a alimentação, mas também o acesso a outros itens essenciais, como lazer, vestimentas, saúde, transporte e produtos de limpeza (GH8–9). Tais dificuldades caminham na contramão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que visa combater a fome e garantir a SAN, por meio de acesso adequado à alimentos de qualidade sem que isso comprometa o acesso à outras necessidades essenciais (Brasil, 2022; CONSEA, 2006). Conforme o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (ONU, 1948).

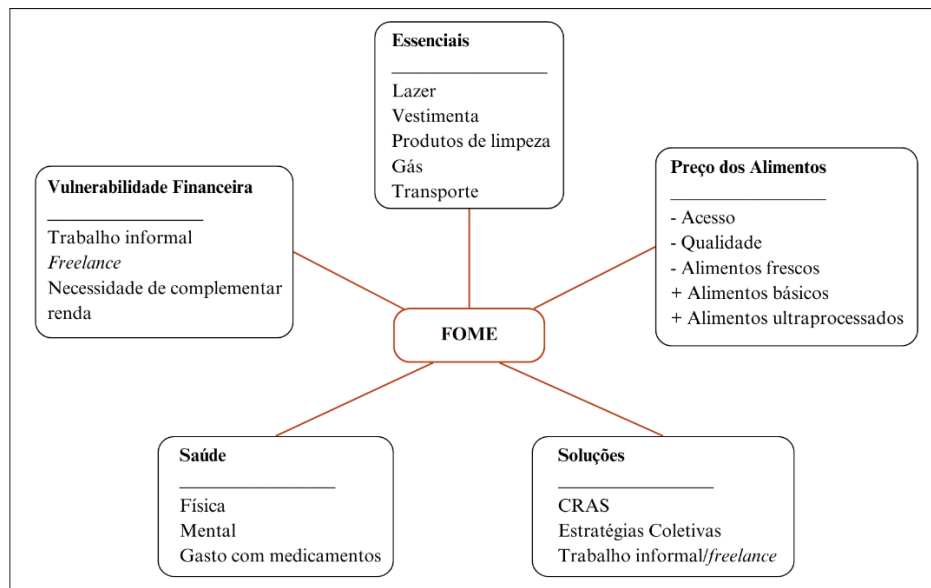
Esse cenário aponta para uma falha do governo e políticas públicas mais efetivas voltadas para os jovens que decidem estudar ao invés do trabalho remunerado que, a princípio, parece ser mais valoroso devido às necessidades. Quanto ao acesso à saúde e a

medicamentos, há relatos de que as demandas não são atendidas de forma eficiente e com agilidade, deixando aqueles que precisam em situação de desamparo (GM7–8). Importante mencionar que a dispensação gratuita de medicamentos é feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que é reconhecido como política pública essencial neste escopo, contudo, os obstáculos foram ressaltos pelos discentes.

4.3.1.3 Gênero na balança: as diferentes lutas diárias por alimento e dignidade

De maneira geral, no que diz respeito ao acesso a alimentos para além das políticas da universidade, ambos os grupos enfrentam os mesmos desafios (Figura 8). A análise revela um dilema central enfrentado pelos estudantes universitários em situação socioeconômica precária: a escolha entre priorizar despesas básicas como alimentação ou satisfazer outras necessidades essenciais.

Figura 10: Ramificações da fome para além das políticas de permanência universitária.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As mulheres relataram mais problemas relacionados à saúde, tendo que escolher entre acessar saúde ou alimentação, enquanto os homens pontuam a necessidade de escolher alimentação em detrimento de vestimentas ou algum lazer (GM5–GH13). Isso reflete as diferentes perspectivas de gênero sobre as prioridades de gastos e as estratégias de enfrentamento adotadas diante das limitações financeiras.

No contexto da moradia, os relatos destacam a solidariedade entre as moradoras, que buscam estratégias coletivas para enfrentar a insegurança alimentar. Um exemplo é que *“a gente teve insegurança alimentar e a gente teve que a gente fez uma estratégia de fazer um bolo por semana pra gente não ter que gastar com comida na [instituição] Então a gente partiu um pedaço do bolo durante a semana* (GM10). Por outro lado, os homens tendem a adotar estratégias mais individualizadas, como o foco em trabalhos *freelancers*, destacando a dificuldade de conciliar essas atividades com os estudos (GH11–12).

Ambos os grupos apontam o uso do cartão de crédito como estratégia para lidar com a dificuldade de acesso à alimentos, mas *“as vezes tipo você não consegue quitar, aí vai pro outro mês e vai ficando, eu tô nessa situação”* (GM3–GH10), mas o tema teve maior destaque entre o grupo de homens. Além disso, eles manifestaram crítica ao modelo capitalista, indicando uma perspectiva mais ampla sobre as questões econômicas subjacentes (GH1). Essas divergências entre os grupos de homens e mulheres refletem não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também diferentes perspectivas em relação às prioridades e estratégias de enfrentamento.

4.3.2 Fome: a realidade oculta dentro dos muros elitizados.

Com o intuito de identificar as nuances do **acesso à alimentação dentro dos muros da Universidade**, com base nas políticas institucionais, buscou-se analisar a percepção e vivência dos discentes sobre o acesso a alimentos de maneira contínua e de qualidade. Com isso, houve análise sobre a situação hipotética de o RU ser fechado por uma semana e, ainda, como os discentes percebem que existe fome entre os alunos e entre moradores do alojamento estudantil.

4.3.2.1 Bolsa de fome: uma dependência que ameaça a permanência

Apenas o RU não é suficiente para garantir a SA dos discentes, o que implica na necessidade de bolsa para complementar o acesso à comida. Imagina-se que com a fusão de ambas as políticas os discentes teriam SA, entretanto, elas se mostram insuficientes para alcançar tal objetivo. Como a bolsa não cobre todos os gastos, quase a totalidade dos discentes da moradia dependem exclusivamente do RU para ter acesso a alguma alimentação, então *“quem tem bolsa também precisa que o RU funcione”* (GH14). A situação é ainda mais

complicada para quem não tem bolsa e precisa depender exclusivamente do RU, “basicamente eu só faço essas duas refeições na [Instituição] justamente por não ter bolsa” (GH15). Tal fato dificulta a permanência na Universidade, inclusive, há casos extremos de abandono da Universidade ao perder a bolsa “não conseguiu se manter e foi embora” (GH16).

Em 2016, durante a implementação da PEC do Teto de Gastos e o corte das bolsas por três meses, estudantes que residiam na moradia universitária enfrentaram desafios extremos para lidar com a fome. A escassez de recursos financeiros obrigou esses alunos a recorrer a alternativas precárias para se alimentarem, como colher frutas e outros alimentos disponíveis nas proximidades (GM11). Esse episódio ocorreu em um período em que a SA já estava em queda no Brasil, de 2013 a 2018, (Galindo *et al.*, 2022; IBGE, 2020), mostrando, mais uma vez, o impacto do cenário nacional para dentro dos muros da universidade e que, os mais afetados, são aqueles já estão em condições de vulnerabilidade.

Dada a urgência de bolsa, os alunos se rendem à única opção que têm: bolsa com viés trabalhista, tendo que trabalhar por necessidade em algo que “não te agrega no seu desenvolvimento profissional” (GM12). Essa situação se assemelha com a temática do *freelance* e, da mesma forma, danifica o rendimento acadêmico, gerando uma situação de causa-efeito entre conseguir permanecer e prejudicar a permanência (GH17). Tal cenário se alinham com a ideia de Mattos e Fernandes, (2022, p.12), pois

Ao nos voltarmos à fala da estudante, percebemos que a dimensão econômica não se refere apenas à subsistência para possibilitar o percurso e a conclusão da graduação, mas também para o aproveitamento e fruição de atividades e experiências que a universidade proporciona. Mesmo com importantes ações institucionais para o auxílio financeiro para quase um quinto dos estudantes, os relatos dos participantes da pesquisa evidenciam que existem outras privações econômicas que prejudicam a formação acadêmica.

A situação torna-se ainda mais grave na medida em que o discente deve escolher entre trabalhar ou comer, já que os dois únicos turnos ofertados pelo RU podem causar sobreposição de horários. Em outras situações não há escolha, já que “o tempo que eu tenho para ir no RU almoçar eu estou trabalhando” (GH17–18). Essas desigualdades se contrapõem com as garantias do artigo 4º do PNAES (2010), afirmam que as políticas de apoio aos estudantes devem levar em conta a importância de promover a igualdade de oportunidades, impulsionar o progresso acadêmico e intervir antecipadamente em casos de retenção e desistência causados pela falta de recursos financeiros.

4.3.2.2 RU: Acesso restrito, qualidade questionada e desigualdade acentuada.

Diante da incerteza sobre quantidade de refeições e qual será a próxima, a estratégia é “tenho 30 reais na conta, aí eu pego os 30 reais e coloco no RU, não tenho outra, é isso que eu faço, porque de último caso eu garanto meu almoço e a janta pro resto do mês” (GM13). O valor da refeição para quem participa da política de assistência da instituição e está em SVS é de R\$ 1,00/ refeição. Quando existe aumento do preço no RU, pessoas não consideradas “vulneráveis” também sofrem com a insegurança alimentar e as dificuldades enfrentadas por aqueles já estão em situação de vulnerabilidade é maximizada (GM16), conforme Fall *et al.* (2014). Apesar de a instituição considerar o valor do RU “simbólico”, para aqueles que possuem vulnerabilidade financeira “faz muita diferença” (GM14). Dessa forma, assim como exigido pelos discentes e reconhecido pela universidade, a alimentação oferecida deve ser gratuita para aqueles que necessitam (IES1).

A Instituição compreende que o principal gargalo de tal política é ampliar a oferta de refeições, especialmente ceia/lanche noturno e café da manhã. A complexidade de alcançar esses objetivos devido às limitações financeiras e aos desafios logísticos no interior do Estado, como a dificuldade de encontrar empresas que atendam às necessidades específicas de fornecimento é perceptível. Além disso, tem-se dificuldade em contratar mão de obra para determinados horários, evidenciando que as barreiras vão além da questão financeira (IES2). Apesar de reconhecer haver consenso parcial com as demandas dos discentes, a realidade permanece a mesma, sem o vislumbre de uma real mudança por parte da Instituição.

Em 2020, “a gente ficou sem alimentação na pandemia e aí com muita luta com esse processo administrativo que a gente conseguiu essa alimentação” (GM15). Foram necessárias mobilizações e esforço coletivo, “**Só briga, tudo, por briga na verdade**” (GM16) para contestar a Universidade que, sem considerar as origens geográficas e sem assistência, solicitou que os alunos deixassem o alojamento (GM15–16–17–GH19).

O impacto provocado pela pandemia deixou explícito que os discentes em SVS não são os únicos afetados. Indivíduos em condições próximas a essa situação também foram impactados (GM15–17–GH9). Isso reflete a pesquisa realizada pela FGV Social (Neri, 2021), ao apontar o aumento das desigualdades nesse período e que a piora social foi maior entre a população de baixa renda. Além disso, nos locais que já conviviam com IA, houve maior aprofundamento de tal situação e da fome (FAO, 2021).

A realidade vivenciada pelos estudantes durante a pandemia se alinha com a ideia da Rede PENSSAN (2022), ao afirmar que a fome “atinge de forma mais grave setores historicamente marginalizados na sociedade”, ademais, a Universidade reflete o contexto na qual está inserida, reproduzindo hierarquias sociais (Bourdieu; Passeron, 1992). Entretanto, vale destacar que “o olhar sobre este problema não pode ser meramente conjuntural, pois não está dissociado das desigualdades estruturais da sociedade e no mundo” (Rede PENSSAN, 2022).

Uma vez que os discentes convivem com as privações econômicas e dependem quase que exclusivamente das refeições do RU, temas referentes **ao acesso e qualidade** da alimentação oferecida são destaque, e são dimensões de análise da EBIA. A qualidade da comida é questionada e a falta de opções nutricionais adequadas é um problema para os discentes, já que existe a necessidade de melhorias no cardápio, com a inclusão de frutas, sucos e sobremesas (GM14–18–GH20–21–22). Apesar da Instituição afirmar que uma nutricionista elabora o cardápio, na prática tal ação não é percebida pelos usuários (IES3–GM14).

Quando há **corte de verba** na Universidade, é evidente o impacto direto na alimentação dos estudantes, resultando em refeições menos nutritivas. Foi relatado que, em uma situação similar, em 2018, os primeiros a sentirem o corte foram os terceirizados e aqueles que dependem do RU, pois passou a “*servir sopa de feijão [...] Ah, eu vou dizer a verdade sopa não enche a gente, né?*” (GH23–24). Ou seja, quando existe corte de verba, os primeiros a sentirem são os estudantes que dependem das políticas de permanência.

As críticas sobre a política de alimentação são descritas pela instituição como reclamações pontuais sobre agradabilidade ou falta de variedade de alimentos em determinados dias. Entretanto, a instituição se isenta de uma responsabilização direta a essa situação, culpabilizando fornecedores terceirizados pelo descumprimento do contrato ou pela qualidade insatisfatória dos produtos (IES6–7). O público atendido varia consideravelmente de um dia para o outro e é um desafio adicional, tornando a gestão da cozinha ainda mais complexa. Sugerido pela instituição, tem-se a possibilidade do desenvolvimento de um aplicativo que possa atenuar a demanda e melhorar a eficiência do serviço oferecido (IES4).

4.3.2.3 O Papel Crucial do RU: Entre a Sobrevivência e a Insuficiência da Política

Apesar da insuficiência da política, sem ela os discentes iriam “*morrer de fome*” (GM21). A relevância do RU se assemelha aos benefícios dos restaurantes “por peso” ao garantir uma alimentação mais saudável em detrimento de comprar alimentos prontos e ultraprocessados (Moubarac *et al.*, 2013; Santos *et al.*, 2011). É evidente a **importância do RU** para uma alimentação mais equilibrada, “*pelo menos o arroz e feijão ele salva todo dia pra gente comer né?*” (GM22), mas apenas essa medida voltada para a Segurança Alimentar **não é suficiente**. Existe uma grande necessidade de que a Universidade ofereça café da manhã e ceia, já que “*não tem como a gente fazer o custo do café, porque também isso pode ficar oneroso para o pessoal porque depende do valor da bolsa*” (GH25–26–GM22).

A **existência da fome** é reconhecida entre os moradores por meio dos grupos de WhatsApp, em que há constantes solicitações por alimentos, principalmente por aqueles que buscam complementar uma refeição, solicitando batatas, ovos, óleo e leite (GM23–24–GH27–28). De fato, isso reflete a necessidade premente de recursos para alimentação, especialmente entre aqueles sem acesso a bolsas de assistência financeira.

Além disso, a fome é observada pelos participantes dentro de suas próprias moradias, em situações em que alimentos de outras pessoas são consumidos sem solicitação, sugerindo uma carência alimentar subjacente (GH29). Esse cenário revela a complexidade e a amplitude da insegurança alimentar enfrentada pelos estudantes, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário.

A presença da fome também é notada dentro do RU por estudantes que podem não ser moradores da moradia estudantil, mas que enfrentam insegurança alimentar. Os estudantes com dificuldades financeiras tendem a se servir em quantidades maiores durante as refeições principais, como almoço e jantar, formando uma espécie de “montanha” de comida em seus pratos (GH30). Isso ocorre porque estão cientes de que não terão acesso a alimentos no café da manhã, o que evidencia a situação de carência alimentar enfrentada por esses indivíduos.

Sobre a questão do **acesso ininterrupto aos alimentos**, existem divergências entre as percepções da instituição e dos estudantes: enquanto a primeira afirma a continuidade (IES5), os últimos apontam falhas no fornecimento contínuo da alimentação. Por se restringir ao RU, a oferta de alimentação é, em algumas ocasiões, interrompida, como, por exemplo, quando não há expediente em razão da dedetização do prédio, feriados ou outras situações similares (GM25–26–GH9-). Além disso, a falta de avisos adequados sobre interrupções no serviço impossibilita que os estudantes busquem a tempo alternativas para suprir a alimentação não fornecida, deixando-os desamparados. A insatisfação dos estudantes é levada aos órgãos

responsáveis pela gestão do RU por meio de representantes da moradia que tentam comunicar suas necessidades e exigir soluções (GM27).

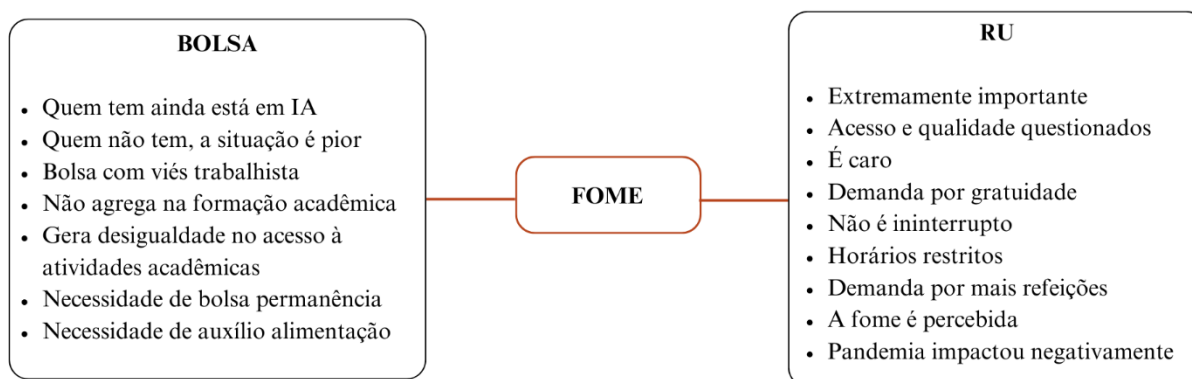
Em situações de ausência de comunicação prévia, uma das alternativas oferecidas aos estudantes durante o fechamento do RU incluiu a distribuição de “bifes de hambúrguer”, provocando reações indignadas e irônicas ao questionarem sobre a qualidade nutricional dessa opção (GM28–29). Entretanto, o posicionamento da instituição é contraditório. Embora afirme fornecer cestas básicas aos discentes, especialmente aos residentes da moradia estudantil, principais usuários do RU, a falta de comunicação e a qualidade dos alimentos alternativos oferecidos suscitam críticas e insatisfação nos estudantes.

Tais circunstâncias ressaltam a relevância da implementação de políticas de alimentação eficazes dentro do ambiente universitário. Evidentemente, os estudantes têm suas opções de suporte limitadas na ausência delas, principalmente aqueles que não possuem uma comunicação regular com os pais ou outra rede de apoio. Consequentemente, uma semana sem acesso ao RU representa uma situação extremamente desafiadora, configurando um cenário quase “apocalíptico” (GH31). *“Parece que não é óbvio que a gente precisa da comida. Parece que a gente tem que brigar para ter o básico”* (GM26–30–GH31–33). *“Tudo em cima de luta, que é o básico, deveria ser o básico”* (GM31).

A recorrência dessas situações se torna grave para estudantes que, embora em situação de vulnerabilidade, não possuem bolsas institucionais. *“A gente idealiza um cenário utópico como esse [acesso ininterrupto], mas a gente busca por coisas que a gente possa conquistar e que seja de qualidade, mas eu acho que é extremamente difícil isso acontecer, mas precisa de movimento”* (GH33). Em resposta a essas adversidades, os estudantes buscam pressionar as autoridades responsáveis, como a própria Universidade, para encontrar soluções.

Esse movimento de luta é mais representado pelas mulheres e segue a ideia de Schall *et al.* (2022). As mulheres possuem ação protagonista ao demonstrar indignação e buscar soluções coletivas e melhores condições para se ter SA. A luta é direcionada não apenas por ter mais comida no prato, mas “renda para escolher o que comprar, ou seja, representa uma luta por uma vida mais justa e igualitária” (Schall *et al.*, 2022, p. 4153). Isto é, para além dos cenários macros, rurais ou urbanos, a liderança das mulheres acontece também dentro das instituições, como a Universidade.

Figura 11: Ramificações da fome com as políticas de permanência universitária.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Percebe-se com os relatos que a política de acesso à alimentação não é suficiente para manter segurança alimentar e que existe fome dentro da Universidade. Afinal, conforme Maluf *et al.* (1996, p. 6), “a questão alimentar é mais complexa do que promover distribuição de alimentos”. Dentro da Universidade, a fome interage, principalmente, com as políticas de Alimentação e Bolsa (Figura 9).

Nesta categoria há pouca divergência entre os relatos de homens e mulheres. Os homens abordaram sobre classe ao referirem-se ao corte de verbas e os impactos disso em quem está na “base”, que são os alunos em SVS. As mulheres tiveram destaque no tema “luta”, com muitos relatos indicando que precisam “lutar” e “pressionar” para ter o mínimo.

4.3.3 Alimentar e abrigar para desobrigar

Para além das dificuldades materiais apresentadas no que tange a IA dentro da universidade, existem também questões simbólicas e imateriais que afetam a permanência do grupo investigado. Tal fato reflete no sentimento de não-pertencimento, levando à ineficiência da permanência plena.

4.3.3.1 Senso de coletividade, questões morais e culturais

A presença da fome, percebida pelos discentes por meio de comportamentos no RU e no grupo dos moradores, evidencia o **senso de coletividade e solidariedade** devido ao compartilhamento de alimentos. Para as mulheres, a rede de apoio consiste principalmente nas próprias colegas, já que apoio familiar não está disponível para muitas delas. Da mesma

forma, no caso dos homens, destaca-se que muitos não mantêm comunicação com os pais, frisando que existe uma distinção entre o período anterior e posterior à pandemia. Devido ao contexto do vírus, são percebidos comportamentos mais individualistas, gerando críticas direcionadas à falta de senso de comunidade que impede a união dos alunos no enfrentamento dos desafios.

Existem **questões morais e culturais** entorno da fome e insegurança alimentar, pois “*não é uma situação fácil de falar, de se expor. É expositivo, né?*” (GM32–GH35). Alguns estudantes em situação de IA se sentem **constrangidos** ao solicitar ajuda ou admitir que estão passando por dificuldades financeiras, pois não querem ser rotulados como tal. Muitos sentem a necessidade de manter uma imagem de independência e sucesso, especialmente quando vêm de famílias com baixa condição socioeconômica, ou seja, ao acessarem um espaço “elitista” (Almeida, 2009; Mattos; Fernandes, 2022), não querem aparentar ser da “ralé” (Souza, 2009). Assim, a pressão para se encaixar em uma idealização do que é ser um estudante universitário bem-sucedido pode levar a não exposição das suas dificuldades financeiras e de alimentação (GH35).

É notório o capital cultural existente no sentimento dos estudantes em estar em um local que desenvolve ciência e que, ao mesmo tempo, convive com a fome. Os alunos sentem que não são priorizados, já que a “*Universidade que produz ciência, que é a melhor [...], tem os melhores professores, mas ela não tá nem aí pro aluno*” (GH36). De acordo com Bourdieu e Passeron (1992), as instituições de ensino superior e escolas tendem a privilegiar indivíduos que já possuem certos tipos de capital cultural, enquanto ignoram as disparidades estruturais. Por isso, o constrangimento em estar em situação de vulnerabilidade em um ambiente elitista.

A abordagem do estigma, associado à vulnerabilidade socioeconômica, emerge como uma preocupação e uma possível explicação para o baixo alcance das políticas de assistência estudantil. Isso leva a uma reflexão institucional sobre a possível razão pela qual os indivíduos que necessitam de apoio não estão acessando a universidade ou, caso estejam matriculados, não estão buscando assistência devido a sentimentos de vergonha ou falta de informação (IES10). Apesar dos desafios presentes, há um compromisso manifestado pela Instituição em identificar e implementar soluções que garantam que os estudantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos recursos disponíveis para apoiar sua permanência e sucesso acadêmico na instituição (IES11).

A Instituição aponta que os alunos frequentemente se concentram em demandas superficiais de lazer, ignorando questões estruturais que poderiam melhorar coletivamente a qualidade de vida dos residentes (IES12–13). Entretanto, os alunos, já com inúmeras

restrições, almejam minimamente algumas oportunidades de socialização e convivência (GM33–GH37–GH37). “*Esse cenário de Universidade, pelo menos aqui de federal o pessoal trata muito como só elite né, a gente vê o pessoal de agronomia, ah não preciso nem falar né...*” (GH38). O *happy hour*, um programa comum entre universitários é um privilégio que os alunos em SVS não podem desfrutar, pois, como mencionado, “*precisa optar em ter o lazer ou ter a comida na mesa*” (GH39–GM34).

Essa realidade gera um maior distanciamento entre “ralé” e “classe dominante”, dificultando ainda mais o sentimento de pertencimento e inclusão no capital cultural e simbólico (Bourdieu; Passeron, 1992). Fato esse também representado por estudantes que acreditam não pertencerem a essa elite e que devem reconhecer seu “lugar” e a dinâmica social e cultural presente na moradia. “*Os meninos que chegam mais novos, vão sofrer com essa questão [...] vão conhecer outra galera e aí sai sendo influenciado pelas dinâmicas sociais com certeza, só que só se entenda a condição que você tá, avalia se essa condição que você sabe o que tem que fazer nessa condição*” (GH40).

Outra situação que gera indignação aos estudantes em SVS, é sobre uma “*questão que é muito grave de eu ser reprovado por uma falta e perder toda a assistência estudantil*” (GM37). Não há consideração dos motivos que levam um aluno a reprovar em uma disciplina, seja por questões de saúde mental, luto familiar ou doença física (GM35–36). É observado que a Universidade tende a encerrar o caso após a reprovação, sem a investigação das circunstâncias que levaram a esse resultado. Essa abordagem promove “*injustiça social*” (GM37).

A Instituição reconhece que o maior desafio para acessar as políticas de assistência diz respeito à conduta de querer “*tudo pronto*” e à dificuldade encontrada para lidar com a documentação, mesmo com a disponibilidade de funcionários para ajudar nessa questão (IES14). O mesmo cenário ocorre na questão da permanência, na qual a instituição também enxerga que a maior dificuldade é advinda dos discentes, seja na ME, com a convivência, seja no RU, em relação ao paladar (IES15–16). Além disso, existe, para a Instituição, o fato cultural de burlar, ato que parte dos alunos para ter acesso, “*principalmente nas cotas de renda*” (IES17). Como consequência, percebe-se que a Universidade é obrigada a burocratizar o processo de comprovação, considerando apenas critérios de vulnerabilidade socioeconômica (IES17).

De acordo com Duarte (2007), é fundamental que as políticas educacionais garantam igualdade de oportunidades no acesso e permanência no ensino superior, especialmente em países com grandes desigualdades sociais e regionais. Para combater altos índices de

abandono, reprovação e distorção idade-série, é necessário que os poderes públicos implementem medidas que reduzam essas condições desfavoráveis. Dessa maneira, as políticas universitárias serviriam seu propósito de serem complementares, e não seriam demandadas para resolver integralmente problemas que são de responsabilidade governamental.

4.3.3.2 Política de permanência é direito e não favor

Ao abordar o acesso às políticas da Universidade, é enfatizado a importância dessas medidas para garantir a continuidade da trajetória acadêmica dos discentes. Além disso, é expresso o compromisso por parte dos discentes em orientar outros estudantes sobre essas políticas, incentivando-os a aproveitar esses recursos. No entanto, uma vez dentro da Instituição, é observada a recorrência da necessidade de suplicar por assistência e apoio, uma experiência desgastante e frustrante para todos os participantes que compartilham da mesma opinião, pois *“é chato, é desgastante ficar falando o tempo todo que você está precisando de ajuda”* (GM38). Ou seja, após a conquista de ingressar no ensino superior, os estudantes que convivem com desvantagens econômicas e culturais enfrentam um novo desafio em sua trajetória acadêmica, que é ter o acesso efetivo e a real conquista da permanência no ensino superior (Mattos; Fernandes, 2022).

Em contrapartida, é observado pela instituição que há alunos que fazem uso das políticas de assistência estudantil sem demonstrar um real interesse em aproveitar as oportunidades oferecidas. Nesse sentido, tem-se que uma parcela minoritária dos estudantes em situação de vulnerabilidade realmente está na Universidade por um desejo genuíno de estudar e aproveitar as oportunidades disponíveis, enquanto alunos que usufruem integralmente dos benefícios oferecidos são a minoria (IES18–19).

Diante das adversidades enfrentadas em relação ao acesso e à qualidade dos alimentos, os alunos compartilharam suas percepções de negligência por parte da Universidade e de uma subvalorização de sua condição enquanto estudantes. Um dos alunos comparou a atual situação com sua experiência no exército em que *“tinha alimentação de manhã, o almoço, café da tarde, a janta e a ceia”* (GH41), ressaltando a falta de equivalência entre os serviços oferecidos. Essa discrepância sustenta uma sensação de injustiça e subvalorização dos universitários, aumentando a sua sensação de marginalização entre aqueles em, *“só porque a gente é vulnerável a gente tem que viver com o mínimo possível”* (GM34).

Na perspectiva institucional, a assistência alimentar e de moradia impacta positivamente na condição de vida e permanência dos alunos em SVS, que, segundo a instituição, relatam que “*aqui eu não passo fome*” e “*é um palácio*” (IES20). Tem-se casos em que estudantes optam por permanecer na Universidade durante as férias, evitando retornar às condições precárias de vida em suas cidades de origem. Em contrapartida, também são observados casos em que o aluno “*não percebe o quão é importante*” (IES18) a assistência ofertada pela Instituição. Entretanto, dar assistência não significa que a Universidade garante SA, haja visto que o discente que já chega em IAG evolui apenas para a IAM ou IAL (como apontam os dados de questionário e os relatos).

Para os alunos, a falta de investimento provoca **traumas**, “*essa palavra [trauma] é muito forte*” (GH42), dificultando a permanência na Universidade e evidenciando “*que a gente tem preço*” (GH43). A preocupação de que o investimento na educação brasileira esteja limitado por um teto determinado pela inflação do país, resultando em diversos traumas que contribuem para a evasão estudantil, é constantemente expressada. Existe um sentimento difundido de que a Universidade encara certas políticas de permanência como **despesas supérfluas**, justificando que a falta de investimento em políticas de permanência é devido aos gastos excessivos em outras áreas (GH44–45). Esta mentalidade é atribuída à lógica capitalista que prioriza a produção de bens em detrimento da distribuição equitativa dos recursos, perpetuando assim o ciclo de desigualdade social (SACHS, 2017).

É nítido, então, que as políticas são fundamentais para a permanência. Mas elas são um **direito e não um favor**. Entretanto, entre os discentes, salienta-se a ausência do sentimento de pertencimento que não é incentivado pela instituição, mesmo que muitos dos estudantes realizem todas as atividades cotidianas na Universidade. “*Nós comemos [Instituição], dormimos [Instituição], vivemos [Instituição]... [a Instituição] simplesmente não deixa a gente sentir isso. O tempo todo fica meio que avisando a gente que a gente tá aqui de favor*” (GM39). Tal fato constitui uma barreira simbólica para a permanência dos discentes, enfatizando que apenas apoio nos entraves de dimensão materiais não são suficientes em uma instituição elitista que tem que lidar com a inclusão social (Mattos; Fernandes, 2022b).

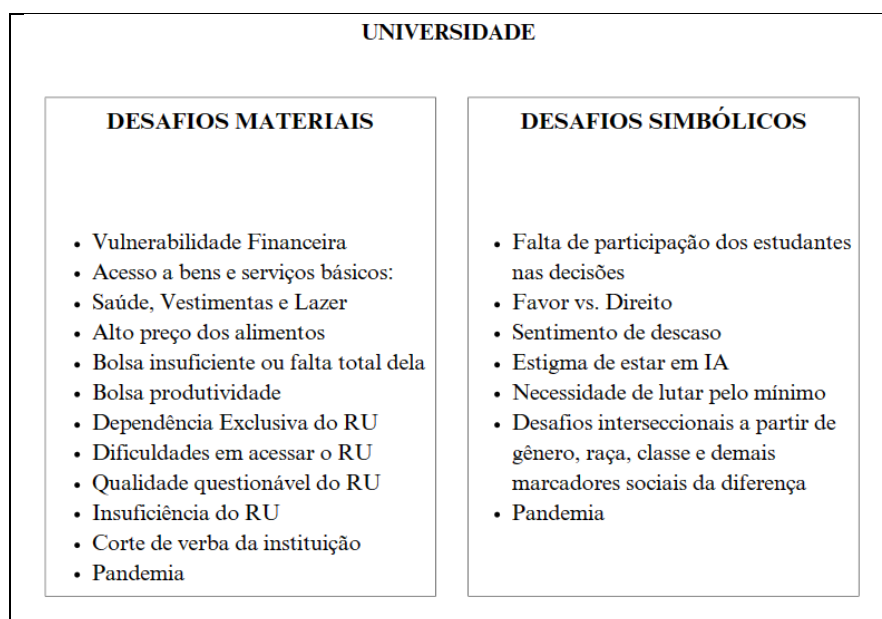
Conforme Bourdieu e Passeron (1992), o sentimento de pertencimento dos jovens universitários é moldado pela maneira como as instituições de ensino superior reconhecem e validam determinadas formas de capital cultural, o que frequentemente beneficia os estudantes pertencentes a grupos privilegiados. Esse cenário pode estabelecer obstáculos para os jovens de origens socioeconômicas desfavorecidas, o que implica no fato de que a questão da permanência vai além do apoio material, sendo profundamente influenciada por uma

cultura que legitima a exclusão de minorias e perpetua a violência simbólica. Assim, os discentes internalizam como *"ah realmente eu sou um gasto para a Universidade [...] e não como [...] eu estou na política estudantil que é o meu direito"* (GM40). Esses grupos enfrentam desafios persistentes para se manter no ensino superior, os quais não se restringem apenas ao capital material, abrangendo também o capital cultural e simbólico (Joaquim; Alvarenga, 2022).

Sobre a relação entre os representantes da moradia estudantil e a instituição, vivencia-se, entre os estudantes, o sentimento de ser a parte menos significativa durante os momentos de interação, reforçando a ideia de não pertencimento. Foi relatada situação em que *"todo mundo [da moradia] teve um sentimento de humilhação"* devido à forma de tratamento que receberam e ao descaso que sentiram (GM41). Conforme Mattos e Fernandes (2022, p.7), *"a função de uma instituição pertencente a um sistema de ensino é realizar um trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável, ou seja, um determinado habitus em seus alunos"*. Entretanto, por meio das falas, percebe-se que os discentes sofrem barreiras simbólicas universalizadas pelo *habitus* existente no ambiente acadêmico, o que dificulta o sentimento de pertencimento.

Além disso, todas as **decisões** institucionais são **verticais e centralizadas**, *"a gente não participa das decisões que afetam diretamente na nossa vida aqui dentro da comunidade [da moradia]"* (GM42). Com isso, predomina-se o sentimento de que suas percepções não são levadas em consideração, como, por exemplo, na decisão de proibir visitas no alojamento e na utilização dos recursos do PNAES, que *"não é usado só para os alunos vulneráveis [mas, sim] distribuído para todos os alunos"* (GM43). Logo, entre os discentes, principalmente aqueles que ocupam alguma representatividade, acredita-se que a Universidade deve ser um local mais democrático, considerando as demandas dos estudantes, pois é *"muito importante nós estarmos dentro das decisões da [Instituição], quando o assunto é assistência estudantil, nós que sabemos que a gente precisa"* (GM42–44). Percebe-se que os discentes vivenciam desafios materiais e imateriais relacionados à IA (Figura 12).

Figura 12: Desafios materiais e simbólicos que tocam a IA dentro da universidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Instituição declara interesse em melhorar a política de permanência e aponta como desafio para contemplar todos que precisam, a **comunicação efetiva sobre os benefícios e as políticas disponíveis** (IES21). Percebe-se um baixo índice de procura pelas políticas assistenciais, já que entre “10 mil alunos”, registra-se apenas cerca de “10% da população estudante” em SVS (IES22). A realização de licitações eficazes e o comprometimento das empresas contratadas são cruciais para garantir a qualidade dos serviços (IES23). Ressalta-se que a gestão precisa estar alinhada e a reitoria deve estar fortemente envolvida, reconhecendo que a assistência estudantil exige manutenção constante (IES24). Além disso, existem conflitos imateriais, como problemas psicológicos, destacando a necessidade de uma equipe ampla e sensível para lidar com tais questões (IES25).

4.3.4 O dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência

Este tópico reflete sobre as desigualdades existentes na permanência apesar do discurso institucional de igualdade e inclusão, desconsiderando aspectos próprios de determinados grupos. Tal fato afasta a equidade na permanência.

4.3.4.1 Insegurança alimentar entre mulher, mãe e estudante

Embora haja mais mulheres inscritas em SVS, os homens têm proporcionalmente maior acesso à moradia universitária, de acordo com os dados da própria instituição (Figura 5). Essa disparidade influencia diretamente a permanência estudantil e, como consequência, impacta a SA. Os dados internacionais (FAO, 2021) e nacionais (Rede PENSSAN, 2022) apontam que o perfil de pessoas em situação de fome são mulheres, negras, baixa renda e baixa escolaridade. Enquanto os aspectos de renda e classe são reproduzidos dentro da Universidade, a questão de gênero não é observada da mesma forma. Isso ocorre porque os dados nacionais e internacionais se referem a mulheres “cuidadoras”, pertencentes a núcleos familiares e com filhos (chefes de família). Na Universidade, não há espaço para essa mulher pobre e chefe de família.

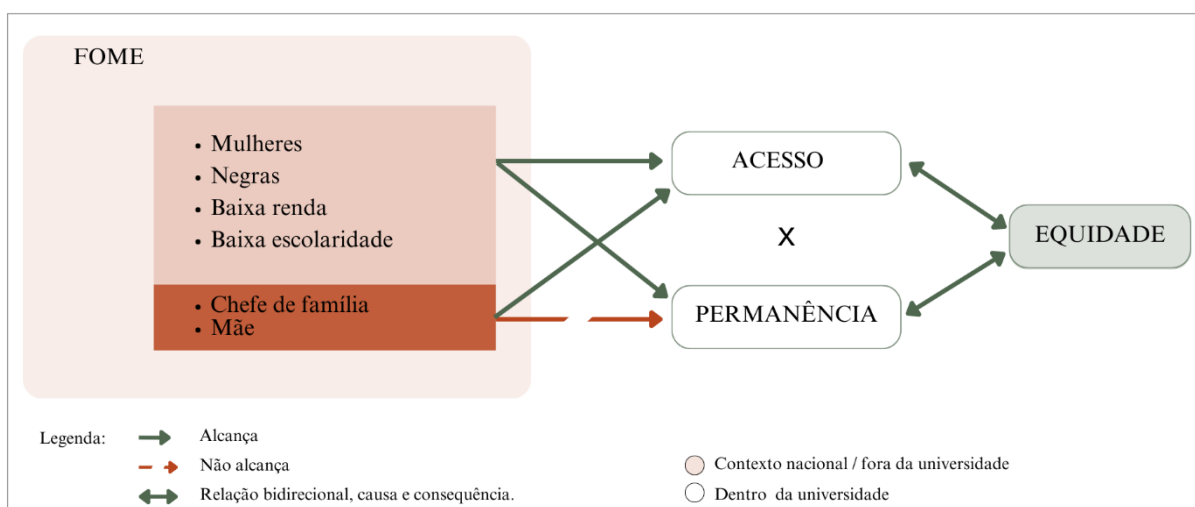
Para as mulheres discentes, **tornar-se mãe significa ter que deixar a moradia**. Tal exclusão no âmbito da política de permanência foi vivenciada por discentes e relatada nas entrevistas (GM47-GM48-GH50). Entretanto, tornar-se pai não tem o mesmo efeito (GM50). Existe um falso cenário “democrático” de acesso à Universidade, mas é visível, mais uma vez, quem tem privilégio na sociedade. Mulheres são mais afetadas e a política de permanência age desigual para elas. Os discentes que se tornam pais concluem o curso (GH50), mas as discentes que se tornam mães têm a formação retardada, perda da vaga no alojamento e o risco de precisar abandonar o curso (GM49-GH51).

É visível a indignação dos e das discentes em relação à diferença no tratamento em decorrência do gênero (principalmente no Grupo das Mulheres). Tal situação é desproporcional, considerando que a responsabilidade é de ambos (GH51). Observa-se, então, uma **segregação de papel social**, que observa os privilégios dos homens e a necessidade da discussão sobre o tema (GM51-52-GH51-55). O ambiente acadêmico ainda não se adaptou à diversidade dos novos alunos. Falar sobre mulher, pobre, negra e mãe *“realmente é uma questão que nunca foi falado, primeiro que as mulheres não acessavam a Universidade antes, né, aqui já era estruturado só para homens [...] e se começar lá atrás, homens brancos filhos de fazendeiro”* (GH53).

Com isso evidencia-se, por meio da análise desta pesquisa, que o “princípio da igualdade” (Hirata, 2009) se assemelha com o “discurso de inclusão” (Almeida, 2009). Igualdade e inclusão se apresentam socialmente, pelas instituições e Estado, como um alcance de direitos e justiça social. Entretanto, em ambos os casos, essas condições por si só não operam diferenças significativas de equidade, já que o ambiente na qual são inseridas continuam a ser capitalista-colonial-racista-heteronormativo. Ou seja, o capital cultural existente que beneficia e age em prol das elites atua como barreiras para que as minorias, de

fato, conquistem o pertencimento nesses “novos” espaços. Aqui se constitui o que este trabalho denomina como “dilema interseccional entre igualdade e equidade”: ao passo que as instituições e a sociedade adotam o discurso de igualdade para inserir “minorias” nos seus espaços, esses espaços não estão prontos para lidar com a heterogeneidade dos grupos que não constituem o capital cultural predominante. Ou seja, existe o discurso de igualdade e inclusão, mas na prática, a equidade é que se faz necessária.

Figura 13: Dilema Interseccional: igualdade vs. equidade na universidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Dado tal cenário em que as mulheres são as mais prejudicadas (GM20), o impacto na **permanência é ainda mais desafiador** quando se tornam mães, já que há a perda do alojamento (GM47-GH52). Isso ocasiona a necessidade de pagar moradia, água e luz, além da própria comida, considerando ainda que a oferta de refeições do RU é insuficiente, principalmente para mulheres lactantes. Isto é, a restrição alimentar é agravada pelo fato de que apenas as duas refeições do RU não são suficientes para suprir as necessidades nutricionais de uma mulher que amamenta (GM47-GH54). Tais consequências contribuem para as estatísticas brasileiras de perfis que estão em situação de IA: mulher, baixa renda, autodeclarada negra e com baixa escolaridade (Rede PENSSAN, 2022). “*A fome anda junto com a desigualdade de gênero e racial, né?*” (GM53).

A maternidade é um dos maiores diferenciais pelo qual a mulher (com destaque para a intersecção de mulher-negra-pobre) sofre “segregação” (GM49). Isso impacta na permanência no ensino superior. A falta de uma rede de apoio adequada resulta em inúmeros desafios para as mães universitárias, como a impossibilidade de realizar provas, estudar e até mesmo

descansar (GM51-52). Do mesmo modo, o número limitado de refeições, a ausência de fraldários e de locais privativos para amamentar amplificam os obstáculos. Entretanto, a instituição afirmou que esse espaço de amamentação está sendo providenciado.

A política de permanência, que contribui minimamente para a SA, é baseada em **bolsa com viés trabalhista** e, portanto, inacessível para o perfil de mulher-estudante-mãe-baixa renda. A bolsa, normalmente de 12 ou 20 horas semanais, torna-se inviável, visto que o tempo disponível é direcionado aos cuidados com a criança e com as disciplinas possíveis de serem cursadas nesse contexto (GM54). Outro fator que dificulta o acesso à bolsa é o critério de **rendimento acadêmico, que pode reduzir devido à restrição do tempo disponível para os estudos e, além disso**, uma única reprovação por falta implica em perder a bolsa.

O tempo de cuidado resulta em **sobrecarga** sobre as mulheres mães, já que, historicamente, tais tarefas são atribuídas ao âmbito privado, portanto às mulheres (Federici, 2017). Além disso, conforme hooks (2019, p.109), “os homens, mais do nunca, evitam a responsabilidade de educar as crianças e em que as mulheres estão a educar cada vez menos, pois trabalham mais, mas estão a educar cada vez mais sozinhas”.

Tal ideia reflete do comportamento de que o estudante homem, quando chega do trabalho, tem a preocupação de tomar banho, comer e estudar, enquanto uma mãe precisa pensar sobre onde a criança vai ser deixada para que ela possa assistir às aulas, sobre a alimentação da criança e dela própria (GH54). São evidentes as demandas presentes na vida de uma mãe universitária, que pode não ter tempo nem mesmo para tomar banho ao final do dia, já que precisa cuidar da casa. A percepção dessas questões foi presente entre os homens, principalmente no que diz respeito aos desafios enfrentados por uma mãe solo, mostrando a consciência da desigualdade de gênero por parte desses discentes (GH51-53-55).

Diante dessa realidade, é imprescindível reconhecer a situação de vulnerabilidade tanto da mãe universitária quanto do pai, mas principalmente da primeira, na medida em que perde o acesso à moradia ao se tornar mãe (GM51-52). Sugere-se à Universidade a garantia do acesso à moradia à mãe e ao pai, não necessariamente na ME. A Instituição dispõe, por exemplo, de um hotel, com mais de 40 quartos, que não está em funcionamento. Na percepção dos discentes, que moraram no local durante uma reforma da ME no período de pandemia, seria uma boa opção para as mães da Instituição. No local não tem trânsito ativo, animais ou fluxo constante de discentes, sem exposição a perigos em razão da vigilância e das câmeras. Ademais, conta-se com banheiros e quartos individuais com guarda-roupa e ventilador, sendo coletiva apenas a cozinha. Entretanto, “*fica vazio e não é acessado pelas mães*” (GM55).

Além disso, as mães estudantes não têm acesso ao lazer ofertado aos demais discentes, já que o Centro de Integração Universitária (CIUNI) é fechado para elas devido ao contrato terceirizado feito pela Universidade que não tem a efetividade de um salva-vidas, conforme deveria ocorrer. De fato, esse se constitui o argumento da Instituição ao impedir o acesso das mães ao clube. “*Aí simplesmente se você vira mãe, você perde acesso ao lazer dentro da Universidade*” (GM56), limitando a qualidade de vida e bem-estar.

Diante do “*medo de perder Universidade, perder essa estabilidade [mulheres] acabaram entrando em ter que fazer aborto*” (GM57). Essa realidade reflete o desespero por permanecer e concluir o curso para sair do círculo vicioso da pobreza (Nurkse, 1966; Myrdal, 1972), já que a escolaridade se mostra como primordial para superar pobreza geracional (Tavares; Lima, 2021; Rede PENSSAN, 2022). Tais questões são reconhecidas pelos discentes, que destacam o impacto para a saúde mental da mulher nessas situações (GM58). Apesar de existir essa percepção nos discentes homens, eles participaram pouco em detrimento das mulheres, que possuem falas engajadas e fervorosas.

A mulher, ao se posicionar sobre não querer ser mãe, é constantemente julgada, enquanto o mesmo não ocorre com o pai que escolhe não cumprir sua função, inclusive “*pai presente é um privilégio no Brasil*” (GM59). No contexto do alojamento estudantil, é comum a ausência da figura paterna na estrutura familiar, refletindo a realidade brasileira e a perspectiva patriarcal, que atribui unicamente à mulher a **responsabilidade dos cuidados** com a criança (GH56-GM59).

Diante dos entraves relacionados à maternidade e ao indivíduo responsabilizado e penalizado por essa condição: a mulher, bell hooks (2019) compreende que a maternidade deve receber sua devida atenção nos debates feministas e que pensam nas pautas das mulheres. Isso se faz especialmente importante no sentido de repensar a maternidade para além de ser mais ou menos feminista, de condenar ou romantizar seu caráter, mas sim para que “a maternidade não seja uma experiência obrigatória nem exploradora nem opressiva para as mulheres [...]” (hooks, 2019, p. 106).

4.3.4.2 Insegurança alimentar entre estudantes, baixa renda e LGBT

Ampliando o debate de gênero para a comunidade LBGT+ e sua relação com a fome, registra-se que **na pandemia**, quando foi solicitado aos estudantes que deixassem o local, estudantes LBGT+ estavam dentre os mais impactados. Apesar do processo administrativo

aberto contra a IES para que houvesse ajuda financeira para as viagens para casa, alguns alunos não tinham para onde ir, “*principalmente da comunidade LGBT, [...] porque tem problema com a família*” (GM60).

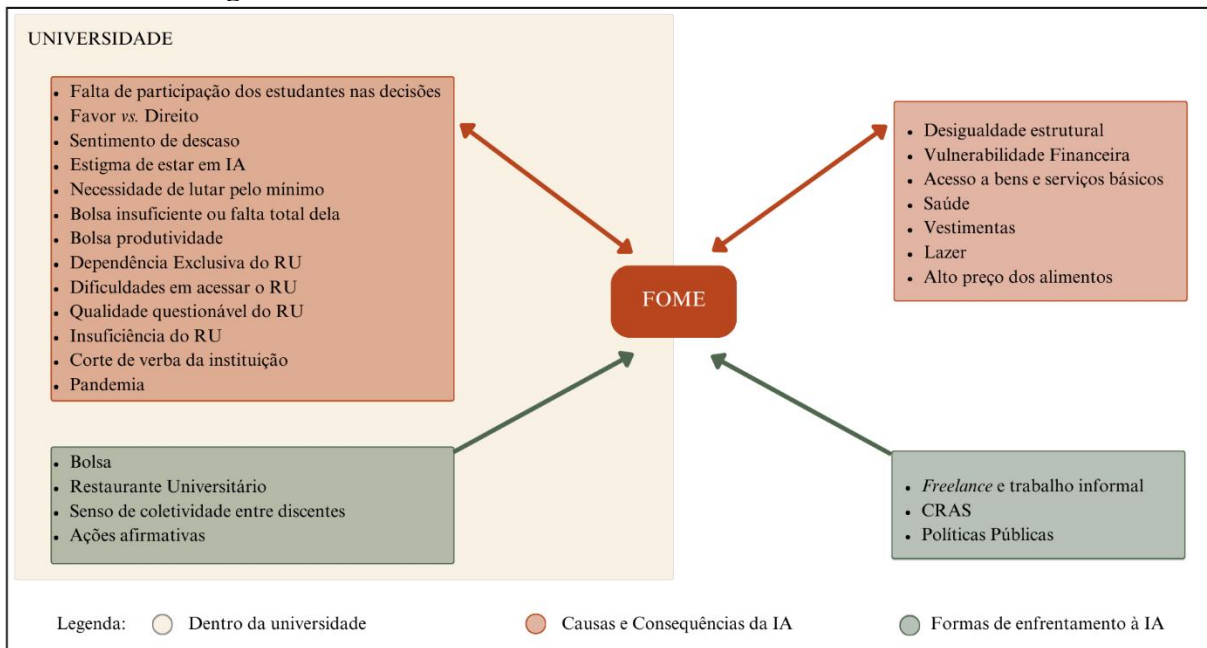
Institucionalmente, questões de gênero são contempladas na análise de Situação Agravante de Vulnerabilidade (SAV), considerando a pontuação. Ter ou não uma relação estreita com a família e o **pertencimento ao núcleo familiar**, são aspectos considerados para que o discente receba alguma assistência, pois “*às vezes, essas questões de gênero leva muito a isso, né, um rompimento com a família*” (IES 30). Essa realidade afeta o sentimento de pertencimento em níveis simbólicos, indo **além do financeiro** (IES 30).

Diante de tantos obstáculos históricos, estruturais e institucionais enfrentados pela interseccionalidade entre os marcadores de gênero-raça-classe, vê-se que **a fome caminha junto com a desigualdade de gênero e raça, e também com questões relacionadas à comunidade LGBT+** (GM61). Por isso, destaca-se a importância do levantamento das pessoas da moradia que passam pela situação de IA acrescida a outros fatores de vulnerabilidade.

A Instituição em análise nesta pesquisa é pioneira na criação de uma vaga extranumerária em todos os cursos para pessoas trans, tornando-se a primeira universidade de Minas Gerais e a sexta do país a implementar essa medida. Essa “*é uma ação afirmativa que é bem importante, né? Uma parcela da nossa população que é completamente invisível aos olhos da maioria. Uma parcela da população que sofre muita violência, muita violência, né? E aí você imagina, né? Uma pessoa trans que é negra, que tem dificuldades financeiras, acaba muita das vezes indo pra...pra prostituição, né?*” (IES31).

Esta pesquisa evidencia, portanto, que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe opera no contexto da IA entre os estudantes universitários. As pessoas que precisam dessa política de assistência são pessoas negras e pobres, excluídas historicamente e socialmente dos espaços de educação. Uma vez dentro da Universidade, o reflexo do sistema capitalista-colonial-racista-heteronormativo cria barreiras que impedem grupos marginalizados de acessarem seus direitos de forma equitativa e de conquistarem, de fato, a permanência. Apesar das lutas históricas, mulheres, pessoas não brancas e de baixa renda alcançaram o acesso à educação superior, porém enfrentam dificuldades de permanência devido à falta de políticas eficazes de assistência. A dependência dos alunos da moradia estudantil ao RU evidencia a IA, especialmente entre aqueles sem bolsa de assistência.

Figura 14: Nuances da fome dentro e fora dos muros elitizados.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A temática da fome possui interseção com outros problemas vivenciados pelos discentes. É importante dar luz a essas interseções para que as políticas de assistência estudantil sejam pensadas, elaboradas e aplicadas de forma a integrar as variáveis que se cruzam e, assim, não tratar de um único aspecto de forma individual, mas de toda sua raiz estruturante.

Entretanto, vale ressaltar que a política de assistência visa contribuir, e não sustentar a permanência por completo, já que o foco da instituição de ensino é, de fato, ofertar o serviço de educação. Assim, é necessário que o governo desenvolva políticas públicas amplas e mais eficazes para auxiliar na permanência desses jovens. Tal ação por parte do Estado diz respeito sobre quais rumos de desenvolvimento são almejados. Por um lado, pode-se investir na saída de jovens do ciclo vicioso da pobreza ao formar profissionais qualificados. Por outro lado, na medida em que os jovens ingressam no mercado de trabalho sem qualificação, o ciclo geracional da pobreza é mantido, contribuindo assim pela manutenção da IA e permanência no mapa da fome.

A fome se configura em uma teia ampla de outros elementos essenciais para uma vida digna. O quadro é um esforço de sintetizar as principais temáticas da relação complexa entre IA e universitários residentes de uma moradia estudantil.

Quadro 10: Percepções e vivências de IA por alunos em SVS.

CATEGORIAS	ACHADOS	IMPLICAÇÕES	
1. Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida.	1.1 Vulnerabilidade Financeira: pagar para comer, mas com que dinheiro?	<i>"isso acontece que dentro do capitalismo a lógica é o capital e não o ser humano" (GH1)</i> <i>"tá muito caro e aí talvez a gente prioriza comprar o arroz e feijão porque vai manter por mais tempo segura da fome, muito mais tempo do que comer fruta e legumes e carne porque são coisas mais supérfluas perto disso" (GM1).</i>	Capitalismo; Comida como mercadoria; Valor elevado dos alimentos; acesso a alimentos de baixo valor nutricional, ultraprocessados e básicos; Sem acesso a alimentos frescos, vegetais e frutas; Auxílio do CRAS; Dificuldade em acessar gás de cozinha
	1.2 Escolha forçada: o ciclo entre Fome, Freelance e Saúde.	<i>"acho que todo mundo aqui faz freelance" (GH8).</i> <i>"metade da minha bolsa fica por conta do remédio. Outra metade para é comprar né? comida e produtos de limpeza" (GM5).</i>	Freelance; Trabalho informal; Impacto no desempenho acadêmico; Saúde é afetada; Doenças mentais e físicas; Comida vs. necessidades essenciais (saúde, lazer, transporte, vestimentas, produtos de limpeza)
	1.3 Gênero na balança: as diferentes lutas diárias por alimento e dignidade.	<i>"a gente teve insegurança alimentar e a gente teve que a gente fez uma estratégia [...] Então a gente partiu um pedaço do bolo durante a semana" (GM10)</i>	Estratégias para acessar alimento Mulheres: Estratégias coletivas Homens: Freelancer, cartão de crédito e críticas ao capitalismo
2. Fome: a realidade oculta dentro dos muros elitizados.	2.1 Bolsa de fome: uma dependência que ameaça a permanência.	<i>"basicamente eu só faço essas duas alimentações na IES justamente por não ter bolsa" (GH15).</i> <i>"quem tem bolsa também precisa que o RU funcione" (GH14).</i>	Bolsa insuficiente; Quem tem, ainda está em Insegurança Alimentar; Quem não tem, a situação é pior; Não agrega na formação acadêmica; Gera desigualdades no acesso à atividades acadêmicas; Necessidade de bolsa permanência; Necessidade de auxílio para compra de alimento.
	2.2 RU: Acesso restrito, qualidade questionável e desigualdade acentuada.	<i>"tenho 30 reais na conta, aí eu pego os 30 reais e coloco no RU, não tenho outra, é isso que eu faço, porque de último caso eu garanto meu almoço e a janta pro resto do mês" (GM13).</i> <i>"servir sopa de feijão [...] Ah, eu vou dizer a verdade sopa não enche a gente, né?" (GH23).</i>	É caro; Demanda por gratuidade; Demanda por mais refeições (café e ceia); Demanda por variedade (frutas, suco, sobremesa); Baixa qualidade; Pandemia impactou acesso e qualidade; Tem horários restritos
	2.3 O Papel Crucial do RU: Entre a Sobrevivência e a Insuficiência da Política.	<i>"pelo menos o arroz e feijão ele salva todo dia pra gente comer né?" (GM21),</i> <i>"Parece que não é óbvio que a gente precisa da comida. Parece que a gente tem que brigar para ter o básico" (GM26).</i>	RU é de extrema importância; RU é insuficiente; Não é ininterrupto; A fome é percebida entre os colegas; Cortes de verba; Luta por direitos
3. Alimentar e abrigar para desobrigar.	3.1 Senso de coletividade, questões morais e culturais.	<i>"não é uma situação fácil de falar, de se expor. É expositivo, né?" (GM32).</i> <i>"só porque a gente é vulnerável a gente tem que viver com o mínimo possível" (GM34).</i>	Compartilhamento de alimentos; Constrangimento; Capital cultural Descaso; Estigma; Injustiça; Sentimento de não-pertencimento
	3.3 Política de permanência é direito e não favor.	<i>"Nós comemos IES, dormimos IES, vivemos IES... [a instituição] simplesmente não deixa a gente sentir isso. O tempo todo fica meio que avisando a gente que a gente tá aqui de favor" (GM39).</i>	Traumas; Indignação; Direito vs. Favor Humilhação; Decisões centralizadas
4. O dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência.	4.1 Insegurança alimentar entre mulher, mãe e estudante. 61	<i>"realmente é uma questão que nunca foi falado, primeiro que as mulheres não acessavam a Universidade antes, né, aqui já era estruturado só para homens [...] e se começar lá atrás, homens brancos filhos de fazendeiro" (GH53).</i>	Mãe não tem moradia; Mãe não tem lazer; Falso cenário "democrático"; Igualdade vs. Equidade; Segregação; Cuidado; Maternidade; Desigualdade
	4.2 Insegurança alimentar entre estudantes, baixa renda e LGBT. 64	<i>"às vezes, essas questões de gênero leva muito a isso, né, um rompimento com a família" (IES 30).</i>	Falta de rede de apoio; Desafios simbólicos; Cota Trans

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como contribuição prática, este trabalho apresenta sugestões de ações e melhorias que podem ser desenvolvidas pela Universidade para que amplie a permanência material e imaterial de discentes em SVS a considerar gênero, raça, classe e demais marcadores sociais da diferença. Essas melhorias visam proporcionar uma experiência universitária mais inclusiva, equitativa e acessível para todos os estudantes, garantindo que eles possam concentrar seus esforços no desenvolvimento acadêmico e pessoal, sem serem impedidos por barreiras interseccionais que operam na manutenção da fome. O Quadro 9 foi elaborado com base nas sugestões dos discentes participantes desta pesquisa.

Quadro 11: Sugestões e reivindicações discentes em IA:

Sugestões para ampliar o Pertencimento material e imaterial de discentes em SVS:

1) Assistência Financeira:

- Revisão e aumento do valor da bolsa permanência.
- Implementação de programas de auxílio financeiro específicos para despesas com alimentação e permanência.
- Criação de um sistema de auxílio para acesso a medicamentos.

2) Assistência Alimentar:

- Melhoria na qualidade e diversificação do cardápio do Restaurante Universitário (RU), incluindo opções de café da manhã e ceia, além de garantir o acesso a frutas, sucos e laticínios.
- Fornecimento de gás de cozinha para os estudantes que residem na moradia estudantil.

3) Saúde e Bem-Estar:

- Ampliação do acesso a serviços de saúde.
- Implementação de políticas para garantir atividade física regular para os estudantes.

4) Apoio Social:

- Criação de redes de apoio mais eficazes para os estudantes.

5) Burocracia e Processos Administrativos:

- Simplificação dos processos burocráticos para acesso aos serviços de assistência estudantil, reduzindo a exigência de documentos e taxas excessivas e agilizando os prazos de solicitação e utilização dos serviços.

6) Comunicação efetiva:

- Otimização e ampliação da comunicação da Instituição com os discentes para divulgar mais as políticas e programas de assistência, os meios de avaliação desses serviços e criar um canal de demandas e feedbacks.

7) Alojamento Estudantil:

- Avaliação e aprimoramento da infraestrutura da moradia estudantil para garantir acesso a serviços básicos e espaços confortáveis.

8) Participação Estudantil:

- Promoção de espaços de participação e diálogo entre estudantes e administração universitária para garantir que as vozes dos alunos sejam ouvidas e consideradas nas decisões institucionais.

9) Inclusão e Diversidade:

- Implementação de políticas inclusivas que considerem as necessidades específicas da comunidade LGBTQIA+ e outras minorias para garantir um ambiente universitário seguro e acolhedor para todos.

10) Direito das mulheres:

- Implementação de programas de assistência específicos para mulheres estudantes e mães de baixa renda.
- Revisão dos critérios de seleção para bolsas de estudo e assistência financeira levando em consideração as circunstâncias específicas enfrentadas pelas mulheres mães.
- Desenvolvimento de programas de conscientização sobre questões de gênero e maternidade na universidade.

11) Permanência:

- Revisão das políticas de permanência para garantir a inclusão e equidade de mulheres mães.
- Desenvolver estratégias para promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

Esta seção apresentou resultados sobre IA, a percepção e vivência dos discentes que convivem com ela e, ainda, oferece uma síntese das sugestões desse grupo para melhorar as condições de permanência. Observou-se as múltiplas ramificações da fome e seus impactos em um ambiente que existe interseccionalidades não consideradas pelas políticas de permanência. Portanto, dar luz à essa complexa teia de desigualdades permite que elas sejam vistas e, quem sabe, consideradas na formulação mais equitativa de políticas institucionais e/ou públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome voltou a assolar o Brasil em 2022, e a presente pesquisa mergulha nos impactos desse cenário dentro de uma universidade pública federal. Confirmando a hipótese inicial, o estudo evidencia que os residentes em moradias estudantis necessitam de políticas específicas de Segurança Alimentar, as quais devem considerar as nuances dos marcadores sociais e suas interseccionalidades para promover uma educação plena.

A pesquisa desvenda como a Insegurança Alimentar se manifesta entre os estudantes universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes em moradia estudantil. **Os resultados revelam que a fome e a insegurança alimentar operam de formas distintas conforme classe, raça e gênero.** Essa realidade complexa se enraíza nas estruturas opressoras do sistema hegemônico, gerando múltiplas formas de opressão interligadas que criam obstáculos ao acesso equitativo aos direitos por parte de grupos

marginalizados, contribuindo significativamente para a insegurança alimentar no contexto universitário.

Este estudo partiu da suposição de que o cenário de insegurança alimentar (IA) na universidade refletiria o contexto nacional, onde as mulheres são mais vulnerabilizadas. No entanto, os resultados indicam que as políticas de permanência universitária criam um ambiente relativamente mais democrático para os estudantes atendidos. A pesquisa revelou que, embora as dificuldades financeiras, como a renda e o acesso a bolsas, sejam os principais desafios enfrentados pelos estudantes, outras nuances relacionadas a gênero e raça também merecem atenção. Observou-se que, embora as mulheres sejam maioria entre os inscritos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os homens têm proporcionalmente maior acesso à moradia universitária. Além disso, as mulheres que se tornam mães enfrentam dificuldades adicionais, como a perda do alojamento e a precarização da segurança alimentar. Outro ponto relevante é que pessoas negras, que são maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica e na moradia, estão distribuídas nos três níveis de IA, sugerindo que essa parcela da população estudantil pode ser mais afetada pela fome.

A pesquisa focou nas percepções e vivências relacionadas à IA, sendo de natureza descritiva e exploratória, sem pretensões explicativas. Esses achados, no entanto, abrem caminho para estudos futuros que possam aprofundar as intersecções entre gênero, raça e classe social, visando identificar as possíveis distinções nas experiências dos estudantes e as razões subjacentes a essas diferenças.

Combater a fome entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica exige uma abordagem abrangente e interseccional. As políticas institucionais devem levar em consideração as interações entre gênero, raça e classe social para garantir a efetividade das ações e promover a real inclusão e o sucesso acadêmico de todos os alunos. **Equidade e justiça social devem ser os pilares das políticas públicas, combatendo a fome e promovendo a dignidade humana no ambiente universitário.** Para isso, a criação de políticas de Estado, em vez de políticas de governo, é fundamental para assegurar a continuidade e a efetivação desses direitos.

A limitação encontrada direciona-se para o fato de que os grupos focais foram realizados por pessoas voluntárias, logo, não se sabe as reais motivações que os levaram a quererem participar, podendo ter algum viés a partir desses dados.

Espera-se que esta pesquisa contribua para debates, construção e reformulação de políticas públicas, projetos e políticas institucionais que visam maior equidade, justiça social e ampliação da permanência no ensino superior. Este estudo também pode servir como base

para pesquisas futuras sobre fome, interseccionalidades, permanência, tarefas de cuidado e justiça social. Para a academia brasileira, o trabalho contribui para ampliar as análises interseccionais no país e aprofundar a compreensão da fome, um problema vastamente presente e intensificado no Brasil. Ao lançar luz sobre essa questão, esperamos estimular a produção de soluções mais completas e equitativas.

Uma contribuição prática significativa foi o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes e membros da Moradia Estudantil, realizado em 13 de agosto de 2024, nove meses após a coleta de dados e os grupos focais. O encontro contou com a presença de representantes e da presidência da moradia, além de outros moradores interessados, totalizando 10 pessoas. Os discentes demonstraram entusiasmo, concordância e gratidão pelos resultados apresentados, decidindo levar adiante as demandas sistematizadas. A autora se colocou à disposição dos estudantes para auxiliá-los e incentivou-os a adaptar as demandas conforme julgarem necessário, reconhecendo, como aprendido durante o processo, que são eles que melhor conhecem suas próprias necessidades.

Paralelamente, o trabalho foi introduzido à pró-reitoria da universidade investigada, onde houve receptividade para uma apresentação dos resultados e a realização de uma reunião com os envolvidos. Os estudantes mostraram-se engajados na busca por mais direitos, e a universidade manifestou disposição para ouvir e promover melhorias. Espera-se que em setembro de 2024 seja realizada uma reunião para dar prosseguimento e continuidade às ações práticas derivadas desta pesquisa.

Carta aberta de moradores e representantes da moradia estudantil.

*“A presente pesquisa nos despertou sentimentos mistos. Ficamos felizes por sermos finalmente incluídos como público-alvo de um estudo conduzido dentro da universidade, o que fortalece nosso sentimento de pertencimento. No entanto, os dados são alarmantes, pois mostram que todos os entrevistados estão em situação de insegurança alimentar, e aqueles que não possuem bolsa estão nos níveis grave e moderado. Para nós, representantes da moradia estudantil, essa pesquisa é fundamental para nossa luta contínua pela permanência estudantil, que já travamos desde antes de assumirmos a representação oficial. Agradecemos à Isabela por nos apresentar seus resultados, o que nos fez sentir parte desse processo e nos proporcionou uma base sólida para buscar soluções. Agora, com esses dados, podemos agir de maneira mais eficaz para reverter a grave situação de insegurança alimentar dentro da moradia, que sempre subemos existir, mas não tínhamos como comprovar com tanta clareza. Nossa meta é **transformar esses dados em políticas públicas** internas à universidade, garantindo o apoio à segurança alimentar e à permanência dos nossos colegas e futuros moradores da moradia estudantil, promovendo assim uma vida acadêmica digna para todos. Afinal de contas **não basta apenas entrar na universidade, é preciso lutar e permanecer!**”*

Keteriny Messias Alvim e Kepler Oliveira Miranda – 2024.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. **O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003–2008)**. 2009.
- ANGOTTI, Alanis Amorim; ZANGIROLANI, Lia Thieme Oikawa. **Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil**. *Revista de Nutrição*, v. 35, p. e220061, 2022.
- ARAÚJO, Janaína. **Novas regras da Lei de Cotas já estão em vigor**. Rádio Senado, Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/11/13/novas-regras-da-lei-de-cotas-ja-estao-em-vigor>>. Acesso em: 26 fev. de 2024.
- ASSUNÇÃO, Elizete Cardoso. Impactos da Pandemia e da Violência de Gênero para Mulheres em Situação de Privação de Liberdade. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, n. 19, p. 29-42, 2022.
- Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- AZEVEDO, Elaine De. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, v. 19, n. 44, p. 276–307, jan. 2017.
- AZEVEDO, Elaine de. **Colonialidade alimentar**. In: BRENDA, Tadeu et al. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. Editora Elefante, 2022, p. 203-205.
- AZEVEDO, Elaine De. Segurança alimentar e nutricional e controvérsias científicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 1supl, p. 147, 11 fev. 2015.
- AZEVEDO, Elaine De; RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. *Revista de Nutrição*, v. 29, n. 2, p. 241-251, 2016.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 1995, p. 458-463.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 3ª reimpressão da 1ª edição. **São Paulo, Edições**, v. 70, 2016.
- Betinho, símbolo de cidadania – Ibase**. Disponível em: <<https://ibase.br/betinho/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 27, 25 dez. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Distinction a social critique of the judgement of taste**. In: Inequality. Routledge, 2018. p. 287-318.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reproduction in education, society and culture**. Sage, 1990.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BANCO MUNDIAL. **Brazil Poverty and Equity Assessment**: Looking Ahead after Two Decades of Progress. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>>. Acesso em set. de 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Instrução Normativa. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, Brasília, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 3 de julho de 2023**. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para incluir a distrofia muscular progressiva de Duchenne entre as deficiências consideradas graves. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União. 4 jul. 2024. Disponível em:<<https://legis.senado.leg.br/norma/38682485/publicacao/38687410>>.

BRASIL. **Lei nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. [S. l.], 16 jun. 2023

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Dia Internacional da Mulher**: MDS coordena a elaboração da Política Nacional de Cuidados com foco na valorização da mulher. Assessoria de Comunicação – MDS, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-coordena-a-elaboracao-da-politica-nacional-de-cuidados-com-foco-na-valorizacao-da-mulher#:~:text=Assim%2C%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,igualit%C3%A1ria%20do%20trabalho%20de%20cuidados.>> Acesso em: 2 de ago de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota técnica DA/Sagi/MDS nº 128/2010**: relatório da oficina técnica para análise da escala brasileira de medida domiciliar de insegurança alimentar. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Estudo Técnico. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, n. 1, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual. **Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde**: Manual de Identificação dos Domicílios e Organização da Rede, Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Sancionada pelo presidente Lula, nova Lei de Cotas amplia vagas nas universidades públicas**. 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/sancionada-pelo-presidente-lula-nova-lei-de-cotas-amplia-vagas-nas-universidades-publicas>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos**: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Veto nº 17/2024**. Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.395, de 2023 (nº 1.434/2011, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)". **Congresso Nacional**. 2024 Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/16569>>.

BRAUN, Virginia.; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, v. 3, n. 2, 2006, p. 77-101.

CALIL, Mário Lúcio Garcez; MARKMAN, Débora. Law, race and gender: Elements for the construction of a feminist legal theory suitable to Black feminism. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n.2, 2020, pp. 174-195.

CAMARA, Lana Borges; CASTRO, Simone. Reforma tributária e desigualdade de gênero. **FGV Direito**, São Paulo, novembro de 2020.

CASTRO, J. de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e população**. 7. ed. Brasília: Brasiliense, 1965.

CARNEIRO, Sueli. (2011). **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 13 de fev. 2023.

CARPES, Pâmela Billig Mello et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, p. e2022354, 2022.

Centro de Referência de Assistência Social - Cras. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought : knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** Routledge Print, New York, 2 ed., 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1ª ed. Boitempo Editorial. 2021.

CONSEA. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos. Brasília, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista estudos feministas, v. 10, 2002, p. 171-188.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color.** Stanford Law Review, Palo Alto, v. 43 n. 6, p. 1241-1299, 1991

DA SILVEIRA, M. L.; GODINHO, T. Dialogues on Heleieth Saffi oti's Work and the Left - Wing Feminism. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, pp. 1-15, 2021.

DAVIS, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia.** Portal Geledés, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

DE CASTRO, Josue. **Geografia da fome.** 10ª ed. Editora Antares. 1984.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** Livraria F. Alves, 1960.

DELGADO, P. R; SOUZA, L. P. **Vulnerabilidade Social E Arranjos Domiciliares No Paraná.** In: Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira, livro 1 / organizadores: Bárbara Oliveira Marguti, Marco Aurélio Costa, Carlos Vinícius da Silva Pinto. Brasília: IPEA: INCT, 2017. cap. 1.

D. R. COUTINHO. Texto para discussão. **Capacidades estatais no programa bolsa família: o desafio de consolidação do sistema único de assistência social,** Brasília - Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1998/1/TD_1852.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 691-713, 2007.

ESTUDO TÉCNICO Nº 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO**. 2014. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>>. Acesso em: 22 de mar de 2023.

FALL, Falilou *et al.* **Vulnerability of social institutions**. OECD Economic Policy Papers. 2014.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **SOFI 2021: Relatório da ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021 (SOFI)**. FAO, 1-240. 2021. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>> Acesso em: 25 de abr. de 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [s.l.] Ed. Elefante, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Liber Livro Editora, 3ª ed., .

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Freie Universität Berlin**, 2022.

GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOÉS, Liz Meira; KEMPF, Renata Borges; BORBA, Carolina dos Anjos. Feminismos e Desenvolvimento: Uma análise decolonial do feminismo comunitário. **X Seminário Nacional Sociologia & Política: América Latina hoje - rupturas e continuidades**. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2019, pp. 1-18.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-20, 2011.

HAICAULT, Monique. **La gestion ordinaire de la vie en deux**. Sociologie du travail, n.3, p.268-77, 1984.

HIRATA, Helena et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

HIRANO, L. F. K. *et al.* **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

HOOKS, bell. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. Tradução: B. Libanio. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 8 mai. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 de jun de 2024.

IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento | Agência de Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>

IBGE. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004 | Agência de Notícias**. 2020. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. [S. l.], 2 dez. 2022. **Agência de Notícias**. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20pelos%20crit%C3%A9rios%20do,da%20popula%C3%A7%C3%A3o\)%20eram%20extremamente%20pobres](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20pelos%20crit%C3%A9rios%20do,da%20popula%C3%A7%C3%A3o)%20eram%20extremamente%20pobres)>. Acesso em: 18 maio 2023.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking ahead of two crises. **World Bank Document**, [s. l.], 2022. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>. Acesso em: 2 maio 2023.

INEP (Comunicação Social). Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IPEA (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República); SILVA, Sandro Pereira. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL: PROJETOS, DESCONTINUIDADES E CONSOLIDAÇÃO. **1953 Texto para discussão**, Rio de Janeiro, abril 2014.

JARDIM, R.; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2019.

JOAQUIM, N. de F.; ALVARENGA, P. P. de. (Orgs.). **Os desafios da permanência no ensino superior**. Lavras: Editora UFLA, 2022, 233p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRUEGER, Richard A. **Focus groups: a practical guide for applied research**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1988.

LEITE, Raíssa et al. Violência contra mulher e raça: uma análise interseccional da pandemia de covid-19. **Enciclopédia Biosfera**, v. 18, n. 35, 2021.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 12, 2023.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. DE; MENDES, Á. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 505–515, jun. 2016.

MACIEL, Carina Elisabeth; DOS SANTOS LIMA, Elizeth Gonzaga; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 547-566, 2010.

MALUF, R. S. *et al.* Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, v. 4, p. 66-68, 1996.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67–92, jun. 2010.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333–357, ago. 2008.

MATTOS, Ana. **Mas, se a gente é o que come, quem não come nada some!**. 1. ed. [S. l.]: Editora Appris, 2021. 235 p. ISBN 9786525004761. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/livro-mas-se-a-gente-e-o-que-come-quem-nao-come-nada-some>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. **A universidade no horizonte de estudantes oriundos de escola pública: um estudo qualitativo sobre a permanência**. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022010-e022010, 2022.

MELO, André Lins; SANTOS, E. J. R.; ANDRADE, G. P. **Ensino superior no Brasil: Do elitismo colonial ao autoritarismo militar**. Campinas: Unicamp, 2009. Acesso em: 16 nov. 2023.

MOUBARAC, Jean-Claude et al. **International differences in cost and consumption of ready-to-consume food and drink products: United Kingdom and Brazil, 2008–2009**. *Global public health*, v. 8, n. 7, p. 845-856, 2013.

MOTA, D. M da, et al. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília: Embrapa, 2021. v. 5. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1132445/soberania-alimentar-biodiversidade-cultura-e-relacoes-de-genero>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NERI, Marcelo C. **Percepções da População de Políticas Públicas Portadoras de Futuro na Pandemia: Distribuições Nacionais e Globais ligadas a Saúde, Educação e Meio Ambiente - Sumário Executivo**. 2021. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Sumario-Executivo_PolíticasPandemia_FGV-Social_Marcelo-Neri.pdf> Acesso em 12 de out. de 2021.

NISIA FLORESTA; CONSTÂNCIA LIMA DUARTE. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

NAKAMURA, Pedro. **Restaurantes universitários combatem a fome e a evasão de estudantes, mas falta política de segurança alimentar no ensino superior**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2024/03/restaurantes-universitarios-fome-evasao-estudantes/>>

NURKSE, Ragnar et al. **Problems of capital formation in underdeveloped countries**. 1966.

OHCHR | Universal Declaration of Human Rights - Portuguese. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/humanrights/universaldeclaration/translations/portuguese?LangID=por>>. Acesso em 16 de jan. de 2024.

O JOIO E O TRIGO. **Não culpe o vírus pela fome.** 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/04/fome-discussao-021/?gclid=Cj0KCQjwwNWKBhDAARIsAJ8Hkhe_CSNFeUmyyvcpKjkwkyotQSnkL8QIK90ra4466KLMrv5wFBjYbY0aAoOnEALw_wcB>. Acesso em 26 de fev. de 2022.

Olhe para a fome. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Olhe para a fome | Pesquisa 2020. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ONU. **Carta das Nações Unidas.** 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>> Acesso em: 14 mai 2023.

ONU BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ONU BRASIL. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio.** 2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>> Acesso em: 24 de ago. de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 14 mai 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C156 - Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores:** Trabalhadores com Encargos de Família. 1983. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242709/lang--pt/index.htm> Acesso em: 02 de ago. de 2023.

O vazio deixado pelas referências que se vão – Ou: perdemos bell hooks | FGV Direito Rio. Disponível em: <<https://diretorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vaou-perdemos-bell-hooks#:~:text=bell%20hooks%2C%20assim%20mesmo%2C%20em>>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract.** Stanford: Stanford University Press, 1988, 264p.

PEREZ, Patrícia Maria Périco. **Impacto da implementação do Restaurante Universitário na alimentação de estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** 2015. 215 f. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 15–23, 1 jun. 2010.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional. **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1a Ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SACHS, Jeffrey D. **A era do Desenvolvimento Sustentável**. 1 ed. Lisboa: Actual, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 528p.

SANTOS, Melina Valério dos *et al.* Os restaurantes por peso no contexto de alimentação saudável fora de casa. **Revista de Nutrição**, v. 24, p. 641-649, 2011.

SCHALL, B. *et al.* Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4145–4154, nov. 2022.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia De Bolso, 2010.

SILVA, C. A. da. **Aprendizagens outras com as narrativas de Esperança Garcia: memória e luta de mulheres escravizadas no Brasil**. In: XIII JORNADAS NACIONALES. VIII CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS DE GÉNERO, 2018, Argentina.

Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 739-748, 2015.

TAVARES, Lucas Hermann da Silva; LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013**. 2021.

TEIXEIRA, Raquel. Senadores criticam falta de apoio à agricultura familiar e crescimento da insegurança alimentar no país. **Rádio Senado**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/09/10/senadores-criticam-falta-de-apoio-a->

agricultura-familiar-e-crescimento-da-inseguranca-alimentar-no-pais. Acesso em 22 de mar DE 2022.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Quem é pessoa negra no Brasil?** 2022. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/quem-e-pessoa-negra-no-brasil>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

TRUTH S.; GILBERT, O. “E eu não sou uma mulher?” A narrativa de Sojourner Truth. [s.l.] Ímã Editorial, 2020.

UFLA. **Resolução CUNI nº 018, de 13 de junho de 2019.** CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Disponível em: <https://sistemaslegados.ufla.br/documentos/arquivos/1_018_13062019.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

UFLA. **Resolução PRAEC nº 12, de 04 de novembro de 2019.** PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS. Disponível em: <https://praec.ufla.br/images/documentos/Resoluo_PRAEC_12-2019_-_Aprovar_o_Regulamento_do_Programa_de_Alimentao_e_do_Restaurante_Universitrio_da_Universidade_Federal_de_Lavras.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, p. 51-60, 2003.

WOLLSTONECRAFT, M. et al. **A vindication of the rights of woman.** New Haven: Yale University Press, 2014.

ANEXO A - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

ESCALA EBIA
1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

ANEXO B - Indicadores das dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social.

IVS INFRAESTRUTURA URBANA	
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizado em área urbana.
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a meio salário-mínimo, de agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.
IVS CAPITAL HUMANO	
a) taxa de mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.
b) percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola, e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).
c) percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).
d) percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos, e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).
e) percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio, e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
f) taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).
g) percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).
h) percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). Definem-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

IVS RENDA E TRABALHO	
a) percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a 1/2 salário-mínimo (2010)	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário-mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
b) taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
c) percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.
d) percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares Permanentes (multiplicada por 100).
e) taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

ANEXO C – Questionário baseado no EBIA e IVS aplicado aos discentes da Moradia Estudantil.

Questionário para aplicar com as pessoas participantes do grupo focal.

Tempo estimado de resposta: 10 minutos.

IVS:

Caracterização

- 1) Nome de registro:
- 2) Nome social (se houver):
- 3) Idade:
- 4) Autodeclaração racial:
 - Preto
 - Pardo
 - Indígena
 - Branco
 - Amarelo
- 5) Identidade de gênero (Cis: pessoa que se identifica com sexo biológico. Trans: pessoa que não se identifica com seu sexo biológico. Não binário: não se identifica com nenhum gênero):
 - Mulher Cis
 - Mulher Trans
 - Homem Cis
 - Homem Trans
 - Não binário
- 6) É natural de qual cidade? _____
- 7) Possui filho? Quantos? Algum filho vive aqui com você? _____

Renda

- 8) Qual sua renda mensal (Obs.: salário-mínimo em 2023 é de R\$ 1.302).
 - Renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo
 - Renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário-mínimo
- 9) Sua renda é proveniente de:
 - Apenas de bolsa institucional da universidade.
 - De bolsa institucional da universidade somado a outra(s) fontes de renda.
 - Apenas de outras fontes (não recebe bolsa).
- 10) Qual sua ordem de prioridade para gastar o dinheiro? Classifique cada item na escala de 1 a 11, em que 1 é o mais prioritário e 11 o menos prioritário.
 - Alimentação
 - Gás
 - Medicamentos
 - Materiais acadêmicos (como livros ou equipamentos de aulas práticas)
 - Computador
 - Saúde mental
 - Saúde física
 - Cultura
 - Lazer
 - Transporte
 - Vestimentas
 - Outros: quais? _____

11) Qual a prioridade de alimentos quando o orçamento está restrito? Classifique cada item na escala de 1 a 12, em que 1 é o mais prioritário e 12 o menos prioritário.

- Feijão
- Arroz
- Carne de boi, porco, frango ou peixe
- Ovo
- Leite e/ou queijos.
- Pão (qualquer tipo: de forma, francês, de sal etc.).
- Frutas Frescas (não considerar suco de frutas)
- Verduras e/ou legumes (não considerar batata, mandioca, aipim, macaxeira, cará e inhame).
- Hambúrguer e/ou embutidos (presunto, mortadela, salame, linguiça, salsicha)
- Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó, água de coco em caixinha, xaropes de guaraná/groselha, suco de fruta com adição de açúcar)
- Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados
- Biscoito recheado, doces ou guloseimas (balas, pirulitos, chiclete, caramelo, gelatina)

12) Você consegue manter suas despesas mensais básicas com a renda atual?

- Sim
- Não

12.1) Se NÃO, quais as dificuldades nessa situação? _____

Acesso a Recursos, Serviços ou Apoio

13) Que tipo de auxílio oferecido pela IES é mais valorizado por você?

- Programa de Moradia Estudantil
- Programa de Alimentação
- Programa Bolsa Permanência
- Saúde
- Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas- PADNEE
- Outros: _____

14) Selecione abaixo qual/quais pessoas formam sua rede de apoio para lidar com problemas financeiros ou de acesso à alimentação:

- Não tenho rede de apoio para essa situação.
- Mãe
- Pai
- Avó
- Avô
- Tios/Tias
- Conjugue
- Amigos
- Outro(s): _____

15) Você enfrenta desafios relacionados à disponibilidade de comida? Explique.

16) Você enfrenta ou enfrentou algum desafio para acessar e utilizar os serviços de assistência alimentar e de moradia? Se sim, qual(is)?

17) Existem necessidades específicas que você sente que não estão sendo atendidas enquanto vive na moradia estudantil? Quais?

18) O que você acha que poderia ser feito para melhorar a situação dos estudantes na moradia estudantil em termos de apoio socioeconômico e acesso a recursos?

19) Você acha que as políticas de assistência existentes cobrem todos que precisam e da forma como precisam? O que e/ou como poderia mudar?

20) Existem meios para que os alunos beneficiários avaliem os programas de assistência alimentar e de moradia oferecidos? Se sim, como é feito?

21) De que forma a assistência alimentar e de moradia impactam na sua condição de vida e permanência na universidade?

22) Há mais algum ponto que você considera importante mencionar sobre o tema aqui tratado?

EBIA:

Marque a opção que melhor representa sua situação em cada uma das questões abaixo:

1) Nos últimos três meses, você teve preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

2) Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

3) Nos últimos três meses, você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

4) Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinha, porque o dinheiro acabou?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

5) Nos últimos três meses, você deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

6) Nos últimos três meses, você, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

7) Nos últimos três meses, você, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

8) Nos últimos três meses, você, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não Não sabe/Não respondeu

ANEXO D – Questões para conduzir os Grupos Focais.**Questões para conduzir o Grupo Focal****Acesso**

1. Compartilhem suas experiências relacionadas às dificuldades em comprar alimentos no último mês. O que aconteceu e como lidou com isso?
2. Quando o dinheiro é insuficiente para garantir a alimentação do mês, quais as soluções que vocês buscam para garantir comida até a próxima compra?
3. Sem considerar a compra que vocês fazem, quais as outras formas de se alimentarem? Podem dar exemplos?
4. Em caso de falta de alimentos, a quem recorrem (mãe, avó, pai...)
5. a) Vocês têm acesso a alimentos por meio de alguma política de assistência? Como assistência social do município, CRAS (especificar), universidade.... compartilhem suas experiências.
6. Considerem a afirmação hipotética e falem sobre isso:
 - a) A universidade informou que vai ficar uma semana sem alimentos no RU. Como isso te afetaria?
 - b) Os estudantes da moradia estudantil têm acesso contínuo e ininterrupto à comida de qualidade pela Instituição. Falem sobre isso.
7. Mulher, mãe e estudante que necessita do auxílio das políticas assistências da universidade. Compartilhem o que vocês pensam sobre a dificuldade de permanência dessa pessoa no ensino superior e em relação ao acesso à alimentação adequada para ela e a criança.
8. Conhecem alguém que precisou deixar o alojamento porque se tornou mãe? E por que se tornou pai? Como isso impacta a vida destas pessoas em relação à moradia e permanência na universidade?

Percepção

1. Como vocês percebem a situação de fome entre os alunos da universidade? Ex.: algum aluno que abandonou a universidade por restrição alimentar ou por fome, perda de peso expressiva etc.
2. Como vocês percebem a situação de restrição alimentar e/ou fome entre os alunos da moradia estudantil?

ANEXO E – Questões para conduzir entrevista com a Instituição.**Questionário para aplicar com o(a) responsável pela assistência aos alunos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica.****1) Critérios para ser beneficiários:**

- a) A INSTRUÇÃO NORMATIVA PRAEC Nº 5, DE 3 DE MAIO DE 2023 dispõe sobre os procedimentos para a realização de análise socioeconômica para identificação de discentes de cursos presenciais de graduação e pós-graduação *Stricto sensu* brasileiros com acesso prioritário à assistência estudantil. Na sua percepção, quais outros critérios poderiam ser contemplados para classificar discentes em **situação de vulnerabilidade socioeconômica**?
- b) Quais são as políticas afirmativas para a **permanência** de alunos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
- c) Quais são as ações para a permanência voltadas ao **acesso a alimentos e Segurança Alimentar**?
- d) A RESOLUÇÃO CUNI Nº 018, DE 13 DE JUNHO DE 2019 dispõe sobre o Programa de **Moradia Estudantil** da Instituição Investigada. Na sua percepção, quais outros critérios poderiam ser contemplados para classificar discentes como aptos ao programa?

2) Perfil do Aluno:

- a) Existem informações sobre os beneficiários do programa de moradia estudantil e de assistência alimentar por categorias? Se sim, quais são? Por exemplo, qual a distribuição por gênero, etnia, idade e área de estudo dos alunos que recebem assistência?
- b) Qual é o perfil dos alunos atendidos por cada uma das políticas de assistência estudantil? Existem estatísticas sobre este ponto?

3) Avaliação da Assistência Alimentar e do Programa de Moradia:

- a) Existem meios para que os beneficiários avaliem os programas de assistência alimentar e de moradia oferecidos? Se sim, como isso é feito?
- b) Como os beneficiários avaliam os programas de assistência alimentar e de moradia oferecidos?
- c) Que tipo de auxílio é mais valorizado pelos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
- d) Quais desafios os alunos enfrentam ao acessar e utilizar os serviços de assistência alimentar e de moradia?

4) Impacto nas Condições de Vida:

- a) De que forma a assistência alimentar e de moradia impactam as condições de vida e permanência na universidade dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
- b) Quais mudanças positivas os alunos relatam após receberem essa assistência?
- c) Você acha que as políticas existentes cobrem todos que precisam e da forma como precisam?

5) Acesso à Educação de Qualidade:

- a) Como a assistência alimentar e de moradia contribuem para garantir o acesso a uma educação de qualidade para os alunos beneficiados?
- b) Existem indicadores de desempenho acadêmico que possam ser relacionados às assistências recebidas?
- c) Como é feito o acompanhamento e a avaliação do impacto das políticas de assistência alimentar e de moradia pela pró-reitoria?
- d) Existem métricas específicas utilizadas para avaliar o sucesso dessas políticas de assistência?

6) Feedbacks

- a) Para você, quais as possíveis falhas e/ou gargalos da assistência alimentar e de moradia?
- b) O que os alunos sugerem para melhorar os programas de assistência alimentar e de moradia?
- c) Qual é o feedback recebido sobre a eficácia dos programas atuais de assistência alimentar e de moradia?
- d) O que você acha que poderia ser feito para melhorar as falhas identificadas?

7) Há mais algum ponto que você considera importante mencionar sobre o tema aqui tratado?

ANEXO F – Codificações das transcrições.

CODIFICAÇÕES DAS TRANSCRIÇÕES		
Grupo Focal de Mulheres (GM)	Grupo focal de Homens (GH)	Entrevista com Instituição de Ensino Superior (IES)
Para além das Políticas da Universidade: não se vive só de comida.		
<p>1. “os preços das coisas tá muito caro e aí talvez a gente prioriza comprar o arroz e feijão porque vai manter por mais tempo segura da fome, muito mais tempo do que comer fruta e legumes e carne porque são coisas mais supérfluas perto disso. Acho que o que realmente falta é isso, é o custo do mercado está realmente elevado e aí a gente tá sempre buscando complementar a renda com alguma coisa também”.</p> <p>2. “nesse mês eu tive que ir no CRAS buscar cesta básica e aí chegou a cesta básica e aí ajuda bastante”.</p> <p>3. Eu também já tive que usar crédito, acho que foi até mês passado, porque senão, eu não tinha como comprar alguma coisa. E agora, tipo com a bolsa que eu vou receber, eu estou tendo que pagar uma conta de crédito que eu gastei, aí eu acabo zerando novamente e fica nesse ciclo.</p> <p>4. “Eu vejo gente que não tem bolsa, que que acaba recorrendo a vendas, pega um pouquinho vai lá, passa no crédito, tipo, faz cachorro- quente, vende aquilo aí, “aí eu sei fazer canjica” vai lá, compra canjica, cozinha, vende aqui porque não tem bolsa e a pessoa acaba tendo que fazer isso pra conseguir se alimentar aqui no alojamento”.</p> <p>5. “Eu gasto com mais de metade dela [Bolsa] com remédio que eu tomo todo mês, é remédio controlado pra TDH e depressão. Então caba que metade da minha bolsa fica por conta do remédio. Outra metade para é comprar né? comida e produtos de limpeza. Ajudar em casa com gás aqui, então acaba que fica bem pesado e quando realmente preciso, eu tenho que trabalhar para poder complementar a renda um pouco pra conseguir”</p> <p>6. “tenho muita dificuldade também com remédio é, eu tenho ficado doente nos últimos 6 meses e apesar de, tipo, da gente ter uma bolsa de R\$25, não é o suficiente para poder suprir com alimentação</p>	<p>1. “a lógica do capitalismo que a gente tem e isso interfere totalmente na gente porque, como que um país que é o maior produtor de alimentos do mundo tem 33 milhões de pessoas passando fome? Tem pessoas vivendo de osso, de sopa de osso, é a centralidade da ideia aqui né? Tentar entender como que o país que mais produz alimento é um dos países que tem mais gente passando fome, isso acontece que dentro do capitalismo a lógica é o capital e não o ser humano”</p> <p>2. “Esse custo [valor da bolsa] não é suficiente para manter uma alimentação que seria o ideal, acho que o problema é aí”.</p> <p>3. “aquilo que a gente chama de alimentação equilibrada caiu por terra, porque simplesmente uma maçã ou uma banana que eu tentava colocar ali para fazer aquelas 3 horas de alimentação eu já não conseguia pelo preço que foi colocado no mercado”</p> <p>4. “É difícil quando você vai comprar uma fruta que nem o [colega] falou, então a pessoa acaba comendo com que o dinheiro dá que geralmente são coisas que não são nutricionalmente boas”</p> <p>5. uma pessoa vai lá, solicita [cesta básica do CRAS] e eles entregam mensalmente assim...aí vem uma cesta básica, aí vem feijão, arroz, açúcar, macarrão, café, óleo, aí é uma cesta básica por um mês para uma casa que tem seis pessoas, e no bloco dois tem oito”</p> <p>6. “pra fazer a comida você precisa de gás, então não adianta só dar a cesta básica, porque você tem o gás, tem outras questões que poderia ajudar, e muita gente não tem isso”.</p> <p>7. “Às vezes acho que todo mundo aqui faz free lance, muitas vezes opta por trabalhar durante a semana ou final de semana para poder comer na próxima, então, é, as vezes a gente deixa de fazer coisas que vão ajudar a gente para se formar, para ter um pouco de saúde mental, para poder se alimentar direito”</p> <p>8. “Às vezes acho que todo mundo aqui</p>	

<p><i>e os remédios".</i></p> <p>7. <i>"Eu estou tendo nos últimos seis meses, eu estou tendo problemas de saúde grave e não tenho muita assistência aqui, nem assistência do meu pai e nem da minha mãe. Então eu estou tendo que gastar muito dinheiro tanto com medicamento tanto com o remédio. Ainda não consegui assistência psicológica muito menos um ginecologista, que é que vai tratar do meu caso, então eu estou meio que como eu moro morando junto com ela, é, a gente tem algumas despesas juntas. Se não fosse a ajuda dela, acho que algumas refeições eu não faria"</i></p> <p>8. <i>"antes do do meu problema ginecológico agravar, eu trabalhava de vez em quando final de semana. Só que agora eu não posso mais me esforçar, então o dinheiro que eu tenho é só para alimentação, remédio indo assim, mais para remédio para alimentação, porque eu tenho ceratocone no olho, tenho um cisto hemorrágico, tenho problema de pele, e é isso".</i></p> <p>9. <i>"também tinha seguro de vida. Aí acabou em 2019/2 e não tem mais. E aí muitos alunos acabam gastando com acidentes, né, Imagina, você fazer educação física? Bola na cara o dia inteiro, cai no chão. É um curso que tem que ter seguro de vida. Simples. Tipo assim, que várias pessoas têm torções, vira o pé, cai no chão, rala, tem que ficar o tempo todo. Aqui [na moradia] é cheio de gente, faz educação física, machuca, tem que ficar gastando com remédio, gastando quando ganha dinheiro com que a IES às vezes oferecia antes."</i></p> <p>10. <i>"a gente teve insegurança alimentar e a gente teve que a gente fez uma estratégia de fazer um bolo por semana pra gente não ter que gastar com comida na IES. Então a gente partiu um pedaço do bolo durante a semana a gente fez a semana também, isso para economizar mesmo"</i></p>	<p><i>faz free lance, muitas vezes opta por trabalhar durante a semana ou final de semana para poder comer na próxima, então, é, as vezes a gente deixa de fazer coisas que vão ajudar a gente para se formar, para ter um pouco de saúde mental, para poder se alimentar direito"</i></p> <p>9. <i>"A gente não pode ficar doente ... [outros discentes concordam "Não pode ficar doente..."]. É uma coisa que se ficar doente a gente para de trabalhar, aí é um efeito em cadeia, ficou doente para de trabalhar, não tem comida...não tem foco".</i></p> <p>10. <i>"Aí tem essa questão do cartão, a gente vai no mercado passa as coisas no cartão, as vezes tipo você não consegue quitar, aí vai pro outro mês e vai ficando, eu tô nessa situação"</i></p> <p>11. <i>"são tantos alunos que fazem Free lance que fica uma competição entre os alunos, se tem Free lance aí é meu!".</i></p> <p>12. <i>"aí eu faço meus obrigatórios da IES, pra chegar aqui e já estudar, então tipo assim, eu saio às 7 e volto às 11 [da noite], várias empresas, que é pra ganhar dinheiro".</i></p> <p>13. <i>A gente está no alojamento, a gente não paga aluguel, a gente não paga luz e tal, mas a gente tem toda uma vida para além disso. A gente precisa de um lazer, a gente precisa de uma roupa, a gente precisa de outras coisas mais e a gente precisa de uma alimentação além do RU que é oferecido, e eu tive dificuldade porque a renda que eu tenho não dá para dá para cobrir tudo isso né?"</i></p> <p>14. <i>"Geralmente o pessoal compra muito ovo, porque tem proteína e é barato, um pão de forma lá para durar 2 semanas, entendeu? Então você vê que tem essa insegurança alimentar do que as pessoas consomem, porque geralmente não, você não tem. É difícil quando você vai comprar uma fruta que nem o [colega] falou, então a pessoa acaba comendo com que o dinheiro dá que geralmente são coisas que não são nutricionalmente boas."</i></p>	
Fome: a realidade oculta dentro dos muros elitizados.		
<p>11. <i>"na greve de 2016, quando teve a PEC 55 e teve 3 meses de greve, nós ficamos 3 meses sem bolsa, aqui na IES. Mas [...] A gente foi no pé de jaca que tem ali atrás, [...] pegou a jaca e a gente foi, sabe assim, nas colinas pegando comida foi isso que aconteceu. A gente ficou 3 meses sem bolsa que foi</i></p>	<p>14. <i>"quem tem bolsa também precisa que o RU funcione".</i></p> <p>15. <i>"minha bolsa acabou, e praticamente eu estou na IES sem renda e aí me rendi basicamente a só RU, como a bolsa não oferece outra alimentação, a gente só tem o almoço que é das 11 até as 13:30 e depois das 5 até as 7 horas, então</i></p>	<p>1. <i>"Então aí é o RU, né? Que é o nosso... ele vai ter acesso aí a essa alimentação, né? Bem subsidiada aí. Um real. O meu sonho é passar pra zero né. Não consegui ainda por falta de recurso mesmo. Mas a um real pra que ele tenha, né?".</i></p> <p>2. <i>"A questão financeira e além, vou além da questão financeira. Que é</i></p>

<p>2016 para 2017, isso realmente aconteceu.</p> <p>12. “Então, essa ótica trabalhista faz com que você tenha que produzir às vezes uma coisa que não faz sentido, que você, não te agrega no seu desenvolvimento profissional. E aí você acaba, por exemplo, seus coleguinhas não têm essa bolsa, aí esses coleguinhas conseguem fazer o que eles realmente querem, entrar no núcleo que eles querem, fazer uma pesquisa que eles querem. Mas você não, porque você, parte do seu tempo já é pela bolsa, porque você tem que trabalhar para ter a bolsa e você não vai abrir mão da sua bolsa porque é o seu ganha pão aqui”.</p> <p>13. “vivendo de RU também, aí não abro mão e como, eu não me dou esse privilégio de comer em outro lugar, tem que ser porque é 1 real. E aí para mim é, essa é a minha estratégia que eu faço. Então, por exemplo, eu tenho chega num dia 17 do mês, tenho 30 reais na conta, aí eu pego os 30 reais e coloco no RU, não tenho outra, é isso que eu faço, porque de último caso eu garanto meu almoço e a janta pro resto do mês”.</p> <p>14. “apesar do RU ser tipo 1 real, mesmo assim faz muita diferença. Se ele fosse mais acessível, tipo de graça pra quem é vulnerável”.</p> <p>15. “Sobre segurança alimentar na pandemia é que aconteceu na pandemia em 2020, bem no mês de março, nós todos recebemos o e-mail falando que a gente tinha 15 dias, você tem 15 dias que sai [da moradia] e foda-se, gente de Manaus, Roraima, Rio Grande do Sul, e a gente entrou com pressão na IES também. A gente abriu um processo administrativo contra a IES para todos os brejeiros conseguir dinheiro pra voltar pra casa [...] A gente entrou com o processo administrativo na IES e aí a gente conseguiu minimamente na época uma cesta básica, a gente pegava no RU na época, mas só com muita luta. Nos 6 primeiros meses, a gente ficou sem alimentação na pandemia e aí com muita luta com esse processo administrativo que a gente conseguiu essa alimentação e aí era carne firminha, um pacote de carne e um pacote de grãos também”.</p> <p>16. “Só briga, tudo, por briga na verdade [...] aí ia aumentar o RU. A princípio para quem não era vulnerável ia aumentar para 8</p>	<p>basicamente eu só faço essas duas alimentações na IES justamente por não ter bolsa”</p> <p>16. “perdeu bolsa e não conseguiu se manter e foi embora”</p> <p>17. “Eu faço estágio, então muitas vezes comer eu nem consigo, então o tempo que eu tenho para ir no RU almoçar eu estou trabalhando então esse horário de jantar e que para as 7 da noite, então assim, não contempla todas as atividades acadêmicas, ou você escolhe lazer ou fazer prova ou você escolhe comer também”.</p> <p>18. “muitas vezes eu já tive optar mesmo, se vou continuar essa disciplina com o professor e vou ficar sem RU, se vou fazer a prova e ficar sem jantar também, por causa com essa questão do horário também, então é uma questão que se relaciona com a insegurança alimentar”.</p> <p>19. “É essa palavra [trauma] é muito forte porque, na pandemia eu pude ver isso acontecer literalmente a gente teve a evacuação[da moradia] toda. [...] teve gente que ficou aí meses, RU nem tinha mais, foi um negócio difícil”.</p> <p>20. “Nessa questão da segurança alimentar, aí você falou como a política alimentar que você falou, que é essa questão da qualidade da alimentação, porque no RU a gente tem lá arroz, feijão, alface, as vezes uma carne específico, mas a gente não tem fruta, não tem um suco, aí as outras questões de vitamina a gente não tem na refeição, aí essa questão aqui embaixo [na moradia] fica mais complicado”.</p> <p>21. “a gente só consegue fazer isso quando da, então, assim claro, tem que suprir lá em cima o cardápio, então essas coisas agregam a questão da insegurança e da qualidade alimentar nossa”.</p> <p>22. “Não é a melhor comida do planeta mas pelo menos mantém a gente alimentado, é claro podia agregar mais coisa podia colocar fruta, podia ter suco, uma sobremesa mínima ali também, isso já agregaria alguma coisa e a questão dos horários que a gente colocou, ter alguma coisa de manhã, umas 6, 7 horas ali e uma coisa 9 horas também”.</p> <p>23. Em 2018, o Thiago vai lembrar, houve um corte de funcionários da IES, a primeira coisa que aconteceu foi o corte de terceirizados e a segunda que aconteceu junto com a primeira foi começar a servir sopa de feijão, e a gente comia sopa e</p>	<p>conseguir, como a gente tá no interior, não é fácil licitar, às vezes, certos serviços. Então você fala assim, ah, eu vou licitar um café da manhã. Nos primeiros moldes de outras gestoras era assim. Ah, eu vou comprar o forno, a batedeira e a cafeteira e vai fazer o café aqui. Mas aí a gente tem uma dificuldade. Porque pra eu fazer o pão, pra ofertar o pão de manhã, eu preciso começar lá pelas três da manhã com o padeiro, né?”</p> <p>3. “Mas toda a preparação, ela é feita com a nutricionista, ela elabora o cardápio, né? Então o cardápio, ele sempre vai ter o equilíbrio que precisa, né? De proteína, animal, vegetal, carboidrato, a parte da salada, da hortaliça. Então é tudo feito de forma que tenha sempre. Você pode ver que tem o arroz, feijão, é básico. E você vai ter um outro carboidrato normalmente. E aí vem a salada e a proteína animal e a preparação vegetariana, né? Que a gente faz. Não tem como fazer vegana totalmente, mas a gente faz a vegetariana.”</p> <p>4. “É até uma coisa que eu sonhei o tempo todo em ter um aplicativo. Onde o pessoal na segunda-feira falasse assim, ó, eu vou almoçar e vou jantar. Não, esse dia eu vou só almoçar. Eu vou só jantar. Pra gente ter essa noção”.</p> <p>5. “O RU funciona o tempo todo. A gente teve duas ações que a gente precisou fechar pra manutenção e pra dedetização esse ano. E aí o que a gente fez foi preparar cestas pra... Cesta básica pra aquele aluno, principalmente pro morador da moradia. Que são os que almoçam. Então se a gente puxar o formulário de pessoas que acessam o RU nas férias. Feriado, sábado e domingo. 98%, 99% e tem dia que 100% são só os moradores da moradia.”</p> <p>6. “Então, às vezes o pessoal cansa de um tipo de carne, né? A gente tem tido problema com fornecedor, esse ano menos do que no ano passado, que ano passado a gente chegou a ficar um ou dois dias sem ter proteína animal, por descumprimento aí de entrega de fornecedor, ou de chegar carne com má qualidade e aí a gente refugia na hora aquela carne”.</p> <p>7. Mas aí a gente tem uma dificuldade. Porque pra eu fazer o pão, pra ofertar o pão de manhã, eu preciso começar lá pelas três da manhã com o padeiro, né? Mão de obra na cidade, nós estamos numa</p>
--	--	--

<p>reais e para quem era vulnerável ia aumentar para 2, também foi uma situação que a gente teve que brigar, teve que discutir para baixar de 8 reais para 6 para quem não é vulnerável e para quem era vulnerável, de 2 para 1 real”.</p> <p>17. “nessa movimentação da pandemia a gente conseguiu um auxílio alimentação ali durante a pandemia ali, depois de muito custo [...] foi uma luta também para conseguir. Só conseguiu porque teve esforço coletivo por trás”.</p> <p>18. “A gente acaba dependendo estritamente do RU, é uma coisa extremamente importante por mais que o RU tenha ali um “boi explodido ali né? Mas é essencial e estritamente importante um valor simbólico de 1 real, mas ainda eu acredito que possa melhorar porque não tem diversidade de frutas ou algum outro tipo de alimentação e aí as vezes fica doente não dá pra ir no RU, às vezes é muito longe, final de semana não tem mamute, cê tem que andar 3 quilômetros para conseguir uma alimentação”.</p> <p>19. “eu tenho aula 7 horas da manhã, então eu acordo umas 5,6 horas para ir e só vou almoçar 11:40h quando acabar, então fica desse período sem comer”</p> <p>20. “Morrer de fome”.</p> <p>21. “Pelo menos o arroz e feijão ele salva todo dia pra gente comer né? E aí claro, falta uma refeição mais balanceada de verduras e frutas que nem a OMS recomenda comer umas 3 porções de frutas por dia e isso a gente sabe que a maioria dos brejeiros não conseguem”.</p> <p>22. “As vezes, ter um café da manhã no RU seria importante. Aumentar o tempo do RU, o RU acaba 7 horas, então a noite é muito difícil, a gente tem que comer, comer igual velho no horário de tarde. Tem que jantar 6 horas da tarde todo dia, se der 6 horas não come mais.”</p> <p>23. “o tempo todo é alguém pedindo comida”.</p> <p>24. “não é coisa tipo uma refeição inteira, mas com relação: quem tem batata, alguém tem um ovo, alguém tem um óleo, leite?”.</p> <p>25. “existem feriados que... tem também, só que do nada às vezes a gente recebe um e-mail falando tal dia, tal dia não vai ter alimentação e eles não falam nada 'ah, então vem buscar aqui em tal lugar', só falam, 'não vai ter alimentação' e foda-se”.</p>	<p> digo assim, não... não que a gente... Ah, eu vou dizer a verdade sopa não enche a gente, né?”.</p> <p>24. “Quando há cortes de verba, quem sente o baque o impacto somos nós, a base, a gente está dentro da universidade e qualquer reajuste dentro de verba, nós sentimos isso, nós somos sempre os primeiros a sentir isso, sempre”.</p> <p>25. “não tem o café da manhã, não tem como a gente fazer o custo do café, porque também isso pode ficar oneroso para o pessoal porque depende do valor da bolsa, que eu não sei bem como é”.</p> <p>26. “acho que deveria ter café da manhã e ceia no RU, acho que seria bom.”</p> <p>27. “o colega nosso [morador do alojamento] que entrou com insegurança alimentar tava nessa situação, e ele ainda continua catando latinha na IES inteira, vendendo, para fazer as coisas dele”.</p> <p>28. “você vai ver você vai ver, gente, ah, nem que seja uma manifestação de comprar um doce ou comprar alguma coisa, alguém me vende o miojo. Macarrão é sempre, uns pão, mas é recorrente isso a todo o momento, acontece, quer dizer, até dentro de casa mesmo a gente vê isso, não é tipo, a gente já conquistou isso, mas às vezes a gente compartilha alimentos, a pessoa não tem, está sem dinheiro”.</p> <p>29. “as vezes a pessoa coloca as coisas na geladeira e a pessoa vai lá e pega sem falar que pegou, e aí você percebe que a pessoa tava é com fome né? E você chega com alguma coisa e fala “ah não sei o que” come aqui cara, já chega oferecendo ne? Você sabe que as vezes a pessoa não comeu nada ou a pessoa tá com fome”.</p> <p>30. “No próprio prato do RU, cê consegue perceber, como já pontuaram aqui, quando a pessoa tá com dificuldade, obviamente, ela vai pegar mais comida no almoço, na janta, vai fazer uma “montanha” porque sabe que não vai ter alimentação no café da manhã, aí cê consegue perceber por aí”.</p> <p>31. “Então, uma semana sem RU, que é uma pessoa que não tem auxílio de pais e está passando por um, por uma, algum problema financeiro é meio que o cenário apocalíptico assim, né?”.</p> <p>32. “ter uma alimentação válida além do RU é importante, porque além</p>	<p>cidade pequena. A gente tem dificuldade até pra contratar pro horário do almoço. Então é conseguir contratar uma empresa que venha e tenha esses servidores”</p> <p>8. “Quando foi na volta, depois da pandemia, muitos alunos perderam familiares, né. Mãe, pai, que eram os provedores. E aí eles tinham dificuldade. Falaram, mas eu vou voltar, até eu estar com outra bolsa. Ah... A gente fez vários pagamentos desse tipo, sabe. Ah o menino perdeu a mãe, ela provia a família. E até ele chegar, ele estabelecer com bolsa novamente, a gente fazia o pagamento desse outro auxílio”.</p> <p>9. PAPEI, se não me engano. Ele é... É uma ação que a gente tem. Que quando a pessoa tem um agravante de vulnerabilidade. Então vamos supor, perdeu o provedor da família. Vamos supor, usou óculos e o óculos quebrou. Ele não tem condições de fazer outro. Faleceu alguém na família, ele é de longe, ele precisa muito ir. Então a gente tem uma bolsa que a gente faz a entrevista com a pessoa. E aí ela tem três meses ou uma bolsa além ali. Um valor a mais pra que ela possa se restabelecer nas suas coisas.”</p>
--	---	---

<p>26. “Não acho que seja contínuo, justamente porque existem essas falhas de feriados ou dedetização do RU, ou então de e essas falhas a gente tipo, parece que não é óbvio que a gente precisa da comida. Parece que a gente tem que brigar para ter o básico.”</p> <p>27. “Semana passada mesmo eles mandaram e-mail para gente falando que o RU não iria abrir final de semana, no feriado e eu sou representante pelo alojamento e meu WhatsApp choveu”.</p> <p>28. Aí eu fui ligar para a (responsável), aí eu falei né?, olha o pessoal tá pedindo e entra com providência nisso a gente não tem, não pode ficar sem comida no feriado, e aí gente fez pressão e ela liberou uma caixa com “bife de hamburger”.</p> <p>29. “Bem saudável” – ironia.</p> <p>30. “Então, tipo assim, já aconteceu esse tipo de situação várias vezes [ficarem sem bolsa]. A gente já ficou sem alimentação pra gente. A gente subiu lá na PRAEC não todo mundo, boa parte [da moradia] e a gente faz pressão, é isso que a gente faz”.</p> <p>31. “tudo em cima de luta, que é o básico, deveria ser o básico”</p>	<p>dessa questão de permanência de ter o restaurante universitário, mas se você não ter uma bolsa, então é uma coisa que se não for prevista tanto pra você quanto pela Universidade, você não tem segurança nenhuma, você não sabe se vai sobrar a grana para você comer ou não”.</p> <p>33. “A gente está aqui embaixo, a gente é menosprezado por eles, mas a gente idealiza um cenário utópico como esse, mas a gente busca por coisas que a gente possa conquistar e que seja de qualidade, mas eu acho que é extremamente difícil isso acontecer, mas precisa de movimento”.</p> <p>34. “porque no RU a gente tem lá arroz, feijão, alface, as vezes uma carne específico, mas a gente não tem fruta, não tem um suco, aí as outras questões de vitamina a gente não tem na refeição, aí essa questão aqui embaixo fica mais complicado”</p>	
Alimentar e abrigar para desobrigar.		
<p>32. “Então às vezes tem alguém que tem vergonha simplesmente de falar. Às vezes é alguém que não tem essa segurança para estar falando, gente que fica sem graça, porque é uma situação de vulnerabilidade, né? Não é uma situação fácil de falar, de se expor. É positivo, né?”</p> <p>33. “enquanto boa parte da comunidade universitária pode ter acesso uma condição muito melhor e assim, a lazer, a alimentação em vários pontos. Enquanto a gente, eles colocam um teto ou um arroz, um feijão. E o mínimo”.</p> <p>34. “a gente é vulnerável e a gente é uma, pequena porcentagem da universidade e aí só porque a gente é vulnerável a gente tem que viver com o mínimo possível.”</p> <p>35. “Porque a gente tem uma política que, se você tiver, é reprovação em uma disciplina, você perde toda essa assistência estudantil aí nesse conjunto perde, RU, bolsa moradia e tudo.”</p> <p>36. “Porque a gente tem uma política que, se você tiver, é reprovação em uma disciplina, você perde toda essa assistência estudantil aí nesse conjunto perde, RU, bolsa moradia</p>	<p>35. “Você sabe que as vezes a pessoa não comeu nada ou a pessoa tá com fome, porque tem outra questão moral ali por trás, ninguém quer ser taxado que tá com problema que tá sem dinheiro, que tá coisa, e aí as pessoas não falam, não sei se por certo constrangimento, ou por vergonha, ou tá com medo, porque acha a coisa mais boba que pode ter, mas como vocês colocaram bem a questão da visão econômica, da visão social, porque ele quer manter imagem né?”.</p> <p>36. “a IES sempre quer ser a mais “bonitona” a mais eco sustentável, a melhor Universidade, a IES é muito boa em construir prédios, mas em relações humanas, entender o que é a necessidade, a IES é péssima, isso aí entra reitoria, sai reitoria e é sempre isso, pra IES na visão dela é só como Universidade que produz ciência, que é a melhor em agronomia, que tem os melhores professores, mas ela”.</p> <p>37. “e aí entra naquele dilema ou você faz só lazer e coloca um valor, que no meu caso é a academia ou comer, aí você tem que deixar de fazer o que você gosta para comer, aí é comer.”</p>	<p>10. Será que fica com medo de ter um estigma? Ah, eu sou vulnerável, aí alguém vai ver que eu paguei o real no URU, aí alguém vai ver, eu podia ir para moradia, mas eu prefiro passar perto de outro lugar, do que ser tachado que eu moro na moradia. Então eu não sei se é um estigma que tem que quebrar, mas a gente tem tentado lutar para conseguir atingir uma população maior, sabe?”.</p> <p>11. “Então, eu acho que esses são os dois gargalos que eu vejo. A gente ter mais vagas, mas mais vagas não colocando mais gente no apartamento. Mais apartamento, apartamento, né? Pra que a pessoa fique dois num quarto e tenha, né? Um banheiro só pra seis, um banheiro só pra quatro, faz muita diferença. Então eu penso isso, que pra mim o gargalo tá aí. E na alimentação, isso, que a gente tenha mais refeições sendo ofertadas. Apesar de eu saber que a gente não conseguiu, porque é difícil por conta do financeiro. Mas seria algo que eu acho que ia melhorar muito.” não tá nem aí pro aluno</p> <p>12. “Eu quero, acho que tem que botar móveis novos, precisa trocar. O</p>

<p>e tudo.”</p> <p>37. “porque o regimento já é acho que de 2016 ou 2017 e tem essa questão que é muito grave de eu ser reprovado por uma falta e perder toda a assistência estudantil durante um ano. [...] “Então eu acho que isso aí tem que mudar, porque a gente está falando em direito e se for assim, a gente não está fazendo justiça social, não, a gente tá fazendo injustiça social.”</p> <p>38. “E às vezes você passa por uma situação muito burocrática e está assinando o formulário, fica passando recurso, formulário e pergunta, essa pergunta de novo, comprovando 500 vezes, por quê? É chato, é desgastante ficar falando o tempo todo que você está precisando de ajuda. (outras participantes concordaram com a fala). É chato, então pra começar é isso.”</p> <p>39. “eu vejo muito que a PRAEC que olha pra gente como se a gente tivesse vivendo de favor aqui. Uma das coisas que a gente tem lutado aqui no alojamento. É para a gente conseguir esse sentimento de pertencimento, porque nós comemos IES dormimos IES, vivemos IES, tomamos banho IES né? Então a gente está aqui o tempo todo [a Instituição] simplesmente não deixa a gente sentir isso. O tempo todo fica meio que avisando a gente que a gente tá aqui de favor”.</p> <p>40. “E isso parece que as pessoas internalizam como “ah realmente eu sou um gasto para a universidade, eu sou”. Eles estão a favor e não como “Ah, é o meu direito de estar na Universidade, eu estou na política estudantil que é o meu direito”. Sabe?, tem que ser melhor do que igual eu lembro que muitas discussões que a gente tem um grupo, né?”</p> <p>41. “todo mundo [da moradia] teve um sentimento de humilhação.”</p> <p>42. “todas as decisões que afetam diretamente nossas vidas são tomadas de formas verticais e centralizados. A gente não participa das decisões que afetam diretamente na nossa vida aqui dentro da comunidade [da moradia], há pouco tempo atrás, a gente não podia, não poderia receber visita. Sendo que até em presídio tem visita. Então assim, isso são coisas que são muito importantes nós estarmos dentro das decisões da IES, quando o assunto é assistência estudantil,</p>	<p>38. “esse cenário de Universidade, pelo menos aqui de federal o pessoal trata muito como só elite né, a gente vê o pessoal de agronomia, ah não preciso nem falar né...”</p> <p>39. “precisa optar em ter o lazer ou ter a comida na mesa”.</p> <p>40. não se entrar nessas ideias, mas aí uma coisa é a maturidade acadêmica que cê tem que ter depois. Os meninos que chegam mais novos, vão sofrer com essa questão, vai pra fora, sai pras festas, vão conhecer outra galera e aí sai sendo influenciado pelas dinâmicas sociais com certeza, só que só se entenda a condição que você tá, avalia se essa condição que você sabe o que tem que fazer nessa condição.</p> <p>41. “Não é a melhor comida do planeta mas pelo menos mantém a gente alimentado, é claro podia agregar mais coisa podia colocar fruta, podia ter suco, uma sobremesa mínima ali também, isso já agregaria alguma coisa e a questão dos horários que a gente colocou, ter alguma coisa de manhã, umas 6, 7 horas ali e uma coisa 9 horas também. Pra você ter uma ideia no exército, porque eu servi no exército a gente tinha alimentação de manhã, o almoço, café da tarde, a janta e a ceia.”</p> <p>42. É essa palavra [trauma] é muito forte”.</p> <p>43. “Que a gente tem preço e tá estipulado lá o nosso preço né? Que a gente tem preço. Então a inflação do Brasil vale, sei lá, 200 bilhões de reais, então todos os estudantes do Brasil estão nesse teto, não pode se investir mais que esse preço na educação brasileira e aí causando vários traumas, né. Creio eu que foram traumas mesmo que fez eles saírem”.</p> <p>44. “a IES se importa mais com números e com taxações. “Ai somos a universidade mais sustentável da América Latina” do que em notas do que propriamente com os alunos que estão aqui dentro, isso é nítido, outra coisa, quem é de fora? Às vezes pensa nossa, eles têm o almoço e a janta a 1 real e que está bom. E aí, a questão da nutrição, as pessoas não sabem</p> <p>45. “A gente nunca tem algo que aumenta na IES, né, essa g “mas no meu caso eu assim, o que teve dificuldade para mim com relação a alimentação foi coisas básicas mesmo, tipo assim fruta, tive muita dificuldade de ter fruta, o RU não</p>	<p>piso tá ruim. Ah, não sei o que. Eu ia pedir coisas, né? As infra, estruturais. E aí, de repente, você vê. Não, nós queremos uma churrasqueira. Nós queremos liberação pra consumir bebida alcoólica nas festas. Aí eu vi, gente. Eles ainda não têm uma percepção, sabe? Do que é pra qualidade. Pra que eles têm uma qualidade. Igual eu falei, ah, eu mesmo pedi. Eu falei ah, eu acho, na minha opinião.”</p> <p>13. “Muito pedido em cima de festa. A gente quer fazer festa pra ganhar dinheiro. Ah, sabe, eu falei. Eu falei com os moradores, eu falei com os representantes. E gente, eu fiquei abismada. Eu pedi por vocês o que eu acho que vocês deveriam pedir. Que é melhoria da condição, pra estar ali, né? E não pensar assim, ah, festa é importante? Pode até ser, por um lado. Mas se você for pensar, se eu vou lá e falo, o que vocês estão precisando que façam pra melhorar a sua condição?”</p> <p>14. “Então, o primeiro desafio (para utilizar os serviços de assistência alimentar e de moradia) é que eu vejo que os meninos, eles querem tudo muito pronto. Então, às vezes ele sente dificuldade de preencher o formulário, é um desafio já pra ele. É um desafio pra ele organizar a documentação. Eles vêm, a gente tem uns bolsistas que fica ali pra ajudar, sabe?”</p> <p>15. “Depois que eles estão dentro, na moradia, eu vejo que o desafio que eles enfrentam é saber conviver. E aí, é os desafios que a gente não tem como mudar pra eles. Entendeu? Então, ele vem o primeiro desafio, aí ele conseguiu a moradia. Era um desafio pra ele. Ele não permaneceria na universidade se ele não tivesse moradia. Esse é o primeiro ponto. Mas aí ele vem, participa do edital, e ele vai entrar, e ele vai estar lá. Aí depois lá dentro é a convivência.”</p> <p>16. “Então assim, eu vejo que é um desafio, sim, aquela pessoa que ela não tem condições de variar, ela vai lá porque é um real, é o que ela está podendo pagar, eu vejo que é um desafio, é paladar mesmo, sabe? De todo dia eu sair comendo naquele mesmo lugar. Então eu vejo isso como desafiador. E aí eu vejo que não é um desafio só, um privilégio IES de ter esse desafio. É em todos os locais, né? Eu vejo que é um desafio.”</p> <p>17. “Então, você pode ver que a maioria das vezes, e as</p>
---	--	--

<p><i>nós que sabemos que a gente precisa.</i></p> <p>43. <i>“não é usado só para os alunos vulneráveis [...] muito das coisas que a gente poderia ter garantidas, direitos nossos garantidos pelo PNAES, isto não tem por que o nosso dinheiro é distribuído para todos os alunos”</i></p> <p>44. <i>“Nós não tínhamos prefeito nem representante aí, lutamos para ter um edital e quando saiu o edital, é... tem agora os representantes. Só que a gente só leva as pautas e conversa com eles lá, tenta marcar uma reunião, só que ainda meio burocrático. Então, de fato, para tomar umas decisões daqui, tem que estar presente algum morador daqui para falar realmente o que é que acontece aqui dentro.”</i></p> <p>45. <i>“E aqui [na moradia] a gente tem um... estamos tentando resgatar o espírito comunitário, então acaba que a gente sempre vê muitas pessoas pedindo, sabe? Café, açúcar, feijão... e o pessoal ajuda. Aqui a gente sempre se ajuda.”</i></p> <p>46. <i>Quando não dá para arcar com todo o custo assim e aqui também a gente se reúne. Uma estratégia que a gente faz aqui é que a gente geralmente faz uma compra que dá pra uns 3 meses, a gente compra, por exemplo, arroz, feijão, açúcar. A gente divide entre nós aqui do apartamento e aí isso fica. Então, por exemplo, Ah, não tem como subir para RU a gente fez aquele comprão, a gente comprou ali uns 2 pacotes de arroz, açúcar, café, a gente vai consumindo aquilo geralmente dá muito tempo, porque a maioria aqui almoça no RU.”</i></p>	<p><i>tem esse tipo de, não oferece pra gente né?”</i></p> <p>46. <i>estão foi isso tudo que a gente tinha era algo estável assim e aí vem dando aquelas pequenas mordidas, assim, vamos tirar 20% do investimento aí abaixo, aí você nunca tem aqui a volta, né?” o que é viver isso.”</i></p> <p>47. <i>“existe [uma moradia] antes da pandemia e [uma moradia] pós da pandemia, porque pela questão do vírus né as pessoas estão bem mais individualistas, eu não sei se tem mais alguém que é dos antigos moradores aqui, mas tem muita gente que tá aqui que não preocupa com o próximo só com si mesmo, a pessoa pede e a outra pode ter ali, mas a pessoa não dá, então tem muito essa questão da falta de esse senso de comunidade, aqui”</i></p> <p>48. <i>“Veio pandemia, volta pandemia e você tá fazendo essa questão, era para ser melhor, do que era lá em 2020, 2021 antes da gente voltar pro alojamento né, teve gente que ficou aí meses, RU nem tinha mais, foi um negócio difícil, insegurança alimentar eu v</i></p> <p>49. <i>“porque no RU a gente tem lá arroz, feijão, alface, as vezes uma carne específico, mas a gente não tem fruta, não tem um suco, aí as outras questões de vitamina a gente não tem na refeição, aí essa questão aqui embaixo fica mais complicado” i na rua, vi na minha cidade.”</i></p>	<p><i>universidades, não só universidades, mas sempre que a gente tem que trabalhar com critérios, a gente cada dia tem que pedir mais documentação, tentar se cercar. Acaba sendo obrigada a burocratizar muita coisa por conta daquela pessoa que...ela tenta burlar. Ela tenta burlar lá na cota, na entrada. Você não tem noção da quantidade de pessoas que tentam de todas as formas burlar, né? [...] principalmente nas cotas de renda”.</i></p> <p>18. <i>Lógico que tem aquele menino que não tem uma condição tão ruim, é aqui de próximo, de cidades próximas. Às vezes pra ele, ele acha assim, ah, tô lá, entendeu? Não percebe o quão é importante. Mas pra aqueles que são de longe, de regiões muito, de pobres, de família com muita dificuldade, é um benefício e é uma permanência, sabe?”</i></p> <p>19. <i>“Eu vejo que é uma população menor entre os vulneráveis que realmente ele tá aqui porque ele quer... Ele precisa muito estudar e ele quer muito aquilo. Então, tem menino que é 100%. Bolsa, moradia, ter o RU a um real, utilizar o Mamute, poder utilizar o computador, levar pra casa e ficar os seis meses e ir lá e renovar, que é o computador que ele tem, é o que a gente disponibiliza pela biblioteca. Então, a gente vê que isso é um percentual pequeno daquela pessoa que ela utiliza.”</i></p> <p>20. <i>“eu já perguntei, por que nas férias você não vai pra casa? E aí o menino falou assim pra mim, porque aqui eu não fíco, passo fome. Aqui eu tenho almoço, eu tenho janta, eu tenho cama pra dormir. Eu moro, é um palácio, eu moro num apartamento.”</i></p> <p>21. <i>“outra coisa que a gente também tem feito, e que precisa melhorar muito, é essa comunicação, sabe? Comunicação no sentido de mostrar para as pessoas que tem um setor, aonde ela vem, onde ela vai ter um acolhimento, que ela tem direito a essas questões, como bolsa, como moradia, como alimentação subsidiada no valor menor, sabe? Então a gente tem trabalhado muito nas nossas... nas recepções de calouro, pra gente tentar atingir esse público e mostrar para ele, oh, você está chegando, olha o que a gente te</i></p> <p>22. <i>“Porque às vezes a pessoa está aqui passando dificuldade, pensando em abandonar o curso sem nunca ter</i></p>
---	---	--

		<p>passado na PREC, né? Então eu falo que a gente tem que... ainda tem muito a se fazer, muito a mostrar, não pode uma universidade onde eu tenho mais de 10 mil alunos, eu só ter praticamente 10% da população estudante com vulnerabilidade? Não é verdade. Né, eu acho que é um número pequeno.” m, sabe?”</p> <p>23. “conseguir fazer as licitações e a gente ter realmente empresas que ganham a licitação e prestem o serviço com qualidade pra gente e que prestem o serviço. Que a pior coisa é isso. Você tem um insucesso, né? A gente comprou geladeira, fogão e micro-ondas. Só uma empresa entregou 11 fogões, 23 micro-ondas e na época entregou 6 ou 7 geladeiras. A outra que ganhou pra entregar a maior parte, ela simplesmente falou que a gente podia fazer o processo dela e tudo, a notificação.”</p> <p>24. “A gente, enquanto gestor, tem essa sensibilidade de perceber que aquilo ali precisa de melhoria. Então, eu falo que a reitoria tem que estar muito alinhada e querer muito fazer assistência estudantil que não é fácil, né?”</p> <p>25. “Então, esses conflitos também são coisas que são imateriais, mas que a gente precisa de uma equipe grande pra atuar, sabe? Então, quando eu tenho um conflito, dependendo do problema, a gente coloca psiquiatra, psicólogo, assistente social, agente, a gente contacta com professor, com coordenador de curso, a gente tenta.”</p> <p>26. “É persistência. É o financeiro, né? Pra que a gente consiga. É conseguir fazer as licitações e a gente ter realmente empresas que ganham a licitação e prestem o serviço com qualidade pra gente e que prestem o serviço. Que a pior coisa é isso. Você tem um insucesso, né?”</p> <p>27. “Mas os meninos, às vezes, são um público bem alienado, sabe? Eu não sei se é só o público que a gente atende, mas eu vejo né, como professora, que os meninos hoje em dia, não sei, eles estão tão ligados na tecnologia, no celular, que eles às vezes não percebem</p> <p>28. “A gente tem uma caixinha pra avaliações e sugestões que fica lá, uma caixa que fica para que a pessoa possa fazer. E a gente fez esse ano, fez no ano passado, e provavelmente a gente faz agora, já no final do ano, um forms né, a</p>
--	--	---

		<p>gente solta um formulário pra que as pessoas avaliem o serviço. É... O insucesso é muito grande, porque a maioria dos meninos não fazem, a gente põe nas redes sociais, põe na página da IES, faz de tudo para que eles vejam e façam essa avaliação” muito isso.”</p> <p>29. E se a gente fosse levar em consideração é...raça, é...gênero... Na hora da seleção, eu acho que a gente podia incidir em um erro, né?. Então, a gente, independente do sexo, da cor, da religião, do que for. A gente vai olhar a condição de vulnerabilidade socioeconômica.”</p>
O dilema interseccional entre igualdade e equidade na permanência.		
<p>47. “Que a mulher se engravida, acaba perdendo o alojamento e que tem os problemas de ter que pagar a moradia e água, luz e também a própria comida do RU, que a gente sabe para uma mulher que amamenta só um almoço e uma janta não vão ser necessário para repor nutrientes tanto para ela quanto para criança”.</p> <p>48. “Tem várias pessoas, na verdade (que tiveram que deixar a moradia por se tornar mãe).</p> <p>49. “então, eu vejo uma desproporcionalidade eu vejo uma segregação de papel social. Eu vejo um privilégio que existe, sim. A gente tem que falar sobre isso sim. E que quem acaba sendo mais prejudicado são as mulheres. Assim mesmo, super. Né? Então é, tem uma cobrança às vezes mesma coisa que o pai faz é a mesma coisa que a mãe faz, mas são vistos totalmente coisas totalmente diferentes né”.</p> <p>50. “não conheço ninguém...(que abandonou a moradia por se tornar pai)”.</p> <p>51. “A gente fica pensando, né? É dois pontos, 2 pesos 2 medidas? A mãe pode sair com a criança, ficar desalento aí a Deus dará e o pai não?”</p> <p>52. “O certo seria os dois saírem né, ou os dois ficarem. A decisão tomada para um deveria servir para os dois né? Já que os dois entraram nessa.”</p> <p>53. “a fome anda junto com a desigualdade de gênero e racial, né?”.</p> <p>54. “Não há espaço para poder estudar em uma bolsa que normalmente é de 12 ou 20 horas semanais então, nesse caso, seria inviável ela arrumar uma bolsa e porque o tempo vai ficar gasto</p>	<p>50. “Essa é uma coisa que eu falo muito, eu já vi vários meninos virar pai aqui, e realmente o pai forma, mas a menina que é da IES não forma, se forma, depois de muito tempo...”.</p> <p>51. “Sendo mãe, basicamente, ela seria expulsa da moradia. Basicamente um dia para o outro que vamos supor que ela descobriu que está grávida, e aí ela comunicou a PRAEC daria um mês pra ela ser expulsa da moradia, caso ela tenha, consiga ficar aqui e vamos supor, tenha um filho, realmente ela seria expulsa, porque, as normas da IES aqui não permitem ter o filho dentro do alojamento então vai ser assim um Deus nos acuda, aí acho que ela, a fome vai ser uma das coisas que ela vai se preocupar, dependendo do local que ela vai ficar né? Porque a IES não tem nenhuma assistência de moradia pra mulheres e pras mães né, a gente tem creche ali, mas acho que foram tirados vários recursos desde a época que eu estava aqui”.</p> <p>52. “basicamente, seria ela teria que morar na rua e seria uma situação assim, seria um trauma para a vida dela e da criança, que não sei se teria até isso”.</p> <p>53. “essa questão da mulher, realmente é uma questão que nunca foi falado, primeiro que as mulheres não acessavam a Universidade antes, né, aqui já era estruturado só para homens dentro dessa Universidade estudarem, então essa dinâmica foi muito fomentada sobre a IES, então por isso ter manifestado dentro das normativas da Universidade, porque originalmente as Universidades eram só para homens, e se começar lá atrás, homens brancos filhos de fazendeiro e tals, com cotas e tudo</p>	<p>30. “E dentro desse critério, SAV, é... é levado em consideração muitas coisas que eu já achava que era importante, né? Então assim, a pessoa vem de uma região que é ribeirinha, que é uma região que tem muita dificuldade de acesso à educação, dificuldade de acesso à saúde, isso a gente vai... Isso considerando a pontuação. É... questões de gênero também, sabe? Essa questão da pessoa tá com...ter uma relação estreita com a família ou não, ter pertencimento ao núcleo familiar, sabe? Porque às vezes, essas questões de gênero leva muito a isso, né, um rompimento com a família. Então, dentro desse SAV, a gente já contempla isso.”</p> <p>31. “Então nós vamos ter uma vaga extranumerária em todos os cursos da IES, tanto Sede quanto São Sebastião do Paraíso. Então eu falo que é uma ação afirmativa que é bem importante, né? Uma parcela da nossa população que é completamente invisível aos olhos da maioria. Uma parcela da população que sofre muita violência, muita violência, né? E aí cê imagina, né? Uma pessoa trans que é negra, que tem dificuldades financeiras, acaba muita das vezes indo pra...pra prostituição, né? E aí a gente vem com essa, né? Nós somos a primeira universidade de Minas e a sexta no país a fazer essa ação. E eu acho bastante, que a gente acha bastante importante.”</p> <p>32. “O vulnerável, ele é um grupo muito grande dentro desses alunos. Aquele menino que tem dinheiro, o branco que tem dinheiro, que tem acesso, ele tem já todo o arcabouço de psicopedagogo, pedagogo, psiquiatra que acompanha. E aí a gente tem uma grande maioria de... Às vezes até o aluno nem sabe que</p>

<p><i>totalmente com a criança e com as poucas matérias que que ela ia conseguir puxar.”</i></p> <p>55. <i>“Ou a IES é garantir acesso a moradia à mãe e ao pai, que tem um filho, não necessariamente... Não precisa ser um aqui dentro [da moradia], mas é que a gente tem um campo histórico e que tem um... que era um hotel que tem mais de 40 quartos sobrando ali. Lá é local isolado, é um local onde as crianças vão estar seguras, não tem trânsito ativo, não tem bicho, é um local que não vai, não tem adolescente, não tem acesso a perigo, tem guarda, tem câmara, entendeu? Lá tem a cozinha, aquilo todo o quarto tem um banheiro, né? Todos os quartos têm um banheiro cama de casal, um quarto com guarda-roupa, tem ventilador, só a cozinha que o ambiente é coletivo lá no hotel, e eu vi lá uma oportunidade e está vazio. Não. Ninguém mora lá, fica vazio e não é acessado pelas mães.”</i></p> <p>56. <i>“as mães da IES não tem acesso ao lazer, porque o [clubes para estudantes] é fechado pra elas, no contrato terceirizado que a IES fez, o último contrato foi agora né? A terceirização ela dispõe de um salva vidas no [clubes para estudantes], só que não existe, e o argumento da praec é que elas não podem usar o [clubes para estudantes] porque não tem salva-vidas, mas não tem salva vidas pra ninguém né? Ai simplesmente se você vira mãe, você perde acesso ao lazer dentro da Universidade. Pois sim, é um ponto que não entra na alimentação, mas é um ponto que é importante”.</i></p> <p>57. <i>“Tem casos aqui no alojamento que, claro não vou falar nomes, mas de pessoas que tinham medo de perder universidade, perder essa estabilidade e acabaram entrando em ter que fazer aborto. Então, e totalmente ilegal, totalmente, sem segurança também.”</i></p> <p>58. <i>“Lembrando que as mães e os pais são vulneráveis, não é? Ai, a partir do momento que engravida, que ganha a criança, ela tem que sair, mas ela não deixa de ser vulnerável, porque ela ganhou a criança, é mais vulnerável né. Parece que é uma penalidade a mais, assim.”</i></p> <p>59. <i>“Quantas pessoas no alojamento não tem um pai presente. Pai presente é um privilégio no Brasil. Então é...as mulheres têm essa</i></p>	<p><i>mais, é preciso saber a história”.</i></p> <p>54. <i>“se a mãe passar fome a criança que também passa fome, e aí entra na questão, foi até a tema da redação, esse ano né que é o trabalho que a mulher faz em casa, né? Então, se a gente pensar assim, a vida nessa posição que a gente tá de homem, eu acho que a vida ela é 300, 400 vezes, eu não sei, tão mais fácil do que a mulher né? Então, a gente chega do trabalho a gente se preocupa em tomar banho, comer alguma coisa ou estudar, agora uma mãe né? Ela tem que pensar, onde ela vai deixar a criança pra ela ir pra IES, tem que pensar na alimentação da criança, na alimentação dela, aí ela chega de casa, ela às vezes nem tem tempo para tomar um banho, não é/ porque ela tem que cuidar da casa né, pensando isso pra fora né até porque aqui não tem essa dinâmica porque a gente nem se pode ter mulheres grávidas com bebê aqui né?”</i></p> <p>55. <i>“Assim né, são privilégios né, alguns esbanjam mais privilégios assim que outros e se for olhar que é a cadeia, assim a base mesmo que mais sofre são mulheres que possuem insegurança alimentar e insegurança financeira, assim, então eu acho que juntou todo tipo de problema que possa ter e eu nem imagino o quanto isso deve ser grave pra saúde mental de uma mulher”.</i></p> <p>56. <i>“Metade da população brasileira né, que a gente sabe que o registro é sem pai. é estrutural ainda o machismo ainda né? A mulher que vai ter que cuidar do filho, vai ter que ser submissa e o homem vive a vida dele de homem hétero, cis e macho alfa e é isso.”</i></p>	<p><i>tem um problema. Ele não teve acesso nenhum à saúde, né? A essa parte de percepção durante o ensino básico dele aí, o ensino médio. E ele chega aqui com necessidades educacionais específicas. E a gente tenta ajudar a identificar, com bolsistas pra acompanhar durante a aula. Fazendo esse acompanhamento psicológico.”</i></p> <p>33. <i>“hoje a maioria dos moradores são mulheres. Eu não consigo te falar de cabeça se a grande maioria eu vou ter, tipo assim, são negras. Pela minha experiência de, de...de tá aqui, de tá convivendo diretamente, eu chego a te dizer que a maioria vai ser mulher negra. E dos homens, a gente vai pensar, nós vamos ter uma maioria negra também.”</i></p> <p>34. <i>“É justamente isso, de ter a condição de melhorar, sabe? Aqueles que terminam a graduação, de estar indo pra um mestrado, ou de já estar no mercado de trabalho”.</i></p> <p>35. <i>“É um percentual pequeno, mas a gente tem. Aquele que tudo é importante pra ele. Mas a gente tem esse grupo eclético, que às vezes eu falo, por que você não tem bolsa? Ai ele fala, ah não, não quis não, não quis tentar a bolsa não, não preciso não. Sabe, eu acho estranho, porque eu falo, ai gente, essa pessoa vem e aproveitaria todos os benefícios que ela tem direito.”</i></p>
--	--	---

<p><i>pressão sabe? E as mulheres sentem essa pressão quando elas não querem ter filhos.”</i></p> <p>60. “[citando o período de pandemia] <i>A gente abriu um processo administrativo contra a IES para todos os brejeiros conseguir dinheiro pra voltar pra casa, é dinheiro para passagem para volta para casa, mas tinha muitas pessoas [na moradia], principalmente da comunidade LGBT, que não tinha para onde ir, porque tem problema com a família. A família não aceita todas as vezes só aquilo é religiosa e a pessoa não tinha para onde ir. Não era o número de 20 pessoas aqui.”</i></p> <p>61. “<i>Lembrando que as mães e os pais são vulneráveis, não é? Aí, a partir do momento que engravida, que ganha a criança, ela tem que sair, mas ela não deixa de ser vulnerável, porque ela ganhou a criança, é mais vulnerável né. Parece que é uma penalidade a mais, assim.”</i></p> <p>62. “<i>Quantas delas é, né? Seriam pretas e quantas delas seriam de comunidade LGBT e tal. Que eu acho que é, a fome está sempre ligada muito a isso, né? Nesses aspectos sociais”.</i></p>		
--	--	--